



ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

OS DISCURSOS SOBRE A COVA DA MOURA: UMA ANÁLISE CRÍTICA E
EXPLORATÓRIA A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS DE FRANTZ FANON

Flávio Jorge Tavares Zenun Almada

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos
Internacionais – Médio Oriente e Norte de África

Orientador: Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Associado

ISCTE -Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora: Doutora Iolanda Évora, Professora Auxiliar Convidada

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

Outubro de 2020

A ti Ashanti

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste projeto não teria sido possível sem o esforço de um conjunto de pessoas que me estimularam a concluir este percurso. Começo por agradecer minha mãe pela sua dedicação, sacrifício e empenho para que tivéssemos formação. Ao meu primo Filintro por tudo que fez por mim e pelos meus irmãos, principalmente no que toca aos estudos.

Não posso deixar de agradecer as minhas filhas Erika Nzinga e Ashanti Zenun pela alegria e ensinamento com que me privilegiaram. Um agradecimento especial a nha *krétcheu*, amiga, companheira e muito mais, Maíra Zenun, que sempre esteve comigo em todos os momentos e que também contribuiu muito para o resultado deste trabalho, tanto com as sugestões de leitura, debates e sobretudo no apoio moral incondicional.

Ao Vítor Barros, por ter sido a pessoa que me ajudou bastante, sugerindo-me bibliografias e entre outras coisas. E também com quem tenho aprendido bastante ao longo destes anos.

Jamais esqueceria de agradecer ao Professor Doutor Miguel Vale de Almeida, tanto pela orientação, quanto pela discussão que desenvolvemos sobre o tema, as sugestões de leitura e as correções. E por me ter estimulado bastante com as suas questões, as quais me obrigaram a repensar inúmeras “certezas”. Agradeço, igualmente à Professora Doutora Iolanda Évora, a minha co orientadora, que contribuiu amplamente através de debates e reflexões que foram essenciais para o resultado deste trabalho. Sem vocês, dificilmente teria chegado aqui e agradeço-vos mais uma vez pelo vosso empenho e dedicação.

Agradeço igualmente ao meu *kompaz* Jakilson Ramos Pereira, pela amizade consistente, diálogos e as conversas. A malta da P.G por ter sido meus professores e minhas professoras. A tod@ G's, dos bairros da AML, em particular a Cova da Moura, por serem exemplo de coragem, dignidade e persistência e por me terem incentivado a ir para a universidade. Aos manos e manas que estão na correria pelo mundo e aqueles e aquelas que estão a resistir nas prisões visíveis e invisíveis.

A Luta Continua

RESUMO

A presente dissertação parte do conceito de “compartimentação colonial”, proposto por Frantz Fanon, enquanto orientação concetual para dissecar a representação do bairro da Cova da Moura nos discursos académico e poder público. O conceito de compartimentação colonial é, assim, apresentado como uma perspetiva de análise das questões de continuidade coloniais no Portugal contemporâneo. Pretende-se, assim, retratar a essencialização do bairro da Cova da Moura e das suas identidades, através da verificação de edificação de antagonismos que perpetuam a clássica racionalidade (neo) colonial, inerentemente maniqueísta, que compartimenta a humanidade em nós *versus* eles; nacionais *versus* estrangeiros; racionais *versus* irracionais; civilidade *versus* incivilidade. Esta análise assenta-se nas seguintes dimensões: i) representação do espaço; ii) corpos e pertença ao território; iii) valores e comportamentos.

Palavras-chave: Cova da Moura; Frantz Fanon; compartimentação colonial; epistemologia; (anti) racismo.

ABSTRACT

This work is based on Frantz Fanon's concept of "colonial compartmentalization", here used to analyze academic and public authorities' discourses on Cova da Moura neighborhood. Colonial compartmentalization is used, therefore, as an analytical tool to approach Portugal's contemporary colonial legacies. The dissertation aims to depict the objectification of Cova da Moura and its identities. This objectification is done through the creation of antagonism, perpetuating Manichean compartmentalization between us and them; citizens and non-citizens; rationality and irrationality; civility and incivility. The analysis is anchored in three dimensions: spatial representations; bodies and territorial belonging; values and behaviors.

Keys Words: Cova da Moura; Frantz Fanon; (neo) colonial compartmentalization; epistemology; (anti) racism.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	III
LISTA DE SIGLAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
<i>Fanon na Cova da Moura.....</i>	2
<i>Problema.....</i>	7
<i>Notas Suplementares.....</i>	9
PRIMEIRA PARTE.....	11
<i>Metodologia e Orientação Teórica.....</i>	11
<i>O Método Fanoniano da Análise do Discurso.....</i>	11
<i>Recolha e Tratamento dos Dados.....</i>	13
<i>Orientação Teórica.....</i>	16
<i>O Conceito de Compartimentação Colonial de Fanon.....</i>	16
SEGUNDA PARTE.....	23
<i>Da Presença Africana Silenciada à Produção do Bairro da Cova Da Moura.....</i>	23
<i>Os negros em Portugal: Uma Presença Permanente Silenciada.....</i>	23
<i>A Produção do Bairro da Cova da Moura.....</i>	25
TERCEIRA PARTE.....	37
OS DISCURSOS SOBRE A COVA DA MOURA.....	37
<i>Uma Análise Crítica A Partir De Alguns Conceitos De Frantz Fanon.....</i>	37
PARA (NÃO) CONCLUIR.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	59
ANEXO I.....	69
LISTA DOS TRABALHOS SOBRE A COVA DA MOURA.....	69

LISTA DE SIGLAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
ACMJ	Associação Cultural Moinho da Juventude
BARA	Biblioteca António Ramos Rosa
CE	Comunidade Europeia
CDACV	Clube Desportivo Alto Cova da Moura
CDU	Coligação Democrática Unitária
CERD	Committee On The Elimination Of Racial Discrimination
CMA	Câmara Municipal da Amadora
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
ECRI	European Commission against Racism and Intolerance
ENAR	European Network Against Racism
G.N. R	Guarda Nacional Republicana
IBC	Iniciativa Bairros Críticos
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PER	Plano Especial de Realojamento
PIB	Produto Interno Bruto
PS	Partido Socialista
PSP	Polícia de Segurança Pública
RTP	Radio Televisão Portuguesa
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

INTRODUÇÃO

CONHECIMENTO E PODER

“O problema teórico importante, é que é preciso a todo o instante e em todo lugar explicitar, desmistificar, enxotar o insulto (...) (Fanon, 1979, p. 262).

O triângulo *poder-conhecimento-ser* constitui o debate central no campo das epistemologias. Por epistemologias entende-se “um conjunto de padrões, usados para avaliar o conhecimento ou motivo pelo qual acreditamos o que é verdade” (Collins, 2019, p.402). Etimologicamente o termo epistemologia advém de *episteme* (ciência) e *logos* (discurso), significando, portanto, a teoria do conhecimento, ou o estudo da ciência, que se foca na distinção entre a falsidade e fiabilidade (Wiredu, 1995, Collins, 2019). Ressalva-se, no entanto, que não existe verdade infalível, como se habituou a afirmar a tradição europeia de conhecimento, como se as pessoas não fossem seres passíveis de falhas (Wiredu, 1995). De qualquer modo, a epistemologia eurocêntrica hegemônica, em particular, encontra-se numa posição privilegiada que a consente à autoridade para julgar, inclusive até deslegitimar, por exemplo, “o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos” (Alcoff, 2016, p.131). Como se pode ver, os processos epistemológicos não se desvinculam dos atos de poder, principalmente no que toca a legitimação de processos de dominação e da resistência dos oprimidos. Esta prática, embora naturalizada nos espaços hegemônicos de produção de conhecimento, ocorreu durante a modernidade ocidental colonial (Eze,1997, Buck-Morss, 2011, Fanon, 2015). Frantz Fanon (1980), por exemplo, defende que houve uma articulação entre *ciência* e poder colonial, destacando que este último no “momento de impor a sua dominação, para justificar a escravidão, o opressor invocara argumentações científicas” (Fanon, 1980, p. 48). Cedric Robinson (2000), por sua vez, aponta que durante a modernidade colonial (Chukwudi Eze, 1997, Fanon, 2015;) “foram despendidas enormes quantidades de energias - intelectual e psíquica - na manufaturação da fantasmagoria do *preto* (Robinson, 2000, p.4). E Robin D. G Kelley (2000), acrescenta que, em concomitância com a invenção do *preto*, veio “por acréscimo, a invenção da branquitude e todas as formas de policiamento de fronteiras raciais que veio no pacote” (*ibid.*). Segundo este autor “inúmeros pensadores *iluminados* se empenharam, arduamente, para suprimir as contribuições culturais e intelectuais dos Núbios e Egípcios da memória coletiva europeia e fabular a ideia de “pureza” da Europa e “abolir qualquer traço que conotasse à Africa com civilização, reduzindo o continente todo à terra de brutos e selvagens” (*ibid.*, 2000, p. xiii)¹. Para Susan Buck-Morss (2011) existe uma discrepância gritante da modernidade ocidental colonial que

¹ Tradução nossa.

prega o humanismo mas, na prática justifica e naturaliza a violência, escravidão e pilhagem sobre os povos não-brancos:

“A exploração de milhões de trabalhadores escravos coloniais era aceita com naturalidade pelos próprios pensadores que proclamavam a liberdade como o estado natural do homem e seu direito inalienável. Mesmo numa época em que proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, era possível manter nas sombras a economia colonial escravista que funcionava nos bastidores” (Buck-Morss, 2011, p.132).

Também V. Y. Mudimbe (2013) o filósofo que questionou as fontes dos estudos das realidades africanas afirma que as informações dos antropólogos e etnógrafos sobre os nativos africanos, durante a colonização, carecem de credibilidade porque “no primeiro quarto deste século [vinte], tornou-se evidente que o viajante se tinha tornado um colonizador e o antropólogo o seu consultor científico” (Mudimbe, 2013, p. 67). Para a historiadora Maria Paula Meneses (2010) o mapa cognitivo colonial não constitui um fenómeno que se remonta ao passado. Ao contrário, argumenta a historiadora, longe de constituírem fenómenos ultrapassados, o mundo contemporâneo é perpassado por “um mapa cognitivo que continuamente se alimenta de referências cognitivas coloniais” (Meneses, 2010, p.70). De acordo com o sociólogo Ramon Grosfoguel (2016) o mundo contemporâneo permanece a tomar como referências epistemológicas de homens ocidentais, produzidas nos cinco países ocidentais : a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e França. Grosfoguel (2016) defende que as “ universidades [ocidentais e ocidentalizadas] têm operado a partir de um uni-versalismo no qual “um (homem ocidental de cinco países) define pelos outros” o que é conhecimento válido e verdadeiro (Grosfoguel, 2016, p.46). Porém, movimentos sociais, artistas, intelectuais e ativistas de várias partes do mundo, através das suas ações, cartografam e combatem as continuidades coloniais contemporâneas, nas suas vertentes simbólicas, materiais, representativas, cognitivas, epistemológicas, imaginando novas formas de conhecimento que visam a abolição da estrutura de poder capitalista, racial, patriarcal e colonial (Maldonado-Torres, 2008, Grosfoguel, 2016, Alcoff, 2016, Faustino, 2018, Collins, 2019). Como se pode ver, a epistemologia, ao contrário do que se reivindica, não se dissocia do poder porque ela não é neutra, muito menos é inocente, nas suas questões e soluções do que é “falso “ou “verdadeiro”, sobretudo na “questão de quem conhece” (Fanon, 1975, Winter, 1982, Collins, 2019) e “indica como as relações de poder determinam em que se acredita e porquê” (Collins, p. 402). Neste sentido, a presente dissertação parte do conceito de “compartimentação colonial”, proposto por Frantz Fanon (2015), como ferramenta analítica para dissecar a representação do Bairro da Cova da Moura no discurso académico e do poder público.

FANON NA COVA DA MOURA

A Cova da Moura e Frantz Fanon estão para mim intimamente ligados. Vim para Portugal numa sexta-feira, mais precisamente no dia 30 de novembro de 2002, para dar continuidade aos meus estudos superiores. O objetivo era licenciar-me em Sociologia pela Universidade Beira Interior, na Covilhã. Do aeroporto, acompanhado dos «meus», apanhámos um táxi rumo à Cova da Moura, onde residem os meus familiares. Quando chegámos à Bomba Repsol, situada na Avenida da República,

em frente a uma das entradas principais da Cova da Moura, o taxista informou-nos que não iria entrar «naquele bairro». Após uma longa discussão que não o demoveu da sua decisão, fomos obrigados, então, a arrastar as malas, pesadas das «encomendas», até ao interior do bairro. Quando anoiteceu, foi-me sugerido pelos amigos e alguns familiares que os acompanhasse até Lisboa. Saímos da Cova da Moura com o objetivo de ir ao Bairro Alto e Santos para nos divertirmos. Ficámos até muito tarde e já não havia mais comboios para Lisboa. Então, decidimos ir a pé. Caminhámos durante bastante tempo, até chegarmos perto de Sete-Rios e ali acabámos por ficar cansados. Depois de muita conversa decidimos, em conjunto, apanhar um táxi de regresso à Cova da Moura. Éramos um grupo de cinco estudantes cabo-verdianos. Passavam vários táxis vazios, mas nenhum parava quando levantávamos a mão, em sinal de solicitação do serviço. Tivemos, então, de regressar a pé e já estava a amanhecer quando me explicaram que os táxis não paravam porque éramos um grupo de jovens negros. Na verdade, tinha-lhes perguntado a razão de os taxistas não pararem, ou seja, a razão da recusa deles em prestarem-nos o serviço. Um dos elementos do grupo que tinha crescido comigo em Cabo Verde, mas que já estava em Portugal há mais de quatro anos, disse-me: “Precisas de um espelho”. Perguntei-lhe porquê? Ele respondeu dizendo que se eu não estava a ver qual era a minha “cor” é porque eu estava com graves problemas. Percebi, embora tivesse plena consciência da minha identidade em Cabo Verde, mas nunca tinha tido esse tipo de experiência. Tal como aponta Fanon (2008) “enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade [racista]” (Fanon, 2008, p.103). Foi a minha segunda experiência em Portugal. Dias depois cheguei à Universidade Beira Interior, mas acabei por não ficar na Covilhã por muito tempo, devido a um conjunto de problemas financeiros. Então, voltei para Lisboa e instalei-me na casa da minha família na Cova da Moura. Meses depois fui trabalhar na construção civil com a ideia de reingressar no ano seguinte no mesmo curso. Tal não sucedeu. Acabei por pedir transferência da Covilhã para Lisboa, optando por estudar Tradução na Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias de Informação do Grupo Lusófona. Durante esse tempo trabalhei na distribuição de publicidade, enquanto estudava, o que me possibilitou circular de norte ao sul do país, e me fez perceber que a questão não era ser da Cova da Moura, mas ter um determinado tipo de corpo.

Em fevereiro de 2003, foi-me apresentado um jovem que se chamava Carlos, conhecido por “PTB” entre amigos, vizinhos do Zambujal, Fontainhas e Cova da Moura, o qual um mês depois, mais concretamente no dia 20 de março de 2003, viria a ser baleado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) quando se encontrava com a sua companheira e desarmado, tendo acabado por falecer. Na mesma altura, as notícias, as queixas de racismo no trabalho e no quotidiano obrigaram-me a buscar respostas aos desafios e, ao mesmo tempo, procurar combater tais problemas. Como já estava envolvido em Cabo Verde com a música e associações juvenis, comecei a colaborar com várias associações, em particular a Associação Encontros, Associação Cultural Moinho da Juventude,

Associação Khapaz, Associação Laços de Rua, e outras. Foi a partir daí que me envolvi na militância antirracista e pan-africanista, ao nível nacional e internacional, assim como prossegui com a carreira artístico-musical no movimento Hip Hop em Portugal, o que já fazia em Cabo Verde. Naquela altura a Associação Encontros exibia filmes e promovia debates em torno dos temas supracitados, surgindo frequentemente o nome de Frantz Fanon nas discussões. Os anos foram passando e estava cada vez mais mergulhado na militância e na música. E na música, em particular, conto com dois trabalhos a solo e inúmeras colaborações com artistas nacionais e internacionais. Em 2005, após a chamada “revolta dos bairros” de Paris, as coisas ficaram mais “visíveis” em Lisboa para alguns. Porque, nesse mesmo ano, os meios de comunicação social inventaram a notícia de que cerca de “400 indivíduos invadiram a Praia de Carcavelos e roubaram os banhistas” (DN, 2005) (Público, 2005), o que inflamou e recalibrou a narrativa de “jovens negros perigosos” na sociedade que se manifestou em concomitância com o patrulhamento dos corpos negros e dos bairros periféricos habitados pelas populações negro-africanas e ciganas. Do meu ponto de vista, tratou-se de uma campanha de recalibragem da racialização do crime e “bestialização” (Fanon, 2015) dos jovens negros, residentes da periferia de Lisboa; de uma campanha anti-imigração, ou seja, de mecanismos de epidermização do crime. Alguns dos jovens que estiveram na mesma praia, naquelas horas, eram residentes do Bairro da Boavista e relataram-me que nada daquilo tinha acontecido. De seguida, a Frente Nacional, um coletivo português da extrema-direita, convocou uma manifestação contra os “imigrantes”. Juntamente com um grupo de jovens negros e brancos da periferia, também antifascistas, decidimos aparecer naquela manifestação em forma de protesto, mas acabámos por ser “escortados” e ameaçados pela polícia até os nossos bairros. De qualquer forma, o mito de um «arrastão» já estava divulgado e até hoje se acredita que “houve um arrastão” (Carvalho, 2008). Esta notícia criou uma onda de insegurança e aumentou o já existente policiamento, a vigilância sobre os corpos epidermizados² e alguns bairros da Amadora, em particular a Cova da Moura, o Bairro 6 de Maio e, também, a Arrentela. Pelo menos é o que ficámos a saber. Esse não-acontecimento ficou conhecido como “Arrastão de Carcavelos” que, a bem dizer, nunca chegou a acontecer como foi demonstrado de forma exímia no documentário *Era uma vez um arrastão* (2005) realizado pela jornalista Diana Andringa e pelos testemunhos dos amigos do Bairro Boavista. Perante aquilo que considerámos ser a criminalização e a estigmatização dos jovens negros, a epidermização (Fanon, 1975) do crime, nos propusemos, então, responder ao ataque contra a nossa dignidade, através da criação de um projeto que denominámos de “*Onda Negra*” e na elaboração de uma revista como veículo de informação antirracista. Entretanto, esse projeto não teve muito tempo de vida devido a um conjunto de fatores que não importa aqui referir. No mesmo ano, fui membro de um outro coletivo que se chamava Quilombo de Hip Hop que tinha como objetivo defender o que chamámos de «Hip Hop consciente» em oposição a mercantilização, exotização e gangsterização do Hip Hop pela indústria cultural, tanto

² Ver a explicação sobre a utilização deste conceito na página 11 deste trabalho

a nível nacional como internacional. Através do Hip Hop constatei que os manuais de História, tanto em Cabo Verde como em Portugal silenciam o passado pré-colonial de África, a colonização, a escravidão e a resistência à dominação colonial. O silêncio de que falo está relacionado com a história da modernidade colonial (Fanon, 1975, 2015) em que as narrativas sobre a resistência anticolonial, contra a escravatura transatlântica, bem como as contribuições para humanidade de pessoas do continente africano e da diáspora são silenciadas de forma sistemática. Foi a partir daí que escolhi o meu nome L.B.C significando, inicialmente, *Learning Black Conception* e, assim, comecei a ler livros sobre a história das Áfricas e das suas diásporas, bem como a história dos povos originários das Américas, e também da Ásia, em particular do Japão, China e Índia. Porém, sendo um defensor do ensino da língua cabo-verdiana, vulgo crioulo, mais tarde alterei o significado de L.B.C para *Luta Bu Consigui* (Luta e concretiza) como forma de resistir ao imperialismo cultural anglo-saxónico. De volta a Alfarelos, tentámos juntamente com outros jovens de várias sensibilidades criar um jornal político, mas também o projeto não chegou a ser materializado. Apenas escrevemos alguns textos que distribuimos pelas periferias da Amadora, Margem Sul e Centro de Lisboa, assim como realizámos sessões de leitura coletiva e debates sobre problemas que afetam as nossas comunidades em particular e a sociedade em geral. Ao mesmo tempo organizámos *show cases* e participámos em manifestações contra o tratamento diferenciado de que a população dos nossos bairros continua a ser alvo em Portugal, devido às suas origens étnicas e culturais, tanto a nível interpessoal como institucional. Nesta mesma senda, manifestámo-nos ainda pelo direito à regularização de todos os migrantes, pelo fim do cerco policial aos bairros, pela nacionalidade de forma automática a todos as pessoas nascidas no território português, pelo direito à habitação e emprego, entre outros. É de assinalar que nesta altura chegámos a colaborar com a Associação Encontros, contribuindo na escrita de textos, assim como na edição e divulgação dos 10 Volumes dos *Cadernos da Consciência Negra*, publicados pela mesma associação. Todo esse período foi caracterizado por momentos de intensa luta e contestação. Tratava-se de uma época em que a Polícia (Corpo de Intervenção, Grupo de Operação Especiais) fazia cerco aos bairros, entre eles o bairro da Cova da Moura, onde ninguém entrava, ninguém saía, testemunhámos isso e chovia os relatos de abuso policial. Os tempos mudaram, mas os ventos ainda não sopraram para longe a violência sistémica, económica, física e psíquica que continua a acontecer, em particular na Cova da Moura. No ano de dois mil e seis, em conjunto com várias pessoas, sendo a maioria residente nas periferias da AML (Lisboa e Margem sul), fundámos a Plataforma Gueto, “um movimento social negro antirracista, anticolonialista, anti-imperialista e anti sionista que defende a autodeterminação de todos os povos oprimidos”. Numa primeira fase criámos o *Jornal: Gueto, Olhos, Ouvidos e Vozes* que chegou a imprimir mil exemplares e que eram distribuídos pelas periferias e pelo centro de Lisboa. Houve ocasiões inclusive em que entregámos alguns exemplares no Porto. A respeito deste Jornal, vale a pena narrar um episódio: quando lançámos

o primeiro número, após voltar do concerto com o músico de protesto José Mário Branco³ e o projeto Mudar de Vida, que ocorreu no Grémio de Lisboa, o único exemplar do Jornal que tinha sobrado foi confiscado pela polícia às duas horas da madrugada, quando fomos cercados numa rua da Damaia, eu e o meu amigo Jakilson. Na mesma época fizemos a segunda edição do *Manual de Sobrevivência* cujos exemplares eram também divulgados pelos bairros, inclusive, às vezes, juntamente com os exemplares do *Jornal: Gueto, Olhos, Ouvidos e Vozes*. Era comum debatermos com os académicos e intelectuais a respeito de vários temas, de entre os quais o racismo cancerígeno da sociedade portuguesa. Não poucas vezes deparámos com certos intelectuais que procuravam desesperadamente convencer-nos de que estávamos errados em relação à existência do racismo estrutural em Portugal, resumindo os obstáculos das pessoas epidermizadas à questão social. Muitas vezes fomos confrontados com a teoria do racismo moral e a redução da nossa condição à questão social, ou seja, a ideia segundo a qual o racismo não intensifica a desigualdade e que o privilégio branco não existia. Houve até quem se disponibilizou a dar-nos um curso sobre o racismo de forma a convencer-nos que estávamos equivocados. Mas parece-me que não tiveram êxito porque, sendo habitantes da periferia que conheciam a sua realidade, choviam os exemplos de tratamento diferenciado por parte das instituições portuguesas em relação a pessoas socialmente vistas como negras: a discriminação no acesso ao trabalho, o perfil racial criminal e a criminalização dos jovens negros, a lei da imigração e a lei da nacionalidade de 1981 de 3 de outubro; a demolição e despejos violentos dos bairros “negros”; a criminalização sistemática dos jovens negros pelos meios de comunicação social, o número desproporcional dos jovens negros na prisão face aos brancos, o ensino de história de glorificação de “violadores” e “sequestradores”, chamados de “heróis do mar”, os processos de realojamento dos bairros que tinham uma saída e entrada, ao que chamámos de urbanismo policial e outros pontos que constavam na lista dos princípios da Plataforma Gueto. No fim, o grupo foi rotulado de promotor de vitimização.

Em 2011 começámos a organizar as Universidades da Plataforma Gueto dentro dos bairros, ou seja, passámos a chamá-las de universidades, mas já tínhamos organizado eventos do género anteriormente. Também lançámos o CD de Rap da Plataforma Gueto, Vol. I. Em 2011 chegámos à conclusão de que para fortalecer o discurso contra a negação do racismo institucional em Portugal, era necessário elaborar um estudo de caracterização da comunidade negra, com base na recolha de dados étnicos e raciais. A preparação deste estudo de caso, ou seja, o questionário elaborado, foi apresentada numa das universidades da Plataforma Gueto, bem como foi também escrito o texto de apelo à participação e apoio na sua aplicação. Durante mais de uma década, a Plataforma Gueto organizou e participou em várias manifestações contra o racismo no trabalho, organizou e dinamizou grupos de leitura, sessões de esclarecimento sobre a lei da imigração e a lei da nacionalidade

³ José Mário Branco é um cantor e compositor português, uma das grandes vozes mundiais da música de protesto.

portuguesas, Universidades Populares na linha da teoria de descolonização do Pensamento e conhecimento e Tradição Radical Negra, programas de alfabetização, campanhas contra a brutalidade policial, a nível nacional e internacional, debates sobre o racismo. Colaborou com organizações antirracistas nacionais e internacionais em campanhas contra o racismo na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil e também apoiou movimentos de base popular contra regimes neocoloniais no continente africano.

Como foi referido acima, a Plataforma Gueto animava grupos de leitura. Foi nesses encontros que iniciei a leitura mais cuidada dos trabalhos de Frantz Fanon, uma vez que as suas obras constam na lista de leitura recomendada pelos membros do referido grupo. Importa assinalar que já tinha lido *Peau Noire, Masques Blancs* (1952) e detestei-o, tanto pela sua ironia, como pela sua complexidade. Em suma, pelo estilo. Senti-me enganado por ter tanto ouvido sobre a importância desta obra, que um amigo me dera de presente anteriormente. Foi a partir de dois mil e oito que a reli com mais atenção. Consegui, então, perceber a razão de me terem recomendado a sua leitura. Contudo, o seu estilo continuava a causar-me uma certa estranheza, tanto pelo formato, método multidisciplinar, complexidade, como pela versatilidade e ironia, às quais não estava habituado. Por fim, consegui convencer-me das suas qualidades. Cada vez que o lia, descobria coisas que não tinha observado na leitura anterior. Foi muito importante porque ele validava a necessidade da transformação do mundo, ao mesmo tempo que me ajudava a compreender que o racismo é um mecanismo sofisticado de dominação, operando a nível global, de forma transversal às sociedades. Porém, nos círculos de debate, sempre que citávamos os trabalhos de Fanon erámos acusados de estar a dar demasiada importância a um “anti branco”, “incitador de violência, panfletário obcecado pela raça”. O certo é que Fanon continuava a assustar muita gente que não se cansava de o cobrir de impropérios. Eu apenas perguntava: por que motivo será? Mas as acusações eram todas autoexplicativas porque à medida que conversava com tais “críticos” percebia que a maioria nunca sequer havia os trabalhos do psiquiatra, filósofo e revolucionário. E outros apenas tinham lido o prefácio de *Les Damnés de la Terre*, escrito pelo filósofo existencialista Jean-Paul Sartre. Fanon foi fundamental para auxiliar-me na compreensão da realidade que eu estava a confrontar e, sobretudo, na validação de que “o corpo jamais deve repousar” quando confrontado com a tentativa de o bloquear na sua dialética com o mundo. Ao mesmo tempo, Fanon foi importante para a compreensão sobre a relação entre epistemologia e dominação tanto como ato de (des) legitimação da dominação e resistência. E também como a dominação política e a epistemologia estão interligadas.

PROBLEMA

Deste modo, a presente dissertação parte do conceito de “compartimentação colonial”, proposto por Frantz Fanon, enquanto orientação concetual para dissecar a representação do bairro da Cova da Moura nos discursos académico e do poder público. O conceito de compartimentação colonial é, assim, apresentado como uma perspetiva de análise das questões de continuidade colonial

no Portugal contemporâneo. Pretende-se, assim, retratar a essencialização da Cova da Moura e das suas identidades, através da verificação de edificação de maniqueísmos que perpetuam a clássica racionalidade (neo) colonial, inerentemente maniqueísta, que compartimenta, conseqüentemente, a humanidade em nós *versus* eles; nacionais *versus* estrangeiros; racionais *versus* irracionais, civilidade *versus* incivilidade. Esta análise assenta nas seguintes dimensões: 1) representação do espaço; 2) corpos e pertença ao território; 3) valores. Focarei também representação do corpo, espaço, cultura, identidade, e a associação destes aos comportamentos, papéis sociais e desejos. Tem como objetivo geral a identificação e caracterização dos trabalhos académicos sobre a Cova da Moura; a exploração dos trabalhos de Frantz Fanon, tomando, em particular, a sua última obra como referência principal: *Les Damnés de La Terre (1961)*, acreditando que as suas reflexões sobre a compartimentação (neo) colonial, a construção da subjetividade, resistência e, sobretudo, a crítica epistemológica ajudar-me-ão na missão de procurar responder a seguinte hipótese: o discurso académico e o discurso do poder público compartimentam a Cova da Moura como espaço de incivilidade em oposição ao centro da cidade como espaço de civilidade.

A articulação de Frantz Fanon com a representação da Cova da Moura se prende com as seguintes observações: 1) a sistemática epidermização e violência representativa da Cova da Moura e dos seus habitantes; 2) a segregação espacial e identitária, a descarada violência de Estado que ressoam as formas como, no período colonial, a força da administração colonial via os bairros indígenas, e 3) a existência de vários dos elementos/categorias de análise, identificados por Fanon, no contexto colonial, que aparecem nas representações associadas à Cova da Moura e às suas populações. Segundo alguns autores, os elementos e categorias elaborados por Fanon há mais de meio século, dentro da tradição de luta dos oprimidos, permanecem atuais, fornecendo, assim, ferramentas teóricas e conceptuais para análise de processos contemporâneos (Cherki, 2006, Wallerstein, 2008, Mbembe, 2013, Lippold, 2016, Faustino, 2018). Neste ensejo acredito que o tema desta dissertação pode contribuir tanto para o debate em torno da produção de conhecimento e a sua articulação com o poder hegemónico, como acerca das contribuições teóricas de Frantz Fanon para compreensão de processos contemporâneos de dominação. E, sobretudo, para as lutas atuais e imaginação de que outros mundos são possíveis. Creio que o percurso se revelará enriquecedor para o meu percurso académico, contribuindo de igual modo para o alargamento do meu horizonte epistemológico, crescimento pessoal e profissional. Possibilita ainda, o desenvolvimento do meu percurso académico visto que o tema se situa dentro do contexto geral da minha área de trabalho académico, a saber: o interesse pelas questões urbanas, epistemologia, ontologia, existencialismo, materialismo histórico e dialético, fenomenologia, (des)colonização, capitalismo racial, relações de poder entre centro e periferia e pan-africanismo. Este trabalho encontra-se dividido em três partes: 1) apresentação da orientação teórico-metodológica 2) apresentação de um quadro informativo sobre o bairro da Cova Moura e 3) a discussão dos dados recolhidos. E finalmente, apresenta-se as considerações finais.

NOTAS SUPLEMENTARES

Para evitar possíveis mal-entendidos torna-se necessário elucidar alguns pontos fundamentais que aparecem ao longo deste trabalho: 1) os termos *negros* e *brancos*, utilizados ao longo deste trabalho devem ser entendidos como construções históricas, sociais, e políticas e jamais como biológicas (Fanon, 1975); 2) o conceito de corpo é tomado, neste trabalho, na sua aceção fanoniana segundo a qual “ o corpo é o homem, e o homem, seu corpo” (Fanon, 1975). Isto é, Fanon (1975, 2015) rejeita a divisão maniqueísta nietzschiana corpo e mente; 3) e no lugar do conceito de racialização utilizo o conceito de epidermização discursiva (Fanon, 1975, Faustino, 2018) como uma das vertentes da racialização (Faustino, 2018). Este conceito é entendido como um processo de imposição de categorias raciais, baseadas na relação de poder desigual, entre o grupo dominante e os dominados⁴, impondo sobre estes últimas definições e representações essencialistas, classificando-os como inferiores, ao reduzi-los à pele negra, através da construção de hierarquias culturais, usadas como dispositivo de bloqueio nas relações sociais, atribuição de papéis sociais, descarga de violência gratuita, e outras formas de precipitação da morte. (Fanon, 1975; Gilmore, 2007, 2015; Faustino, 2018,). Isto ocorre devido à existência de uma hierarquização global de superioridade e inferioridade, traçada pela linha do humano (Fanon 1980, 2008, 2015) ou a linha da cor, na esteira do abolicionista Frederick Douglas⁵. Contudo, é preciso assinalar que a “ linha do humano”, enquanto ferramenta de violência, utilizada contra uma “ forma singular de existir” (Fanon, 1980, p.42) é produzida de forma diferencial, ao nível espacial e temporal (Fanon, 1975, Gilmore, 2012), variando de contexto para contexto e tempo (Fanon, 1975, Grosfoguel, 2012) numa relação dialética com o regime de acumulação do capital (Robinson, 2000). Essa divisão maniqueísta da humanidade pode manifestar-se através da cultura, religião, língua, etnicidade, nação e nacionalidade, à cor da pele (Robinson, 1983, Grosfoguel, 2012, Fanon, 2015) tem sido politicamente (re)produzida durante séculos (Fanon, 1975, Grosfoguel, 2012) pelo sistema económico que Cedric Robinson (2000) cunhou de capitalismo racial. Segundo Robinson (2000) a civilização europeia, desde de seu início - composta pelas suas particularidades raciais, tribais, linguísticas e regionais - foi construída sobre diferenças antagónicas que não se desalinham, na transição do feudalismo para subsequente produção de um sistema-mundo moderno predatório, dependente de escravatura , violência, imperialismo e genocídio:

“O desenvolvimento, a organização e expansão da sociedade capitalista prosseguiram, em suma, direções raciais assim como a ideologia social. Como força material, logo, é de esperar que o racismo permeasse, inevitavelmente, as estruturas sociais emergentes do capitalismo. Tenho usado a expressão “ capitalismo racial” para referir-se a esse desenvolvimento e a estrutura, subsequente , como agência história” (...) Racismo, reafirmo, não foi simplesmente uma

⁴ Para Fanon (2015) o colonizado está “dominado, mas nunca domesticado”.

⁵ O termo “ linha da cor” cuja autoria é inúmeras vezes atribuída ao sociólogo, comunista e pan-africanista W.E.B. Dubois foi utilizado pela primeira vez pelo pensador e militante abolicionista Frederick Douglas no artigo “ *The Color Line*”, publicado em 1881, na revista *The North American Review*, para descrever a segregação racial, existente nos Estados Unidos, após a abolição da Escravatura.

convenção para organizar as relações entre povos europeus e povos não-europeus, mas teve a sua génese nas relações “internas” entre povos europeus” (Robinson, 2000, p.2).

Posto isto, existe a necessidade de especificar a tipologia de racialização que se está a abordar. No contexto em que nós estamos, a racialização exercida sobre os povos de tom de pele branca é operada a partir de outros dispositivos (cultura, língua, religião, nacionalidade, nação) como índice da diferenciação, o que lhes permite “escapar”, passar despercebidos entre os “brancos” quando tais “marcas” não são imediatamente detetadas. Contudo, no caso dos chamados negros, o corpo é “sobredeterminado de exterior”, ou seja, ele é “escravo da sua aparência” (Fanon, 1975), provocado pelo holocausto da Escravatura Transatlântica e, conseqüente, holocausto metafísico (Wilderson, 2015). Por essa razão, considera-se a epidermização enquanto uma das facetas da racialização aplicada de forma particular aos sujeitos cujo corpo é de tez negra. Contudo, assinala-se, esta visão conceptual não visa defender o monopólio do racismo sobre as populações negras que habitam várias geografias do mundo, mas apenas apontar o seu carácter específico no processo da racialização dos corpos de fenótipo negroide. Por fim, importa ainda dizer o emprego do termo periferia neste trabalho não deve ser entendido como uma questão de localização geográfica, mas, na perspectiva fanoniana, significando a hierarquização das diferenças raciais, económicas e culturais (Fanon, 2015, Grosfoguel, 2016).

PRIMEIRA PARTE

METODOLOGIA E ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O MÉTODO FANONIANO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A orientação metodológica que conduz o presente trabalho é o paradigma qualitativo que se denomina de “método fanoniano de análise de discurso (Dixon, 2007). A questão metodológica em Fanon constitui um debate aceso entre os estudiosos do autor, os quais reconhecem a sua complexidade (Dixon, 2007, Gordon, 2008, 2015, Faustino, 2015). Lewis Gordon (1995, 2015) argumenta a preeminência da fenomenologia e existencialismo nas obras de Fanon. Reiland Rabaka (2010), por sua vez, elenca um conjunto de metodologias nos textos fanonianos, as quais denomina de formas de fanonismo. Rabaka (2010) aponta cinco delas: fanonismo antirracista, fanonismo decolonialista, fanonismo marxista, fanonismo feminista, fanonismo humanista e revolucionário. John Drabinski (2019), defende que a metodologia fanoniana, contida na sua primeira obra *Peles negras, máscaras brancas*, por exemplo, abre portas para inúmeras interpretações. E, assim, aponta a presença do pensamento hegeliano, o movimento negritude, a fenomenologia (Drabinski, 2019). Este autor argumenta ainda que Fanon verificou que a abordagem da negritude⁶, por exemplo, “exige modificação no método, sobretudo se esse método visa abrir espaços para resistência, rebelião e libertação” (Drabinski, 2019). Kurt Dixon (2007) destaca a presença da análise psicanalítica do discurso. Em relação à psicanálise sublinha-se, no entanto, que Fanon teceu críticas ferozes contra a tendência psicanalítica de universalizar a experiência europeia (particular) sobre o mundo inteiro:

“Muito se falou da aplicação da psicanálise ao preto. Desconfiando do uso que dela poderia ser feito, preferimos intitular este capítulo: “O preto e a psicopatologia”, uma vez que, nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros. No que bem tinham razão. As pessoas esquecem constantemente que a neurose não é constitutiva da realidade humana (Fanon, 2008, p.134).

Também, no que concerne à psicologia, Fanon defendeu a necessidade de realizar a “substituição da dialética quando se passa da psicologia do branco para a do negro” (Fanon, 2008, p.134). Fanon (1975) questionou se as ciências sociais e humanas do mundo ocidental não se encontravam enviesadas, ao ponto de dizer se não era preciso perguntar se os etnólogos, por exemplo, “imbuídos dos complexos da sua civilização, não se esforçavam por lhes encontrar uma cópia nos povos que estudavam” (Fanon, 1975, p. 164). Segundo Walter Gunther Rodrigues Lippold (2016) existe inúmeras tentativas de inserir o pensamento fanoniano numa “caixa” teórica, tais como:

“pan-africanista, marxista, freudiano, laciano, humanista, existencialista, materialista? Todos tentam enquadrar Fanon ou esconjurá-lo de suas linhas teóricas, o que não conseguem, pois Fanon dialoga, incorpora, crítica, supera as contradições destas teorias em prol da criação intelectual que seja (...) contra hegemónica e se contraponha à velha ladainha colonialista e racista, ungida pelo eurocentrismo” (Lippold, 2016, p.201).

⁶ O termo negritude é utilizado aqui não para designar o movimento artístico e literário de exaltação dos valores culturais das populações negras, ocorrida no início da década de trinta do século vinte, protagonizado por Aimé Césaire, Léon-Gontran Damas, Léopold Sédar Senghor. É empregue, assim, como equivalente de *blackness* na língua inglesa.

A ironia à volta disso tudo, quanto a nós, é que Fanon parece ter e não ter se preocupado com a questão metodológica. Em *Peles negras, máscaras brancas* (1956) Fanon, por um lado, reconhece a importância de se “iniciar uma obra por uma tomada de posição metodológica” (Fanon, 1975, p.29) e, por outro lado, diz preferir deixar “os métodos para os botânicos e os matemáticos. Existe um ponto em que os métodos se dissolvem” (*ibid.*). Segundo ele, o mais importante é que a questão seja, sempre, bem colocada, tanto no “plano objetivo como no plano subjetivo” (Fanon, 2008, p.29), e que o seu objetivo, não é “acumular factos, comportamentos, mas encontrando o seu sentido” (Fanon, 1975, p.145). É preciso recordar que as ciências sociais se encontravam atoladas de modelos cartesianos no período em que Fanon formulou as suas teorias, sobretudo aquando da escrita de *Peles negras, máscaras brancas* (Fanon, 1975, Lippold, 2016). O próprio Fanon (1975) demonstra a dificuldade de abordar a questão colonial, a sua resistência, dentro dos parâmetros metodológicos da epistemologia colonial: “a razão assegurava-se da vitória em todos os planos. Regressei às assembleias. Mas tive de mudar de tom. A vitória jogava ao gato e rato; provocava-me. Como dizia o outro, quando eu lá estou, ela não está; quando ela está, já não estou” (Fanon, 1975, p.131). Fanon demonstra que a epistemologia colonial validava a desumanização dos negros, judeus e árabes dado que construía “cientificamente” essas populações como problemas (Fanon, 1975, 1980, 1972, 2015). É deste modo que, de forma violentamente criativa, explodiu os modelos cartesianos. Segundo o filósofo Lewis Gordon (2015) Fanon não pretendia ser sufocado, amordaçado pelo método positivista e acabar por reificar a mistificação colonial, e assim, questionou a epistemologia colonial, os seus métodos de inquirição e validação, porque entendeu que a “luta acontece não apenas no âmbito das interações sociais, mas também em relação à razão e ao conhecimento” (Gordon, 2008, p. 16). Isso quer dizer que Fanon (1975, 1980, 2015) ao deparar com teorias que “justificam” e naturalizam a dominação colonial, compreendeu o imperativo da construção de uma teoria que fosse capaz de transformar o oprimido no que ele designou de “*ser acional*” (Fanon, 1975, p. 184). De acordo com este teórico o *ser acional* é a pessoa que é capaz de manter na sua “esfera de influência o respeito aos valores fundamentais que fazem um mundo humano” (*ibid.*) A descolonização metodológica, efetivada por Fanon, aponta, ao nosso ver, para uma crítica radical à ontologia colonial que se baseia no “progresso moral, psicológico, político, económico, religioso e cultural do ser humano tendo como espelho de referência o homem europeu e a perspectiva de controle e domesticação da natureza não humana” (Martins & Benzaquen, 2017, p.18). Com efeito, Fanon (1975) demonstra, apesar de toda retórica da neutralidade positivista que as epistemologias influenciam a metodologia e a ontologia e, ainda, que todo discurso científico possui um “corpo político de conhecimento” (Fanon, 1975, Grosfoguel, 2008). Como se pode verificar, torna-se impossível circunscrever as metodologias fanonianas dentro de escolas específicas porque ele combinou um leque vasto de conhecimento: economia, geografia, arquitetura, conhecimento popular, a psicanálise, crítica da arte e do cinema, narrativas pessoais, estratégias políticas com teoria social e muitas voltas e reviravoltas filosóficas para criar um método próprio de produção da teoria da *práxis* de libertação (Fanon, 1975, 2015, Cherki, 2006, Macey, 2012, Drabinski, 2019). De acordo com Renate Zahar (1974) as críticas de Fanon evidenciam que somente uma abordagem interdisciplinar, que incluísse os métodos psicológicos,

sociológicos, económicos de interpretação poderiam fazer *jus* ao conjunto de problemas que é o colonialismo⁷ (Zahar, 1974, p. 58, *apud.* Rabaka, 2010). Assim sendo, a metodologia fanoniana de análise do discurso, por assim dizer, é adequada para o presente trabalho, especialmente devido a importância que Fanon (1975, 2015) atribui à linguagem. Para Fanon (1975) falar, além de significar existir para “outro”, “é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 1975, p. 31-32) . Além disso, o mesmo autor afirma que quem “possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (Fanon, 2008, p.34). Então, examinar a linguagem é um fator importante, como acrescenta Lewis Gordon (2008), “na medida em que é através dela que criamos e vivenciamos os significados” (Gordon, 2008, p.15). Reinoldo Marquezan (2009), ainda a respeito desta matéria, defende que discurso não é produzido no *vacuum*, mas no e pelo meio histórico e deste modo:

“O sentido das palavras, dos enunciados não existe em si mesmo, na sua relação “transparente” com o significante. O carácter material do sentido, que é disfarçado pela evidência da transparência da linguagem, depende da formação ideológica a que se vincula. Assim, o sentido é determinado pelas posições ideológicas no universo sócio-histórico, no qual as palavras e os enunciados são produzidos/reproduzidos. As palavras e os enunciados têm seu sentido vinculado às posições ideológicas daqueles que os empregam” (Marquezan, 2009, p.99).

Posto tudo isto, argumenta-se que Frantz Fanon desenvolveu uma matriz metodológica capaz de sustentar as explicações das questões sociais contemporâneas, sobretudo quando se trata de questões (neo) coloniais. E o mais importante é o facto desta matriz metodológica reconhecer a pluriversalidade do mundo, a abertura de espaços de resistência e, ainda, imaginar que outros mundos são possíveis. É por tudo isto que defendemos a utilização desta metodologia na presente dissertação.

RECOLHA E TRATAMENTO DOS DADOS

Como foi dito, a utilização da análise de discurso fanoniano, nesta dissertação, foi executada numa perspetiva qualitativa. Para cumprir o objetivo proposto foram utilizadas duas estratégias. A primeira consistiu na revisão da literatura e da conversa dos moradores que serviram de elementos para construção de um quadro informativo sobre a Cova da Moura. E também para a construção de um *corpus* de análise dos discursos (académico e poder público) sobre o tema. Com efeito, o levantamento do material sobre a Cova da Moura foi conduzido do mês de março de dois mil e dezassete a julho do mesmo ano. Consoante o que foi exposto, a relação privilegiada com a Cova da Moura, facilitou a recolha. Pois sabia-se, de antemão, que alguns dos planos, estudos académicos e do poder público se encontravam no acervo da Biblioteca António Ramos Rosa da Associação Cultural Moinho da Juventude (BARA- ACMJ). Essa informação foi obtida durante o ano de 2007, quando compus a equipa organizativa da BARA- ACMJ, logo após a sua inauguração. Após um semestre de formação, em Catalogação e Indexação de Documentos, no Mestrado de Ciências Documentais da Universidade Autónoma⁸, organizámos e catalogámos os arquivos

⁷ Tradução nossa

⁸ O grupo era composto por Celso Lopes “*Kromo di Guetho*”, músico, investigador e operador de vendas e atual Presidente da Assembleia Geral da ACMJ, Ermelindo Quaresma “*Lord Strike*”, artista e Monitor da sala de Informática da ACMJ e eu.

da BARA- ACMJ. Era comum o aparecimento de pesquisadores/as à procura de documentos, requisitar arquivos, livros ou para pedir entrevistas. Quando entrei na secção dos arquivos tudo parecia relevante para esta dissertação (artigos de jornais, gravações de áudio e videocassetes VHS, atas das reuniões, acordos/protocolos, fotografias, etc.), mas com o tempo as coisas, gradualmente, se encaixavam. E era preciso ir a outros arquivos. E, assim, os acervos, repositórios dos Centros de Estudos e Universidades se tornaram alvos da recolha: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE); Universidade Nova de Lisboa, FCSH; Universidade Lusófona; Universidade Católica, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade de Aveiro; Universidade da Beira Interior (UBI); Universidade de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto De Ciências Sociais da Universidade De Lisboa; Escola Superior De Enfermagem De Lisboa - Pólo Calouste Gulbenkian; ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Informa-se, ainda, que apenas foram levantados e identificados, selecionados as monografias, relatórios de estágios, dissertações e teses de doutoramentos, estudos conduzidos pelo poder local ou a seu pedido, documentos das instituições locais e de outras entidades públicas que foram organizadas e apresentadas em anexo. Foram, também, inclusas na listagem as cinco publicações, mais recentes, do Centro Tomikviecks⁹ da ACMJ. Assinala-se, porém, que os inúmeros artigos científicos sobre o tema, não foram listados e nem selecionados para a análise, embora os tenha usados na reconstrução histórica e análise do tema. Mereceram o mesmo destino os artigos de opinião, revistas, filmes, fotografias, publicidades, episódios de novelas, documentários, videoclips musicais, faixas musicais, inúmeras queixas à Entidade Reguladora da Comunicação Social e demais documentos que, embora sejam bastante pertinentes, não contemplam o foco da análise deste trabalho. Outra questão importante a dizer é a existência de trabalhos académicos sobre a Cova da Moura que ainda estão por concluir. o levantamento e identificação dos dados permitem garantir que são vastos os campos de saber que se interessaram pelo bairro da Cova da Moura. Entre eles destacam as principais disciplinas: Ortopedia, Enfermagem, Serviço Social, Sociologia, Ciências da Educação, Psicologia, Arquitetura, Urbanismo, Antropologia, Gerontologia Social, Psicologia Social, Psicologia Social Clínica, Etnomusicologia, Enfermagem, Geografia. Os temas mais pesquisados são : a cultura (*Batuku, Kola San Jon, Rap & Hip Hop*, (i)migração cabo-verdiana e africana, etnicidade, bairro “clandestino”, construção “ilegal”, identidade, jovens, adolescentes, crianças não Caucásicas, educação, construção, multiculturalismo, intervenção social, “segunda geração”, exclusão social, intervenção social, associativismo, (in)sucesso escolar, integração de imigrantes, turismo, crenças, requalificação, jovens, música, bairros “críticos” , bairros de génese ilegal, bairro “degradado”, comunidade cabo-verdiana, habitação, pobreza, delinquência, criminalidade juvenil. O levantamento e identificação do material foi organizado cronologicamente em três períodos: 1) correspondente à década de oitenta, época em que

⁹ Centro Tomikviecks é um *Think Thank* da Associação Cultural Moinho da Juventude que trabalha na produção/sistematização de conhecimento e preparação de formações anuais aos trabalhadores/as do Moinho da Juventude.

surgiram os trabalhos do poder público, mais referenciados nos estudos e os primeiros trabalhos académicos sobre o bairro ; 2) a década de noventa, momento de incremento significativo de produções académicas sobre a Cova da Moura; e 3) dos anos dois mil até o dois mil e dezanove onde se destaca um aceleração exponencial de produções académicas sobre o bairro¹⁰. Salienta-se, ainda, que nesta dissertação o discurso sobre a Cova da Moura (académico e poder público), produzido em contextos históricos e epistemológicos específicos foram incorporados num único *corpus* discursivo. E pelo facto da existência de enorme quantidade de material, e por não se constituir parte integrante da metodologia deste trabalho, somente foram selecionadas e citadas as frases e passagens que sustentam e justificam este trabalho. Nesse sentido, a análise incidiu sobre as frases, enunciados, termos, conceitos, categorias, pronomes (demonstrativos e possessivos), e a adjetivação (Baker, Ellece, 2010).

A segunda estratégia baseou-se no levantamento da literatura sobre a teoria que orienta este trabalho. A necessidade de compreender, por um lado, o percurso do autor, as suas referências teóricas, o engajamento na luta de libertação do chamado terceiro mundo, e por outro, a utilização pelo autor de inúmeros conceitos, terminologias, levou-nos a leitura de alguns textos sobre ontologia, psicanálise, filosofia, economia política, pan-africanismo, existencialismo, epistemologias, geografia, o Movimento Negritude e a sua biografia, da autoria de David Macey (2012). E, o mais importante, a exploração da bibliografia de Frantz Fanon que conduziu a elaboração da orientação teórica-metodológica que delimita, fundamenta e sustenta o presente trabalho. Constatou-se que são vários os conceitos de Fanon que podem ser traduzidos para estudar e entender a sociedade portuguesa. Todavia, cingiu-se à apresentação do conceito de compartimentação colonial da obra *os Condenados da Terra* (2015), embora seja extensão da análise, realizada, anteriormente, em *Peles negras, máscaras brancas*. A escolha do conceito compartimentação colonial advém do facto de incidir sobre as questões da geografia urbana colonial. Porém, sublinha-se, que também foram mobilizados para a análise deste trabalho conceitos que estão presentes nas suas restantes obras. E por fim, importa dizer que se utilizou a versão portuguesa de “*Os Condenados da Terra*”, traduzida por António Massano e prefaciado por Inocência Mata, editada pela Editora Letra Livre, em 2015.

¹⁰ Os temas estão listados aleatoriamente e não pela sua qualidade ou quantidade. Ver em anexo, a bibliografia dos estudos académicos e poderes públicos sobre a Cova da Moura.

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

O CONCEITO DE COMPARTIMENTAÇÃO COLONIAL DE FANON

Conforme foi mencionado, o presente trabalho visa dissecar o discurso acadêmico e do poder público sobre o bairro da Cova da Moura, a partir do conceito fanoniano de compartimentação colonial. Frantz Omar Fanon (1925 -1961) é “o teórico do colonialismo e racismo mais relevante deste século” segundo a filósofa e ativista política Ângela Davis, que abre a versão inglesa de *The Wretched of The Earth* (2004). Palavras que fazem eco, nas inúmeras vozes de intelectuais, filósofos, psiquiatras, políticos, movimentos sociais, artistas e militantes/ativistas decoloniais, nos dois hemisférios, no filme documental *Fanon hier, aujourd'hui*¹¹ (2018), realizado por Hassane Mezinne. Fanon tornou-se um teórico global, sendo referência da luta e resistência dos povos oprimidos do mundo (Gordon, 1999, Macey, 2012, Mata, 2015). Portanto, o teórico revolucionário que revelou a originalidade do contexto colonial, nas suas dimensões ideológicas, a sua estrutura psico-económico-afetiva a sua ordenação e disposição geográfica urbana, a formação dos sujeitos, a violência revolucionária (Fanon, 1975, 1972, 1980, 2015) dispensa qualquer apresentação biográfica. Indo, então, direto ao assunto, o presente capítulo propõe apresentar o conceito fanoniano de “compartimentação colonial” (Fanon,2015), apresentado em *Les Damnés de La Terre*, enquanto orientação conceptual da análise deste trabalho. O conceito de mundo colonial maniqueísta (Fanon,2015) constitui uma ferramenta analítica essencial para a crítica de processos complexos de dominação (neo) colonial, a violência urbana, a criminalização e resistência dos povos (neo) colonizados do mundo (neo) colonial contemporâneo.

Frantz Fanon, que combateu a Alemanha-nazi e se solidarizou com os *Danados da Terra*, não se deixava seduzir pela aplicação de tábua rasa que a racionalidade científica colonial lhe sugeriu (Fanon, 1975, 2015, Faustino, 2015, Lippold, 2016). Fanon inicia a obra *Les Damnés de La terre* a afirmar que descolonização ou, se ainda quisermos, a conquista da independência é um “fenómeno violento” (Fanon, 2015, p.39). Fanon defende que essa rutura se baseia no confronto entre duas forças antagónicas cujo primeiro confronto decorreu sob o “signo da violência” (*ibid.*,p.40), porque o colono e o colonizado já se conhecem há bastante tempo. Para ele, “foi o colono que fez e que continua a fazer o colonizado” (*ibid.*) e ambos coabitam numa “substantificação segregada” (*ibid.*). De acordo com Fanon (2015), a violência polidimensional caracteriza o mundo colonial e foi inaugurada com a invasão do colono-opressor, o qual, apoiado pelos seus canhões e baionetas, demoliu “sem restrições os sistemas de referência da economia, os modos de ser, vestir” (*ibid.*, p.44) e da pilhagem, exploração e embrutecimento dos povos colonizados fez a “Europa erguer hoje, a sua torre opulenta” (*ibid.*, p.104). A chegada do colono, segundo Fanon, significou a “letargia cultural, petrificação dos indivíduos” (*ibid.*, p.95). A cultura no contexto colonial, acrescenta o

¹¹ *Black Lives Matters* (Estados Unidos), *Rhodes Must Fall e Fees Must Fall* e *Abahlali baseMjondolo* (África do Sul) assumem terem sido influenciados por Frantz Fanon (Gibson, 2011, 2015).

autor, outrora aberta e dinâmica, petrifica. Inclusive, a própria língua, ao ser proibida, perde o seu dinamismo e se mumifica (*ibid*,1975, 1980, 2015). Na perspectiva do autor a mumificação cultural e petrificação dos indivíduos são resultados da imposição de um trabalho de violência e confinamento permanentes: “o mundo colonizado é um mundo cortado ao meio. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quarteis e pelas esquadras da polícia. Nas colónias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia ou o soldado (*ibid*. p.42). A cidade colonial, na ótica dele, é cortada pela “linha de cor” que compartimenta o espaço urbano em “cidades indígenas e cidades europeias, de escolas para indígenas e escolas para europeus, tal como é desnecessário recordar o *apartheid* na África do Sul” (*ibid*, 2015, p.41). É o caráter totalitário e descarado da violência que difere o mundo colonial, por exemplo, da exploração que decorre nas sociedades capitalistas ocidentais, argumenta Fanon. Segundo Fanon (2015) nas sociedades capitalistas, a existência de “uma multidão de professores de moral, conselheiros, de desorientadores” (*ibid*. p.42), os quais através da religião, laicidade, meritocracia, a educação, a injeção sistemática de estímulos de veneração à ordem, à moderação “criam no explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente as forças da ordem” (*ibid*. p. 42). Segundo David Macey (2012) um dos mais célebres biógrafos de Fanon, quando Fanon chegou à Argélia para dirigir o Hospital Psiquiátrico de Blida deparou, por exemplo, com a compartimentação racial das alas psiquiátricas: um lado para os pacientes europeus e outro para pacientes árabes e berberes (Macey, 2012). O hospital cumpria o inverso do seu papel. Ao invés de ser “espaço de cura” para “o doente que implora” (Fanon, 1975), se transformara em “uma caserna” (*ibid*. 2015). Como psiquiatra sabia do impacto do espaço - físico e/ou relacional – na saúde dos pacientes. E por isso instituiu, então, a abolição da compartimentação racial das alas, substituindo-as “por outra que considerasse o grau de sofrimento psíquico do paciente, aglutinando árabes, berberes, franceses nas mesmas alas” (Faustino, 2018, p. 68). E os pacientes “passariam a ter liberdade para entrar e sair das salas quando quisessem e as camisas de força só seriam usadas em último caso” (*ibid*..). Contudo, segundo Deividson Faustino (2018) falhou na sua forma porque tratou os muçulmanos como se fossem cristãos europeus (*ibid*..). No mundo colonial, aponta Fanon, as características da classe dominante são também distintas porque “não são nem fábricas, nem as propriedades, nem as contas bancárias que caracterizam, em primeiro lugar, a “classe dirigente” (*ibid*. p. 44). Pelo contrário é, antes de tudo, “pertencer ou não a determinada espécie, a determinada raça” (*ibid*..). Fanon entende que a “linha da cor” ou a raça, uma invenção histórica, transforma-se numa espécie de dispositivo organizador na atribuição de papéis sociais porque, argumenta Fanon, “nas colónias a infraestrutura económica é também uma superestrutura. A causa é efeito: é-se rico porque se é branco, é-se branco porque se é rico” (*ibid*., p. 44). Por outras palavras, os cargos de decisão, a gestão das empresas, a coordenação e gestão das obras públicas são racialmente atribuídas aos colonos. E os trabalhos servis, ou seja, os trabalhos “braçais” e “sujos” são naturalizados e normalizados como trabalhos para os negros, e os

trabalhos qualificados para os brancos¹². Segundo Deividson Faustino (2018) ocorre “a *epidermização* dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida” (Faustino, 2015, p.58). “Pertencer ou não a determinada raça” determina tipo de trabalho, a mobilidade, a distribuição dos recursos e equipamentos sociais, as formas com as instituições lidam com os sujeitos decorrem da posicionalidades estrutural de cada corpo (Fanon, 1975). Segundo o autor a materialidade da política de gestão e manutenção do mundo colonial também se reflete na paisagem da geografia urbana colonial:

“A cidade do colono é uma cidade firme, toda ela de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem mesmos sonhados. Os pés do colono nunca se vislumbram, a não ser no mar, mas nunca se está suficientemente perto deles. Pés protegidos por sólidos sapatos, apesar de as ruas serem limpas, planas, sem buracos e sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, e a sua barriga está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos, a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva, é um lugar de má fama, habitado por homens de má fama. Lá nasce-se em qualquer parte, de qualquer maneira. Lá, morre-se em qualquer parte, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, onde os homens se amontoam uns sobre os outros, as cubatas, umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, carvão e luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade de cócoras. É uma cidade de negros, uma cidade de *bicots*” (ibid. p. 43).

Para ele, o mundo colonial é regido por uma lógica puramente aristotélica de exclusão recíproca, ou seja, uma está a mais (Fanon, 2015). Nessa dimensão torna-se ilegível a possibilidade de relação condigna entre pessoas dado que se opera através da linha divisória do humano, o qual consiste na hierarquização de povos, culturas, vidas, modos de vida, ética e/ou valores. Também a vigilância incide no próprio movimento dos sujeitos na cidade colonial em que os corpos, racialmente marcados, recebem bloqueios quando procuram efetivar a sua dialética com o mundo. Na obra anterior, *L'An V de la révolution Algérienne* (1959), Fanon descreveu a existência de barreiras militares, semelhantes aos atuais *checkpoints* israelitas na Cisjordânia, nas quais os “indígenas” eram sujeitos ao máximo de escrutínio, enquanto que os europeus jamais eram “*fouillés*” (Fanon, 1972, p. 133)”. Anota-se na descrição do autor que o critério que institui o bloqueio ou/e passagem sem revista é a posicionalidade estrutural do corpo consoante o campo semântico, estruturado a partir das qualidades atribuídas à epiderme, à cor (Fanon, 1972, 1975, 2015, Costa, 2017). Segundo Fanon o maniqueísmo colonial vai para além das funções sociais, mas também compartimenta a humanidade, a afetividade, a capacidade psíquica, os valores éticos e morais, os quais são distribuídos de acordo com características biológicas, culturais e religiosas dos sujeitos. Na obra *Peles negras, máscaras brancas* (2008), cujo propósito foi a desalienação do negro e do branco, o autor descreve os mecanismos da compartimentação dos atributos morais e comportamentais segundo a “linha da cor”:

¹² É de assinalar, no entanto, que a operacionalização da raça na atribuição de papéis sociais possui outras dimensões para além da cor da pele (religião, cultura, língua, nação, nacionalidade, etc.) (Grosfoguel, 2012).

“Bem-Mal, Bonito-Feio, Branco-Negro: tais são os pares característicos do fenômeno que, retomando uma expressão de Dide e Guiraud, chamaremos de “maniqueísmo delirante” (Fanon, 2008, p.156).

Na mesma obra, o autor defende que existe uma linha divisória do humano que compartimenta a humanidade em humanos e não humanos ou semi-humanos: “existe uma zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado, onde um autêntico surgir pode ter origem” (*ibid.*, 1975, p.24). Essa linha, instituída pelo mundo moderno colonial, segundo o autor, divide a humanidade em duas zonas: a zona do ser e a zona do não ser (*ibid.*, 1975, 2015). A zona do ser, corresponde à zona do ser imperial hegemônico, apresentado como universal, racional, cujas formas de existir foram e são estruturalmente validadas pelo poder hegemônico. É uma posicionalidade estrutural cujos sujeitos veem a humanidade porque detêm o privilégio racial. Porém, segundo Ramón Grosfoguel (2016) a concessão de privilégio racial não significa, automaticamente, que esses grupos sociais não sejam vítimas de “opressão de classe, gênero, sexual e/ou nacional/colonial, porém, não experienciam a opressão racial, pelo contrário, são racialmente privilegiados, vivendo, assim, todas aquelas opressões mitigadas pelo privilégio racial” (Grosfoguel, 2016, p.11.12). Ao contrário, na zona do não ser é uma zona cuja humanidade foi expropriada, não reconhecida pelo *etos imperial* de humanidade, marcada pelo desejo de ser tratado de forma semelhante aos outros (*ibid.*, p., 1975). Isto quer dizer que ao corpo que habita a zona do não ser, em sociedades colonias/racistas, é negada a capacidade de relacionalidade dado que é considerado socialmente patológico. Isto pode ocorrer na relação com as instituições e na relação interpessoal quando o corpo epidermizado/racializado procura efetivar a sua relação com o mundo e é “devolvido desancado, desconjuntado, demolido” (*ibid.*, 2008 p.106). A zona de não ser é uma zona sujeita ao escrutínio, confinamento, assombrado pela “expectativa de ser repudiado” (Mbembe, 2015) daquele/a que possui um modo de existência considerado ilícito nas sociedades coloniais e racistas; e as camadas de opressão (classe, gênero, sexual e/ou nacional colonial) são agudizadas pela opressão racial (Fanon, 1972, Grosfoguel, 2016, Mbembe, 2017). Segundo Fanon (2015) os corpos que habitam a zona de não ser são postos, sistematicamente, sob o terror ontológico para “ficar no seu lugar, a não ultrapassar os limites” (Fanon, 2015, p.55). Todavia, Fanon não condena os corpos que habitam a zona de não ser ao fatalismo, ao contrário concede-lhes esperança, apelando a eles que não cessem de efetivar a sua relação dialética com o mundo; que se transformem em um *ser acional* cujo “corpo jamais deve repousar” (*ibid.*, 1975) do mundo que decreta que não devem aparecer. Em *Os condenados da Terra* Fanon retoma à análise do “maniqueísmo delirante” do mundo colonial argumentando que o mundo colonial bestializa o colonizado. Isto é, retrata-o como “o elemento corrosivo dos valores (...) não basta ao colono delimitar fisicamente, isto é, com ajuda da sua polícia e dos seus soldados, o espaço colonizado” (*ibid.*, p.45). De acordo com Fanon, o colono afirma que o mínimo de contacto com o colonizado envenenaria e infetaria, irreversivelmente, os seus valores. Sublinha-se que neste processo de embrutecimento, o próprio colono se embrutece e torna-se num narcisista que se gaba de ser o único detentor do monopólio da história, da beleza, inteligência, ética e moral. E por essa razão, fundamenta o autor, transforma o colonizado em “uma espécie de quintessência do mal” (*ibid.*) para validar e legitimar o decreto do seu suposto monopólio. É uma estrutura moral e

material que desfigura, desumaniza e bestializa o colonizado, como aponta o autor, sem recorrer a metáforas e eufemismos, utiliza “uma linguagem zoológica (...) o colono quando quer descrever devidamente e encontrar a palavra certa, refere-se constantemente ao bestiário” (*ibid.*, p.46). Essa bestialização foi imposta pela violência que inaugurou a invasão colonial e impôs “a supremacia dos valores brancos” (*ibid.*, p.47). Fanon diz, ainda, que o discurso da modernidade colonial reduziu o continente africano a “um antro de selvagens, um país infestado de superstições e fanatismo” (*ibid.*, p.216), desprezando e/ou negando a “história anterior à colonização” (*ibid.*, p.214). Na sua cruzada contra determinadas “formas de existir” (*ibid.*, 1980), os costumes, valores, os mapas e esquemas culturais, são considerados, pelo colono, como a “a marca dessa indigência, dessa depravação constitucional” (*ibid.*, 2015, p.46). Mete-os sob fogo cerrado para diluí-los, apagá-los, com o objetivo de “convencer os indígenas de que o colonialismo iria arrancá-los à noite” (*ibid.*, p.215) e de que a saída do colono significaria “para eles [colonizado] o retorno à barbárie, ao aviltamento e à animalização” (*ibid.*, p.p.215). Segundo Fanon (2015) o colonizador fabrica “factos científicos” e cria grupos de intelectuais, inclusive no seio do grupo colonizado, para fundamentar que o colonizado se comporta como uma besta. O argumento científico do colonizador, segundo ele, serve para estabilizar e normalizar a dominação colonial. Fanon, identifica a evangelização católica como parte integrante desse processo, defendendo que a igreja católica não chama o colonizado para o caminho do “Deus dos oprimidos”, como propôs James H. Cone (1975). Mas, ao contrário, convoca-o para o “caminho do branco, o caminho do amo, o caminho do opressor” (*ibid.*, 2015, p. 46). Segundo ele, a introdução da evangelização retira ao colonizado toda iniciativa, entregando-se ao fatalismo atribuindo à “Deus a causa dos males, da miséria e do destino” (*ibid.*, p.58) e “rebaixa-se diante do colono e diante da sorte” (*ibid.*). Além da religião católica, usada como óleo na engrenagem da máquina colonial, Fanon (2015) observa também que as estruturas míticas, o incentivo aos conflitos tribais, as danças e os fenômenos de possessão-despossessão, ritos de purificação “tem no dinamismo da economia libidinal funções precisas” (*ibid.*, p.58), ou seja, tal como a igreja católica “essas dissoluções têm uma função económica primordial na estabilidade do mundo colonizado” (*ibid.*, p.61). Fanon de modo algum está a ridicularizar as práticas culturais do colonizado mas apenas cita esses exemplos para demonstrar que o colonizado, na procura de equilíbrio interior, se aliena quando se deixa seduzir por “génios maléficos” (*ibid.*, p.58) que ele considera serem “mais terríficos que os colonos” (*ibid.*, p.59) se aprisionando, cada vez, nas malhas do colonialismo e sedimentando a sua agressividade. Esta acumulação de combatividade, explica o autor, advém do facto de que “no mundo colonizado, a afetividade do colonizado é mantida à flor da pele como uma chaga viva” (*ibid.*, p..60) o que resulta na sua tensão muscular. Essa tensão muscular, escreve Fanon, é dissolvida através dos ritos, danças e “explosões sanguíneas: lutas tribais, lutas de *cofs*¹³, lutas entre indivíduos” (*ibid.*, p.57) e também “das nove da noite às seis da manhã” (*ibid.*, p.55). E é por essa razão, que “os sonhos do indígena são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos” (*ibid.*), justifica o autor. O campo do

¹³ É um termo que designa a divisão grupal entre os povos Imazighen que habita a Cabília, região situada na fronteira de Argélia com Marrocos.

desejo é também um outro elemento que ele analisa, argumentando que o colonizado é um invejoso que lança “ um olhar de luxúria, um olhar de inveja” (*ibid.*, p.43), um olhar de vontade de penetrar “nas cidades proibidas”, na cidade farta, indolente, sempre cheia de coisas boas: “movidos pelo sonho de posse e inveja, [o colonizado] quer sentar-se a mesa do colono, dormir na cama do colono, se possível com a mulher do colono” (*ibid.*). Para Fanon, o colono só cessa “ o seu trabalho de crítica do colonizado apenas depois de este reconhecer, alto e bom som a supremacia dos valores brancos” (*ibid.*, p.47). E por isso, ele não se limita a descrever a violência económica, física, simbólica do mundo colonial sobre o colonizado. Também demonstra que o colonizado não é um sujeito passivo. Em relação ao decretar unilateral do monopólio dos “ bons valores e costumes”, Fanon defende que o “ colonizado sabe de tudo isso e ri a bom rir quando se descobre animal nas palavras do outro” (*ibid.*) porque ele, “ está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade” (*ibid.*, p.56). E acrescenta que no “ período da descolonização, a massa colonizada zomba desses mesmos valores, ataca-os, vomita-os com toda força” (*ibid.*, p.47). A descolonização, ou seja, a conquista da independência que se propõe, explica o autor, visa abolir o mundo colonial, “penetrar nas cidades proibidas” (*ibid.*, p.44) porque o colonizado sabe, desde do seu nascimento, que esse “ mundo acanhado, cheio de interdições, só poderá ser posto em causa pela violência absoluta” (*ibid.*, p.41). É o momento em que o colonizado decide “ser a história, em actos” (*ibid.*) para desmoronar toda a infraestrutura e superestrutura coloniais com vista a “ criação de uma nova humanidade” (*ibid.*, p.40). Segundo o autor, o desmantelamento do mundo colonial não significa que depois seja construída “ vias de passagem entre as duas zonas” (*idem*, p.45), mas, ao contrário, uma “ reformulação integral” (*idem*, p.40) “ a condenação à morte do sistema colonial” (*ibid.*, 1980., p. 127)¹⁴.

Para finalizar, Fanon enquanto psiquiatra, filósofo e teórico da revolução argelina, elaborou a sua teoria dentro da praxis de luta anticolonial, adotando uma perspectiva de análise interdisciplinar, o que lhe possibilitou elaborar teorias de rutura epistemológica, abrindo, assim, espaço para resistência e imaginação de outros mundos possíveis. E, obviamente, que os seus conceitos e categorias, estejam calcados no seu tempo e contexto. Todavia, apesar das grandes mutações sociais, políticas, económicas, tecnológicas e culturais que tocaram o mundo nos últimos sessenta anos, após a sua morte, não destruíram o maniqueísmo forjado na época colonial. Mas isto, não é nada que o autor, de forma dolorosa, não previu. Fanon diz que o maniqueísmo colonial continuaria após a conquista da independência das ex-colónias africanas, o qual ele atribui as seguintes causas: i) a prática de chantagem e estrangulamento económico por parte das antigas potências coloniais com a retirada de capitais e sanções económicas, condenando a “ jovem nação à

¹⁴ Segundo Wallerstein (2008), a acusação de Fanon ser apologista de violência é de má-fé porque não se sabe certo se o capítulo sobre a violência, em *Les Damnés de la Terre*, tratar-se de uma observação analítica ou de uma recomendação política. Por este motivo, defende Wallerstein que “a reacção dos leitores a este ambíguo período inicial é, sem dúvida, mais função da psique do leitor do que da do autor” (Wallerstein, 2008, p. 12). O argumento de Wallerstein faz sentido se lermos com atenção o capítulo *As Grandezas e Fraquezas da espontaneidade* da mesma obra.

regressão” (*ibid.*, p.99) o que faria com que “ os circuitos económicos do jovem Estado atolam-se irreversivelmente na estrutura neocolonialista (*ibid.*, p.170) e ii) a traição às massas, pelas elites independentistas, cujo partido que organizou e liderou a luta de libertação nacional, se transforma num “ instrumento de coerção e claramente antidemocrático” (*ibid.*, p.175) cujo “ o exército e a polícia constituem pilares do regime” (*ibid.*, p.176) e os seus militantes confirmam com o seu comportamento que a sua filiação ao partido “ tinha como o único objetivo participar da distribuição do bolo da independência” (*ibid.*, p. p.175). Isto é, após a independência a mesma miséria grafa o território libertado que passa a ser conhecido de “geografia da fome” (*ibid.*, p.98) porque a burguesia nacional é“ inútil e nociva” (*ibid.*, p.178) (...) “dominada pelo espírito de usurário e que se contenta com os dividendos assegurados pela antiga potência colonizadora” (*ibid.*,p.179), desempenha, desavergonhadamente, o papel de acólito do (neo) colonialismo. Verifica-se atualmente as desigualdades entre norte sul e o florescimento do maniqueísmos nas antigas cidades coloniais e nas antigas metrópoles. Segundo Alice Cherki (2006) a “ estrutura das suas duas partes irreconciliáveis continua a florescer sob múltiplos disfarces por exemplo sobre os descendentes, das antigas colónias francesas” (Cherki, 2006, p.208) . Norman Ajari (2011) defende , na mesma linha, que os “antigos maniqueísmos vestem-se de disfarces do novo *realpolitik* e dos seus discursos vulgares¹⁵ (Ajari, 2011, p.12) e aponta a caça aos imigrantes na europa, os ofícios circulares sobre os povos Roma como alguns dos exemplos de novos hábitos da linguagem de pura violência e bestialização da pior espécie¹⁶ (*ibid.*,). Em Portugal, na AML é visível, por exemplo, que as populações oriundas da experiência colonial e seus descendentes portugueses estão a sobreviver em bairros segregados, habitações precarizadas, sofrendo racismo no acesso ao mercado de aluguer e compra de imóveis; a atribuição de funções laborais, socialmente desvalorizadas, o que chamam de trabalhos para “*pretos*” e “imigrantes; a taxa desproporcional de reprovação dos afrodescendentes em relação aos brancos nas escolas portuguesas (Seabra et al., 2016, Roldão, 2019); o número, cada vez mais significativo, de jovens e adultos negros no sistema carcerário português; a criminalização e racialização do corpo negro pelos meios de comunicação social; a vigilância e violência policial racista contra a população negra africana, migrante e portuguesa; a morte de jovens negros nas mãos da polícia que não causam nenhum sentimento de perda social, indignação e, muito menos, condenação efetiva dos seus executores; a ocupação dos bairros, habitadas pela maioria negra africana portuguesa, pelas Equipas de Intervenção Rápida da Polícia da PSP; as visíveis desigualdades económicas que grafam a paisagem da AML que a transforma numa espécie de urbanização colonial. Assim sendo, levando em consideração o apelo de Fanon (1980) de “ procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todo os níveis de sociabilidade” (Fanon, 1980, p.38) procede-se à análise do discurso académico e do poder público sobre a Cova da Moura, uma vez que o discurso científico e político desempenha um papel importante na (i) legitimação das relações (neo) coloniais de poder

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa

SEGUNDA PARTE

DA PRESENÇA AFRICANA SILENCIADA À PRODUÇÃO DO BAIRRO DA COVA DA MOURA

OS NEGROS EM PORTUGAL: UMA PRESENÇA PERMANENTE SILENCIADA

É fácil constatar que vive no imaginário social português, quiçá mundial, o mito de que o encontro entre os povos europeus e povos negro africanos é um produto do século da predação (Mbembe, 2015). Todavia, o encontro entre as duas “raças” (negra e branca) iniciou-se séculos antes da época das “razias”, o período de rapto e contrabando de pessoas negras africanas (Snowden, 1983, Robinson, 2000, Mbembe, 2015). A propósito, alguns autores defendem que os africanos do Sul ao Norte de África, assim como os povos asiáticos, deram grandes contributos a nível cultural, intelectual e tecnológico para o que veio a ser designado de civilização “ocidental” (Diop, 1955, James, 1992, Robinson, 2000, Hobson, 2004, Bernal, 2006). Para o professor de Política e Estudos Internacionais John Hobson (2004) o eurocentrismo tem sido um militante no apagamento e silenciamento de narrativas históricas que não conferem protagonismo ao homem europeu. Discutindo sobre a questão das “navegações do Vasco da Gama, celebradas, na Europa como pioneiras no mundo, escreve que:

“ os persas Sassânidas navegaram sobre a China e Índia desde dos primeiros séculos do primeiro milénio, assim como o fizeram os Etíopes e, mais tarde, os Muçulmanos (depois de 650). E os Javaneses, Indianos e Chineses, todos tinham atravessado o Cabo, décadas, senão séculos antes do [Vasco] Da Gama. Não foi esquecida que Da Gama somente conseguiu navegar sobre a Índia porque foi orientado por um navegador muçulmano Gujarati¹⁷” (Hobson, 2004, p.22)

Robinson (2000) defende que “ durante 300 anos, antes do século XV mais Africanos cruzaram o Atlântico, por cada ano, do que os Europeus (Robinson, 2000, p.82)¹⁸. A presença de negros africanos na península ibérica, por exemplo, remonta à época dos cartagineses, fenícios, romanos, e atravessou os Califados de *Al Andalus*, o Reino Cristão (Robinson, 2000, Castro Henriques, 2009, Grosfoguel, 2015). Verifica-se, no entanto, um silêncio, quase total, na sociedade portuguesa, incluindo nas suas universidades, sobre essa questão e, inclusive, sobre a presença dos negros africanos, em Portugal, a partir do século XV. A presença dos africanos, em Portugal, coincide com o processo de “bestialização” (Fanon, 2015) dos sujeitos africanos que, segundo Mbembe (2015) foram transformados em homens-mercadoria, homens-moeda e homens-ferramenta pela Escravatura Transatlântica epidermizada (*ibid.*). Isto acontece porque os primeiros africanos, raptados e feitos cativos, chegaram a Portugal em 1444, sendo expostos à venda pública por Antão Gonçalves, envolvendo mais de duzentos homens, mulheres e crianças africanas (Henriques 2011, Mbembe (2013). Alguns autores afirmam que, no século XVI, dificilmente encontraria casas que não possuía “cativos” na cidade de Lisboa cuja população escravizada aproximava a dez por cento (Tinhorão, 1988, Didier, 1999). No fim do século XVII e metade do século XVIII, a população negra africana, em Lisboa, representava cerca de dez a quinze por cento da população da cidade e não se concentrava apenas na capital do país (Lisboa), como era também numerosa nas cidades do Alentejo, Algarve, Porto e seus

¹⁷ Tradução nossa.

¹⁸ Tradução nossa.

arredores (De Sousa, 1975, Saunders, 1982, Tinhorão, 1988, Didier, 1999, Fonseca; Saboia, 2001-2002, Ferreira; Coelho, Wasterlain, 2019) . Em Lisboa, é de recordar, por exemplo o famoso bairro do Mocambo, surgido no século XVI, o qual é apresentado em vários estudos como um dos primeiros bairros de Africanos e afrodescendentes em Portugal (Henriques & Leite, 2013). Batizado com um nome de origem Bantu (Kimbundu) (Sweet, 2013), o Mocambo era um bairro segregado dado que naquele período os negros, os povos romani, mouros, judeus e “mulatos” foram classificados de “raças infectas” pela institucionalização do critério jurídico-religioso de “pureza de sangue” (Bonfim Souza, 2008, p. 87-93). O dispositivo da pureza de sangue servia como ferramenta de controlo e vigilância do Reino Cristão contra o não cristão que era obrigado a se converter ou morrer (Bonfim Sousa, 2008, Grosfoguel, 2016). Bonfim de Sousa (2008) argumenta que os referidos grupos foram desde do final século XV estigmatizados pela legislação portuguesa de “pureza de sangue”, copiada da Espanha e que só viria a ser extinta no período pombalino.

A presença secular de africanos escravizados e livres deixou marcas profundas na sociedade portuguesa a vários níveis: econômicos, culturais, religiosos, intelectuais (Tinhorão, 1988). Em relação à música, por exemplo, Tinhorão (1988) defende o Fado como umas das expressões culturais que no começo era algo apenas de negros e mulatos, que foi entrando gradativamente no círculo dos brancos pobres. Após a abolição da Escravatura, que aconteceu apenas na metrópole do império, no século XVIII, a presença da população negra em Portugal foi enterrada, através de “fórmulas de apagamento” (Trouillot 1995) e o Bairro do Mocambo, foi perdendo, gradualmente, a sua população, principalmente após o terramoto de 1755 que destruiu a cidade de Lisboa . No século XIX restava apenas a marca toponímica do seu passado que foi enterrado (a Travessa do Mocambo) (Henriques & Leite, 2013) uma vez que nos meados do mesmo século, segundo Tinhorão (1988), foi conduzido um esforço para “varrer” a “presença incómoda” (Sousa, 1975) dos negros que são degredados para as terras colonizadas de África e Sul de Portugal. Porém, Tinhorão (1988) argumenta que foi uma manobra para expulsar os excedentes que existia no país (Tinhorão 1988, p.311). No século XX em Lisboa permanecia ainda uma presença da população negra, dados esses que são demonstrados pelo recenseamento de 1921, que continha perguntas a respeito da identidade racial, acrescenta Tinhorão (1988). O argumento de Tinhorão do “reduto” da população negra em Portugal, nas três primeiras décadas do século vinte, faz todo sentido dado que na mesma época apareceram vários jornais, organizações e associações pan-africanistas e anticoloniais (Pinto de Andrade, 1998, Pereira; Varela, 2018). Inclusive, a Terceira Conferência Pan-africanista foi organizada em Lisboa e Londres (Shepperson, 2008, p.37) e contou com a participação do pai da sociologia do Estados Unidos da América, o intelectual, comunista e pan-africanista W.E.B Dubois que esteve em Lisboa (Geiss, 1967, Shepperson, 2008). O silêncio sobre a presença de africanos em Portugal constitui a prova de que Portugal tomou a eurocentrismo como mapa cognitivo, alimentando o imaginário social de que a escravatura racializada de pessoas negras africanas decorreu longe da metrópole lisboeta. Sublinha-se, no entanto, que este silêncio e apagamento também se aplica aos judeus e mouros. Segundo Miguel Vale de Almeida (2006), Portugal produziu uma “amnésia colectiva” em relação a esses três povos (Negros, Judeus e Mouros) outrora tão presentes em Portugal e que foram ou expulsos ou “branqueados” (Vale de Almeida, 2006, p.195). Porém, ao contrário

foi produzida uma , “híper visualização da presença branca nos territórios colonizados”, apesar de tal ter ocorrido muito tarde e de pouca expressão numérica (Vale de Almeida, 2006, Castelo, 2007 *apud.* Alves, 2013). Esse silenciamento é conduzido mediante “fórmulas de apagamento e fórmulas de banalização” (Trouillot, p.96) e manutenção da história seletiva da “biblioteca colonial (Mudimbe,2013) contribuindo assim para o silenciamento da violência da escravatura silenciada e a sua resistência.

A PRODUÇÃO DO BAIRRO DA COVA DA MOURA

Entre 1960 e 1973, com o crescimento do sector da construção civil, os cabo-verdianos são “convidados” para preencher o espaço deixado por cerca de um milhão de potenciais trabalhadores/as, como resultado da emigração provocada pela ditadura do Estado Novo Fascista e Colonial (Malheiros, 1998, 2011, Machado, 1994, Fikes, 2009, Pereira, 2014). Salienta-se que, à altura o povo cabo-verdiano se encontrava a viver miseravelmente dentro de uma estrutura colonial racista que por séculos apenas desenvolveu a política da fome (Sousa, 2003). A sua situação se tornaria, ainda, mais catastrófica com crises consecutivas nas décadas de 1940 e 1950 (...), que vitimaram mais de 30 mil cabo-verdianos” (De Resende, 2014, p. 56), deixando somente duas opções “lutar ou imigrar” (Relatório do PAIGC, 1974, p.10). Com o início da Luta de Libertação Nacional na Guiné Bissau (1963) o Estado Novo Colonial e Fascista desenha novas políticas para as colónias. Segundo Nardi de Sousa (2003), as políticas de Estado Novo Colonial e Fascista pretendia impossibilitar à adesão massiva dos cabo-Verdianos à Luta de Libertação Nacional na Guiné Bissau e obter um exército cabo-verdiano de mão-de-obra barata:

“o objectivo do governo português era através desses acordos orientar a emigração do “ exército” de cabo-verdianos para Portugal e suas outras colónias, onde as condições de trabalho são mais precárias, os salários mais baixos, onde, segundo os homens do PAIGC, há menos probabilidades de reforçar a sua consciência política” (Sousa, 2003, p.105)

De acordo com o relatório de 1974 do PAIGC, em mil novecentos e setenta e dois, “além de viverem milhares de cabo-verdianos em Angola, S. Tomé, Cabora Bassa em Moçambique, Portugal já tinha roubado 30.000 emigrantes cabo-verdianos para trabalhar na metrópole” (apud. Sousa, 2003, p.104). Destaca-se, ainda, que com intuito de escapar às pressões internacionais para o abandono das colónias em África, e também para ludibriar os cabo-verdianos, o Estado Novo Colonial e Fascista desenvolve a retórica de “ pátria multirracial” e o mito da existência de “ portugueses em África”, alegando de que estava a combater “terroristas” (Cabral, 1977, Fikes, 2009, Pereira, 2015). Porém, o mito é quebrado com a descoberta dos acordos de Portugal com a França e Holanda, para vetar a emigração cabo-verdiana para esses países (Sousa, 2003, Pereira, 2015) e os cabo-verdianos que na metrópole percebem que “ não eram, na verdade, reconhecidos como portugueses, sobretudo em Portugal” (Fikes, 2009, p.xi). Na metrópole colonial os cabo-verdianos são enquadrados nos serviços da indústria de extração, serviços domésticos, carpintaria, serviços hoteleiros e setor da construção civil, já que decorria a construção do metropolitano de Lisboa, e outras se tornaram *peixeiras* ou cozinham para os trabalhadores que dormiam nas obras (Saint-Maurice, 1997, Sousa, 2003, Fikes, 2009, Pereira, 2015). De acordo com Nanda Delgado, moradora do bairro da Cova da Moura, alguns desses trabalhadores cabo-verdianos, inclusive, morreram aquando da construção da Ponte vinte cinco abril, então Ponte de Salazar, construída durante os anos sessenta. Uma parte desta

população cabo-verdiana migrante instala-se em São Bento e Estrela que passam a ser vistas como “zona dos cabo-verdianos” (Malheiros, 1980) e uma outra grande parte “encontravam nos casebres e nos estaleiros das empresas de construção para as quais trabalhavam uma solução habitacional temporária” (Alves, 2016, p.95). Também algumas dessas famílias se fixaram no Seixal e Amadora, assim como grupos de migrantes rurais que vinham de sul e norte do país à procura de melhores condições de vida. A construção de suas moradias na Amadora está relacionada com os fatores de proteção e trabalho: i) proximidade do centro da cidade de Lisboa, existência de transportes públicos e terrenos disponíveis, onde as pessoas que não encontraram resposta às carências habitacionais construíram as suas casas; ii) a criação da indústria pesada e de manufatura que fez da Amadora uma das áreas mais industrializadas da área metropolitana de Lisboa (AML). Este processo, iniciado nos anos trinta, teve a sua expressão mais significativa nas décadas de cinquenta e sessenta. É acompanhado pelo crescimento demográfico do território que, à época, era uma região agrícola, antes da construção de infraestruturas de transportes e indústria (PDM¹⁹, CMA, 1994) e, mais tarde com a entrada de Portugal na União Europeia (1986) e com o êxodo rural e a importação de mão de obra da ex-colónias portuguesas, principalmente de Cabo Verde. Essas pessoas, referidas como “vaga” (Rodrigues, 2009, p.15) ou “surto” (Vaz, p.92, CMA, 1983) foram trazidas como mão-de-obra barata para construir Portugal, ainda durante a época colonial, depararam-se com falta de oferta legal de habitação e também, porque os proprietários racistas brancos não estavam dispostos a arrendar as suas casas aos inquilinos cabo-verdianos (Batalha & Carling 2008), somadas de perseguições motivadas pelo ódio racial:

“ éramos, frequentemente atacados e insultados, atropelados pelos racistas nas estradas; as nossas casas destruídas, até queimadas, destruídas pelos racistas que detestam os pretos e depois queriam enganar-me que aquilo só acontecia aos ‘pretos’ da América”. *Tu não sabes, porque és muito novo, mas duas crianças morreram de fogo posto nas Fontainhas*²⁰.

É nesse contexto que começam a ser construídos os bairros, bairros populares, de maioria negra africana ou de portugueses negros, como a Venda Nova, Miraflores, Pontinha, Azinhaga, Fontainhas, Santa Filomena, Estrela D’África, 6 de Maio e a antiga Quinta do Outeiro, conhecida por Bairro da Cova da Moura.

A Cova da Moura é uma comunidade construída pelos seus próprios habitantes (Horta, 2000, Raposo, 2010), em um espaço de 16.3 de terra, localizado administrativamente na Freguesia de Águas Livres, Amadora, concelho adjacente à capital Lisboa. Habitada por uma maioria de portugueses (negros e brancos), migrantes cabo-verdianos, angolanos, são tomenses, guineenses, gaboneses, brasileiros, moçambicanos, congolese e ucranianos. Segundo alguns autores e autoras a Cova da Moura foi construída pelos seus próprios moradores e moradoras, através do processo de interajuda - “*Djunta mô*” na língua

¹⁹ Plano Diretor Municipal da Câmara da Amadora. É único que se encontra em vigor desde da sua aprovação em 1994.

²⁰ Durante o trabalho de campo foi-nos relatado ataques as casas dos africanos tanto na Cova da Moura como no extinto Bairro das Fontainhas. O declarante está a referir aos ataques que o Ku Klux Klan, organização da extrema direita, fazia as moradias dos Negros no Sul dos Estados Unidos. Essa questão é também referida pela Antropóloga Ana Beja Horta (2000) que entrevistou o Senhor Diniz.

cabo-verdiana ”- com à autorização de alguns dos seus proprietários (Horta 2000, Jorge; Carolino, 2019, Lopes, 2020). De acordo com a versão dos moradores a sua existência, remonta os anos quarenta. Era à época habitada por trabalhadores que praticavam a atividade agrícola de subsistência, sobretudo o cultivo do trigo (Beja Horta, 2008, Pardue, 2017). E ali construíram as suas primeiras habitações (CMA, 1983), na zona sul do bairro, conhecida, na altura, como Quinta de Outeiro. E também habitava a família Moura, na parte norte, onde existia uma pedreira desativada (IBC, 2006). É por essa razão que um dos filhos desta família, ainda residente no bairro, é apontado com um dos seus moradores mais antigos (Jorge; Carolino, 2019). A versão oficial, ou seja, a Câmara Municipal da Amadora (CMA) afirma que a Cova da Moura surgiu durante os anos cinquenta (CMA, 1983, PDM, 1994). Segundo Ana Paula Beja Horta (2008) existiam três áreas na Cova da Moura, em 1974:

[...] a primeira área era uma zona predominantemente rural, uma segunda área era constituída por pequenas barracas de madeira rodeadas por hortas e numa terceira surgia um conglomerado de barracas de madeira construídas principalmente por migrantes rurais mas também por algumas famílias cabo-verdianas que se fixaram no bairro em busca de melhores condições de vida (Horta, 2008, p.185).

Verifica-se, neste período, a intensificação das pressões urbanísticas em Lisboa pelo crescimento demográfico, provocado pela migração rural para Lisboa (Malheiros, 1996; Santos, 2008), o regresso dos ex-colonos, “expatriados de África²¹” (Barreto, 2002), denominados pejorativamente de “retornados” e migrantes africanos oriundos dos países recém independentes. A fraca resposta as demandas habitacionais nos anos setenta impulsionou o aparecimento de assentamentos informais, por todo o país, processo, iniciado nos anos quarenta, particularmente, em Lisboa, Setúbal e Évora (Beja Horta, 2008, Teixeira, 2014). Sublinha-se que esse processo incrementa com o 25 de abril de que favoreceu as práticas de ocupação de terrenos públicos e privados, por parte de pessoas que não encontraram respostas às suas necessidades dentro do quadro de oferta legal de habitação (Teixeira, 2014, Raposo, 2016). Face a isto, em 1976, os Serviços de Fiscalização de Obras Câmara Municipal de Oeiras (C.M.O) visitam a Cova da Moura que estava sobre sua tutela administrativa, identificando a presença de algumas habitações e “caboucos para futuras construções” (CMA, 1983. No ano a seguir realiza a análise socioeconómica do bairro e autoriza a sua recuperação, o que não chega a ser materializado. Todavia, a pedido dos moradores, a C.M.O concede a autorização da instalação de energia elétrica e construção de esgotos. Em 1978 é criada a primeira Comissão de Moradores que se torna protagonista do diálogo com o poder local. Composta quase na totalidade por “retornados”, desempenha “um papel importante na gestão dos terrenos e no controlo da dinâmica construtiva” (Dos Santos 2008, p.96). E são os mesmos que definem os critérios de quem e onde deve se construir, o desenho das ruas. (Jorge; Carolino, 2019). Segundo Moreno et al., (1985) a própria CMA demonstrava práticas de racismo institucional dado que privilegiou “[os] moradores europeus são o grupo favorecidos; as

²¹ Está-se a referir aos colonos e seus filhos de que vieram de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe para Portugal com a luta de libertação nacional que culminou na independência das ex-colónias portuguesas. Foram designados pejorativamente de “Retornados”.

primeiras infraestruturas e saneamento básico na rua principal, a própria “ajuda” com materiais de construção vão beneficiá-los de modo exclusivo (Moreno et al., 1985, p.70).

A entrada dos anos oitenta é caracterizada por um conjunto de transformações globais, entre os quais se destaca a “mundialização através do mercado” (Amin, 1977), impulsionada pelo desenvolvimento de novas tecnologias que vão permitir às empresas multinacionais a realização de operações virtuais, em qualquer parte do globo, somado da corrida pela mão-de-obra barata, paraísos fiscais e a inerente acumulação de capital (Ki-Zerbo, 2006, Kelley 2006). Portugal, como qualquer país, não esteve imune às transformações económicas, políticas e culturais do capitalismo racial globalizado. Com efeito, em 1986, Portugal conclui o seu processo de adesão Comunidade Europeia (CE) e, assim, dava passos para a assimilação dos novos modelos de referência, impostos a todos os seus membros. Nesse processo, segundo Miguel Vale de Almeida (2004) Portugal “redefinia a sua identidade” (Vale de Almeida, 2004, p.46) de país colonial para país europeu, de ditadura para democracia. Ainda segundo o mesmo autor essa “redefinição” não leva Portugal a “ (...) desligar-se das formulações históricas mais profundas: o projeto da lusofonia refaz, supostamente de forma positivamente valorada e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e a sua hierarquia simbólica, ao mesmo tempo que desmaterializa o negro (Vale de Almeida, 2004, p.46).

Em plena corrida pela modernização e urbanização com vista a “apanhar o comboio do progresso made in European Union” (Contador; Ferreira, 1997, *apud*. Roldão, 2019) importava, cada vez mais, mão de obra das ex-colónias, em particular de Cabo Verde para construção de estradas, hospitais, linhas férreas, centros comerciais, imóveis e outras obras (Horta, 2000, Sousa, 2003, Roldão 2019). Para o sociólogo Nardi de Sousa (2003) o processo de importação de mão de obra cabo-verdiana, em particular, é fruto de um complot entre o Estado Cabo-verdiano e o Estado Português. De acordo com este autor, “para os dirigentes cabo-verdianos a emigração era benéfica para o país, na medida em que o emigrante iria enviar metade do seu ordenado para os familiares que ficaram no país (...) porque esse dinheiro que entrava permitia o crescimento do PIB e aliviava as receitas do Estado em gastos públicos” (Sousa, 2003, p.109). Para Portugal cuja ditadura do Estado Novo provocara a emigração maciça de potenciais trabalhadores e trabalhadoras para a Europa Central convinha-lhe bastante jeito participar no complot visto que lhe permitiria obter “um stock de mão-de-obra barata ou de força de trabalho que iria colmatar esse êxodo dos portugueses para o estrangeiro” (*ibid.*,). Tal como os seus conterrâneos anteriores, ao chegar a Portugal são também enquadrados em posições sociais epidermizadas de trabalho – uma divisão racial de trabalho, embora não sendo oficial permanece até a atualidade. Alguns autores apontam que 80% das populações [Romanis] ciganas²² e dos países africanos tinham posições marginais no mercado de trabalho sem possibilidades de progressão” (Bruto da Costa et. al., 1991, *apud* Horta 2000). Keisha Fikes (2009) apresenta um conjunto de alterações jurídicas racistas, ocorridas durante os anos oitenta, que visaram reduzir

²² O termo cigano é uma classificação imposta de fora como resultado da dominação racista que decorre por séculos e por essa razão utiliza-se o termo Romani (Maeso, 2019).

a capacidade social das populações africanas e portuguesas negras. Segundo Fikes (2009) a introdução de novas “medidas jurídicas que indicavam abertamente para a existência de novas comunidades e as novas categorias às quais pertenciam” (Fikes, 2009, p.43). Entre essas, medidas de limitação de capacidade social, económica e política Fikes (2009) destaca as “leis sobre imigração e nacionalidade de 1981, as quais circunscreviam a quem seria atribuída a nacionalidade portuguesa e definia *racionalmente* os limites do cidadão português como sujeito” (*ibid.*, p.45). Ainda, em relação às políticas públicas de habitação, os migrantes africanos foram interditados de realizar o acesso à candidatura à habitação social dado que o artigo 8 do Decreto-Lei nº 797/76, de 6 de Novembro permitia que apenas os nacionais poderiam candidatar-se à atribuição de habitações sociais das autarquias locais. No plano local, a Cova da Moura passa a ficar sob a alçada do Município da Amadora, cujo estatuto de município tinha sido atribuída em 1979, atribuída pela Coligação Democrática Unitária (CDU) que saiu vitoriosa nas eleições de 1982. No mesmo ano a CMA demonstra o interesse em resolver a situação do bairro com a execução do Relatório Preliminar da Cova da Moura. E no ano seguinte encomenda um estudo mais amplo de caracterização sociodemográfica, topográfica da Cova da Moura, em 1983. Dando seguimento aos estudos anteriores, como refere no seu texto introdutório, os Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora diz este que o estudo sobre a Cova da Moura tinha os seguintes objetivos: i) os processos de formação do bairro; ii) a tipologia das construções; iii) a situação socioeconómica das populações; iv) a caracterização dos seus moradores e moradoras e v) elaborar a proposta de intenção no bairro. Este estudo baseou-se na recolha dos dados que contou com uma “taxa de amostragem de 73%” (...), “o que perfaz um total de população de cerca de 2700 habitantes inquiridos para uma população que se estima em 3000 habitantes” (*ibid.*, p.35). O estudo considera a Cova da Moura como “um bairro de construção ilegal” “barracas” (C.M.A, p.5) resultado de fenómeno de “invasão (..) “situação ímpar na área metropolitana de Lisboa” (*ibid.*, p.3), que “tem similitude na América Latina” (*ibid.*). Refere, ainda, que se “desconhece a quem pertence o terreno (*ibid.*, p.19) e que, tanto os habitantes como a Guarda Nacional Republicana (G.N.R) acreditavam que os terrenos “eram de domínio público da C.M.O, Radio Marconi ou Radio Televisão Portuguesa (*ibid.*, p.18). Em “novembro/82 a C.M.A delibera a expropriação do terreno por verificar não ser possível uma conciliação de interesse do proprietário (...) com os interesses da população” (*ibid.*, p.19), explica o relatório. O relatório termina com a sugestão de recuperação do bairro, renovações de quarteirão caso a caso e a fomentação municipal de autoconstruções para os terrenos livres (*ibid.*,98-99). Demonstra intenção em resolver os problemas habitacionais do bairro ao defender a necessidade de levar em conta as “dinâmicas locais e processos de autoconstrução evolutiva” (Jorge; Carolino, 2019, p.12). Contudo, a situação permanece inalterada. De acordo com Cuberos-Galardo (2017) a autoconstrução da Cova da Moura resultou da auto organização da população como resposta direta à “inoperância das instituições portuguesas que durante os anos oitenta se abstiveram de atuar sobre o bairro” (Cuberos-Galardo, 2017, p.5)²³. Na mesma década foram criadas novas instituições dentro da Cova da

²³ Tradução nossa.

Moura. Em 1980 foi criado o Clube Desportivo e Recreativo Alto Cova da Moura, formado por alguns membros da Comissão de Moradores, a mesma que definia “quem construía e onde construía as casas no bairro” (Horta, 2000, Godinho, 2010, Jorge; Carolino, 2019). É de referir que o Clube é conhecido pelas populações africanas e afro-portuguesas da Cova da Moura como “*Clube dos brancos*”, as quais, segundo Beja Horta (2000) comentavam que o “clube não os queria lá” (Horta, 2000). Segundo a mesma autora, alguns dos membros do Clube declararam, abertamente, que opunham a eleição de diretores negros africanos defendendo que a obtenção de cargos diretivos pelos negros africanos “destruiria o clube porque eles não sabem como se comportar. Eles não têm educação..., não estão acostumados com estas coisas..., eles têm uma cultura diferente” (Horta, 2000, p.177). No filme-documental *A Ilha da Cova da Moura* (2010), realizado por Rui Simões, a Professora Antónia “Tânia” Ramos, nascida e criada na Cova da Moura, declara que o Clube Desportivo Alto Cova da Moura (CDACV)²⁴ proibia a entrada das populações negras no seu espaço. Durante todo esse período a Comissão de Moradores permanece como o protagonista principal na interlocução entre os moradores e as instituições públicas, o que foi reforçado com a criação da Junta de Freguesia da Buraca, principalmente “quando um dos seus associados fundadores foi eleito como membro do Poder executivo pelo Partido Socialista” (Jorge; Carolino, 2019, p.13). E no mesmo período se procede ao loteamento da parte sudoeste do Bairro. Preocupada com a imagem do bairro, a Junta da Buraca²⁵ estabeleceu critérios “interessantes” sobre quem deve habitar na parte mais visível do bairro, decidindo que deve ser atribuída aos “portugueses” (Jorge; Carolino, 2019, p.13), entenda-se aos brancos²⁶. Porém, as dinâmicas locais ganhariam novos interlocutores com a criação da Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), a qual nasceu sem o aval e a tutela da Comissão de Moradores, a partir de organização informal, sobretudo de mulheres, que iam buscar água no chafariz que havia na entrada sul do bairro. A ACMJ foi fundada em 1984, mas obtém a escritura pública em 1987. Devido à sua natureza popular e contestatária, segundo os moradores, acaba por ser despejada pela Junta de Freguesia da Buraca²⁷, o que a leva a construir a sua sede, com grande apoio da população e voluntários (nacionais e internacionais), na Travessa do Outeiro, que a mesma junta tinha defendido, fosse atribuída exclusivamente aos “brancos”. Inicia, logo de seguida, a ACMJ diálogo com a C.M.A para conseguir rede de água e saneamento básico, mobilizando centenas de moradores em assembleias, com o objetivo de resolver os desafios encontrados no

²⁴ Atualmente o Clube com, o é conhecido, na Cova tem o nome de Associação Solidariedade Social Alto Cova da Moura e é aberto a todos, independentemente da origem, classe social, etnia/raça.

²⁵ Com a promulgação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, Lei n. 22/2012 de 30 de maio, as juntas de Freguesia da Damaia e Buraca foram fundidas em uma só: a Junta de Freguesia das Águas Livres.

²⁶ Foi este o termo exato que António da Lomba utilizou, uma pessoa que viveu por mais de vinte anos no bairro antes de dois mil e sete. O mesmo narrou a história de que quando quis se candidatar a Direção da comissão do bairro não o permitiram que o fizesse. E explicou que é por essa razão que a sua relação com os membros da comissão de moradores não é nada saudável.

²⁷ As primeiras instalações do Moinho da Juventude estavam situadas na Rua de São Tomé e Príncipe. Atualmente se situa na travessa do Outeiro.

bairro (Jorge; Carolino, 2019). Também inaugura a Biblioteca infantil, onde eram realizadas sessões de leituras para as crianças, jovens e adultos. A criação da Biblioteca já era uma preocupação da população que vai ser intensificada com o assassinato de Fernando Semedo, um jovem menor de 17 anos. A morte deste jovem, morador da Cova da Moura, reforça a mobilização e organização dos moradores que não se inibem em denunciar o racismo (neo) colonial:

No passado dia 23 de junho de 1985; cerca das oito horas da noite um grupo de jovens, do nosso bairro, resolve meter-se no comboio da Damaia e dar uma volta até Queluz.

- Entre os quais o nosso saudoso Fernando Semedo de 17 anos de idade mais conhecido por Fernandinho, que por não ter bilhete é barbaramente abatido por um agente da P.S.P, que até presente data esconde o crime que cometeu!....

- Será isto humano, abater-se a tiro em plena vida pública, e pelas costas um jovem menor de 17 anos de idade; como quem abate um animal que depois é deitado à rua?

Depois do crime, e do respetivo agente da P.S.P , ter-se escondido; fora do local do crime para que ninguém visse o rosto do nosso criminoso nos Jornais:

- o corpo do nosso saudoso Fernandinho , jazia esbulhado em sangue , em plena rua das 8 horas da noite até cerca das 24 horas da noite, segundo informações que nos foram das por um dos irmãos, e só depois chega ao hospital, às 01 horas da manhã já na agonia da morte (ACMJ, 1985).

A carta é assinada por um grupo de moradores e moradoras do bairro da Cova da Moura e dirigida à Radio Comercial e à RTP (ACMJ, 1985). Além da contestação da sistemática violência racista da polícia, os habitantes, através da ACMJ, articulam-se com o Sindicato das Empregadas Domésticas na luta pela obtenção de melhores condições laborais para as profissionais do trabalho doméstico, a criação de um gabinete jurídico de apoio às empregadas domésticas, o programa de alfabetização de adultos, o núcleo desportivo, e procura criar uma cooperativa de prestação de serviços domésticos “ a Cozilimpa”. Nos anos noventa, o jornal *Portuguese Times* escreve que “na Cova da Moura vivem três mil cabo-verdianos. Melhor dizendo: sobrevivem à sua condição de condenados da terra” (Jornal, Portuguese Times, 25 de Outubro de 1990), destacando a elevada taxa de desemprego, a racialização do espaço e do trabalho, cuja maioria trabalhava na construção civil, limpeza e venda de peixe. Nos anos noventa também se dão as aberturas (1992; 1996), extraordinárias de regulamentação dos migrantes “clandestinos” (Fikes, 2009), a ACMJ desenvolve o programa bilingue (português e língua cabo-verdiana) de facilitação dos processos de “legalização”. De acordo com SOS Racismo, as leis obedeciam “ às demandas existentes nos setores de construção e serviços públicos” (SOS Racismo, *apud.* Fikes 2009, p. 45) e, para além de terem sido incapazes de cumprir as lacunas das leis de migração e nacionalidade de 1981 (as quais impossibilitaram o acesso de direito à cidadania aos africanos das ex-colónias) reforçaram as medidas de deportação e penalização dos migrantes (Fikes, 2009, Delgado Lopes, 2020). Lei esta que apesar de todas as suas alterações continua a negar o direito à nacionalidade portuguesa, de forma automática, às gerações de portugueses descendente de migrantes (Roldão et al, 2018, DR). No ano de 1993 a CDU perde as eleições para o candidato Joaquim Raposo do Partido Socialista. Com a mudança do poder local, a Comissão dos Moradores e o Clube Desportivo da Cova da Moura depositaram grandes esperanças de que a situação fundiária do bairro seria resolvida, uma vez que eram, politicamente, próximas do Partido Socialista (Jorge; Carolino, 2019). Nada se fez, porém, segundo Beja Horta, a CMA não desenvolveu, até início de dois mil,

nenhum plano municipal de habitação, digno de menção (Horta, 2000). Em relação ao bairro, sublinha-se que foi construída a Escola Básica da Cova da Moura, apesar da contestação da população que alegava que o objetivo da CMA era retirar os “pretos” da Escola Alice Vieira da Buraca. Na época havia muitos relatos de que a Escola Alice Vieira não queria os “pretos” da Cova da Moura na sua Escola. Sílvio Furtado, menor na época, relembra:

(...) “*Mô! Bu ká atá odja kusé ki nu passa. Abó ora ki nu ta bába pa skola lá dibaxu, tugas di kes prédio ta daba nós ku xixi, agu xuxu di janela. Ta txomaba nós di makaku i pretu i ta mandanu pa nós terra. Nha terra li! N nasi li. Ami nha mai ka kreba mxm pa bába lá baxu (...)*”²⁸.

O Moinho da Juventude considerou a construção da Escola Básica da Cova da Moura como “opção controversa (perigo de gueto)” como indica os seus documentos internos (Pontes, 2017, p.44). Para a Filomena Lopes, “*és sukundi minis li, pamodi djentis di prédio ka kreba minis na skola di baxu ku ses fidju (...)* i minis fika só dentu bairru ka ta kontata ku minis di fora”²⁹. Segundo Rute Perdição (2006) quem conduziu a pesquisa sobre o aluno cabo-verdiano do primeiro ciclo e a aprendizagem do português na Escola Básica da Cova da Moura, refere que a decisão “não foi aceite pacificamente, com receio da edificação de uma “escola ghetto” (Perdigão, 2006, p.110) e acrescenta que, no primeiro ano “de funcionamento houve apenas um aluno de origem lusa” (*ibid.*). Em 1993 surge o Plano Especial de Realojamento (PER), promulgado pelo Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio. Foi um programa direcionado, em particular, às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que sofriam de mais carências habitacionais. O objetivo do programa, conforme é declarado, pelo próprio texto, visa à erradicação das barracas” e o “realojamento daqueles que nelas residem” (PER,1993). No preâmbulo do texto legislativo está assente “um discurso de corte higienista” (Cuberos-Galarido, 2017.p.5) que associa as “barracas “ou “chagas” à “criminalidade, prostituição e toxicodependência”(PER, 1993). O concelho da Amadora era um dos municípios com mais pessoas a viverem nos bairros cujo texto apelida “chaga” e “barracas” em 1990 e o concelho que precisava maior financiamento para cumprir o programa (Beja Horta, 2000, Alves, 2016). No quadro do PER a CMA identificou 6755 agregados familiares a realojar, sendo que recenseou 57 na Cova Moura (Beja Horta, 2000). Segundo Ana Rita Alves (2013), o PER foi alvo de críticas “tanto pela sociedade civil como pela academia” (Alves, 2013, p. 35) desde a sua criação. Para Nardi Sousa (2003), a C.M.A, através do seu Conselho Municipal para Imigrantes e Minorias Étnicas tratava os migrantes e seus dirigentes associativos, tratando-os por “coitadinhos” (Sousa, 2003, p.151) e já afirmava que é por essa razão, que o PER estava “longe de cumprir os objetivos e terminar a tempo certo” (*ibid.*). Vinte anos mais tarde, o

²⁸ “Meu! Não tás a ver o que sofremos. Quando íamos para escola lá em baixo, os brancos daqueles prédios, atiravam-nos urina e água suja da janela. Chamavam-nos de macaco e preto e diziam para voltarmos para a nossa terra. A minha terra é aqui. Nasci cá. Por isso a minha mãe não gostava que nós fôssemos lá em baixo”. Testemunho obtido durante a conversa com Sílvio Furtado, morador do Bairro no dia 20 de maio de 2016.

²⁹ “Eles esconderam aqui os meninos porque as pessoas que moravam nos prédios não queriam os seus filhos na escola misturado com os nossos(...) e as crianças passaram a permanecer apenas dentro do bairro sem contactar com as crianças que vivem fora do bairro – Relato obtido durante o a conversa com os moradores”.

PER, além de não cumprir o total dos seus objetivos, foi transformado pela CMA em um instrumento de despejo e demolição violentos, deixando famílias sem teto (Alves, 2016). Para Francisco Cuberos-Galardo (2017) a preexistente auto-organização da população da Cova da Moura foi reforçada pela inoperância das instituições portuguesas, no geral, em particular com a exclusão da Cova da Moura do PER., criando assim uma comunidade que formou redes de solidariedade para resistir à violência do racismo estrutural³⁰ (Sithole, 2014, Cuberos-Galardo, 2017). A década de noventa, por exemplo, é marcada por episódios de violência racista militante que culminou no “homicídio de Alcino Monteiro (1995), a constituição de manifestações e milícias populares contra a presença de população cigana em Vila Verde (1996) e em Francelos (1997, 1999)” (Alves, 2013, p.37). Também relatos colhidos no terreno informam da epidermização do bairro, chamada pela sociedade de “bairro índios” “bairro de pretos” e de um conjunto de práticas de vigilância e criminalização da juventude negra entre os quais a chamada no bairro de “primeira invenção do arrastão de Carcavelos”:

“no dia 11 de julho de 96, perto da praia de Carcavelos, 22 jovens africanos, no regresso para casa foram detidos pela polícia sob acusação de terem feito roubos na praia a qual ainda os pretendia incriminar por pertencerem a um gang de 30 pessoas (...) foram revistas, detidos por polícias com armas de fogo, tacos de baseball e chicotes (...) vimos chamar a atenção a Vª Exª para o facto de a polícia considerar que, na praia, um grupo de jovens brancos é um grupo de amigos e um grupo de Africanos, um gang, sujeito a repressões inqualificáveis?”(ACMJ, 1996).

Um outro relato, obtido no terreno, também dá conta de que após o homicídio de Alcindo Monteiro, moradores da Cova da Moura e de outros bairros se organizaram contra a ameaça da extrema direita, principalmente após a circulação de rumores de que esta extrema direita estaria a preparar para atacar em particular os alunos negros da Escola D. João V³¹. No ano 2000 a RTP1 faz uma notícia que retratava a Cova da Moura como “caos”, sem precisar os motivos da indignação da população face à atuação da PSP. Tratava-se da morte de Ângelo Semedo “Angoi”, jovem de 17 anos, que tinha sido morto pela Polícia de Segurança Pública (PSP). A indignação da população se agudizou quando “*um agente da polícia disse na altura que era mais um macaquinho que tinha morrido*”, como explicou Godelieve Meersschaert, moradora do Bairro e cofundadora da ACMJ. Com esta tragédia, o Bairro foi cercado pela polícia de Segurança Pública durante vários dias e noites pelas Polícia, a qual impôs o “recolher obrigatório (...) Quem fosse apanhado na rua, à noite, seria levado para esquadra e voltava todo amassado de porrada”³². Na sequência da violência gratuita e do cerco a Cova da Moura a 9 de Dezembro de 2001 os moradores do bairro endereçam uma carta ao Ministério da Administração Interna:

³⁰ Violência estrutural é uma forma de violência que não se manifesta de forma física, porém se contra inerente e mecanicamente enfiado nas forças sociais que engloba a pobreza, as doenças, o racismo e mortalidade (Farmer 2002). É uma violência que não é visível e se encontra escondida nas estruturas, fazendo com que aqueles ou aquelas que são afetadas por ela sejam, por vezes, incapacitadas de vê-la, nomeá-la, descreve-la e explica-la porque ela se encontra institucionalizada, naturalizada e normalizada na vida do dia-a-dia (Sithole, 2014, p.viii)

³¹ Em 2005, após à invenção do “arrastão de Carcavelos” pelos meios comunicação social *mainstream* o mesmo tipo de rumor circulou pela Amadora.

³² Relato obtido de um morador no dia 14 de janeiro de 2018.

“Ex.mo senhor ministro da Administração Interna,

Vimos solicitar o levantamento do estádio de sítio (lamentavelmente não declarado) imposto aos moradores do alto da Cova da Moura com o descabido aparato policial que aqui se vem registando.

Será que ele pretende justificar a morte de um jovem às mãos da polícia?

Reafirmamos que aqui reina a ordem e tranquilidade logo que sejam tomadas medidas para que o polícia matou o Ângelo seja afastado do seu serviço e que os moradores do nosso bairro passem a ser tratados pelas forças policiais de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

É que o referido aparato além de causar perturbação no bairro apenas irá dar uma imagem de incompreensão e desprezo por toda comunidade laboriosa e ordeira que aqui pretende viver” (ACMJ, 9 de Dezembro de 2001).

Pela morte de Ângelo Semedo o autor dos disparos não recebeu uma condenação a pena efetiva, assim como aconteceu com os restantes casos de jovens negros mortos pela polícia portuguesa (Roldão *et al.*, 2019) e no ano 2006, a mãe do Ângelo assistiria, tal como outros moradores, ao agente que matou o seu filho a torturar um homem negro do bairro, as sete da manhã. Com a chegada do novo milénio a Cova da Moura, contava com uma população entre “três mil e duzentos e cinquenta e três habitantes no bairro (Censos, 2001) e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete habitantes (AM, 2001) e que se mobiliza com o risco da eminente demolição parcial do bairro. Ocorre que a CMA encomendou ao Grupo *Vasco da Cunha: Estudos e Projetos* a elaboração do *Plano Pormenor para Cova da Moura*, plano este que propôs a demolição de oitenta e cinco por cento do bairro. Todavia, a proposta foi recusada pelos habitantes e catapultou a criação da Comissão de Bairro, em 2004, composta pela ACMJ, ASSACV, Associação de Moradores e pelo Centro Social e Paroquial da Burraca. No ano seguinte (2003) a Cova da Moura é declarada “ área crítica de recuperação e reconversão urbanística” pelo Decreto n.º 53/2003 de 11 de Dezembro, concedendo competência à CMA, em colaboração com as entidades interessadas promover a sua recuperação e reconversão. Porém, as coisas se mantiveram da mesma forma. Dois anos mais tarde, o governo lança o programa de Iniciativa Bairros Críticos (IBC) através da Resolução do Conselho de Ministros número 143/2005 de 7 de setembro, que incidiu sobre a Cova da Moura, o Vale da Amoreira (Barreiro) e o Lagarteiro (Porto). Esta iniciativa trouxe muitas expectativas para a população, sobretudo pela sua inovadora metodologia participativa. Porém, a negociação sobre a questão fundiária foi suspensa em 2009. Segundo Domingos Batista Pereira, membro da Associação dos Moradores, essa questão foi priorizada tardiamente:

“ O que se poderia ter sido feito de forma diferente, na minha opinião, era avançar desde o início com o eixo 1 da Iniciativa, relativo à propriedade fundiária, Plano de Pormenor, e às melhorias pretendidas no espaço público, para podermos definir o melhor local para a sua implantação, áreas, funcionalidades, etc... “(Relatório IBC, p.92)

A suspensão da negociação dos terrenos sinalizou, com antecedência, o fim do programa. E em 2012 a IBC foi terminada com o argumento de falta de financiamento. Contudo, as instituições locais, ou seja, a Comissão do Bairro, não se demoveram. Apoiadas pelo Grupo Gestual da Faculdade de Arquitetura de Lisboa construiu-se com a população três propostas alternativas sobre como a população gostaria de qualificar o bairro. Essas três propostas foram entregues à CMA, em 2013, no ano da inscrição do Festival Kola San Jon da Cova da Moura como Património Imaterial de Portugal, publicado no Diário da República, número 200, segunda série, no dia 16 de outubro de 2013. No entanto, até o momento não obtiveram

nenhuma resposta. Para finalizar, a imersão neste tema ensina que a história da Cova da Moura não constitui uma história de “ cabeças”, de tijolos e betão amontoados, mas, ao contrário, uma história de pessoas, ideias, lutas, resistências, determinação, solidariedade e enfrentamento cujo protagonistas são mulheres, crianças, homens, netos, bisnetos, amigos, vizinhos, companheiros e companheiras. As pessoas da Cova da Moura construíram as suas próprias casas dentro de circunstâncias difíceis e com os materiais e recursos que estavam disponíveis. Assim sendo, conclui-se que a história da Cova da Moura se insere no que a académica e militante abolicionista Ruthie Gilmore (2018) denominou de “geografia abolicionista”. Segundo Gilmore (2018):

“ A geografia abolicionista começa com a premissa simples de que a liberdade é um lugar. A construção de um lugar é uma atividade humana normal: nos as engenhamos para combinar pessoas, e terra e outros recursos com a nossa capacidade social de nos organizarmos de diversas formas, bem para ficarmos juntos no mesmo sítio ou para deambular. Cada um desses fatores – pessoas, terra, outros recursos, capacidade social – vêm em diversos tipos, todos os quais determinam, mas não definem o que se pode ou deve fazer (Gilmore, 2018, p.62).

Os habitantes da Cova da Moura, como foi exposto, construíram um lar, a nossa casa “ nós Kasa” como demonstra o grafite à entrada do bairro. Ainda, tanto a nível individual e coletivo lutam há anos para melhorar as infraestruturas do bairro e inclusive apresentaram propostas concretas sobre como gostariam de qualificar o seu bairro. Verifica-se também que foram desenhadas políticas públicas para a Cova da Moura, mas não se fez rigorosamente nada digno de mencionar. Como aponta Gilmore (2018) “as pessoas constroem as geografias abolicionistas a partir do que têm; uma mudança de consciência pode rever radicalmente a noção do que se pode fazer com os materiais disponíveis” (Gilmore, 2018, p.76). A questão de mudança de consciência sempre foi uma aposta das instituições locais, entre os quais a Comissão de Bairro, que apesar da cessação do IBC tem apostado em debates e assembleias de moradores no sentido de construir alternativas para a qualificação do bairro. Isto acontece dentro de um contexto que decorre de grandes transformações nos cenários urbanos da AML e a Cova da Moura, devido à sua localização privilegiada, “ torna[se] cada vez mais central e, por isso mesmo, apetecível do ponto de vista imobiliário” (Jorge; Carolino, 2019, p.28). Em virtude do que foi exposto, explicita-se que o que foi apresentado constitui uma breve tentativa de reconstrução histórica do Bairro Alto da Cova da Moura, a partir da revisão de literatura académica e das vozes dos habitantes e, por isso, de modo algum esgota a discussão do tema. O propósito deste capítulo, em particular, tem o objetivo de colocar em destaque, um quadro histórico-informativo pertinente, a partir de elementos colhidos em conversas com vizinhos e amigos, mas também auxiliado por alguns textos que consideramos ter muita dignidade histórica e informativa. Importa ainda destacar que, no âmbito da elaboração do presente quadro informativo, deparou-se com um conjunto de informações que nos levam as categorias e elementos detetados na análise fanoniana sobre as cidades coloniais. A Cova da Moura é tratada como “ a cidade do colonizado (...) a cidade indígena (...) um lugar de má fama, habitado por [pessoas] de má fama (...) (Fanon, p.43) em que os habitantes são bestializados, transformados em “ uma espécie de quintessência do mal (...) o elemento corrosivo dos valores” (*ibid* p.45.) através do uso de “uma linguagem zoológica (ibid. p.46). Uma narrativa imbuída , por um lado, de uma visão paternalista de salvação que procura convencer aos habitantes que irá “arrancá-los à noite”

(*ibid.*, p.215) dado que classifica os comportamentos, os costumes, os valores culturais, ou seja, a forma de existir dos habitantes como “a marca dessa indigência, dessa depravação constitucional” (*ibid.*, 2015, p.46). Tais narrativas legitima a “exploração desavergonhada” (Fanon, 1980) dessa população, em que a raça é transformada em um dispositivo organizador que define o direito à vida, a mobilidade, as oportunidades e barreiras dos habitantes durante a sua vida (Fanon, 2015, Faustino, 2015). A isto soma a evidência de que na Cova da Moura “o porta-voz (...) do regime de opressão é polícia (...) não mitiga a opressão, [...]. Ele expõe-nas, manifesta-as como boa consciência das forças da ordem [levando sistematicamente] “ a violência às casas e às cabeças do [habitantes]” (Fanon, 2015,p.42). A nível epistemológico, como observou Fanon (2015) nas cidades coloniais, a fabricação “factos científicos” para estabilizar e normalizar o exercício da violência sobre o território e os seus habitantes é um outro elemento que encontrámos na construção deste quadro informativo. Por fim, a bestialização da Cova da Moura dá-se através da mobilização de mecanismos de produção e validação de conhecimento e poder instalado para implantação de políticas disciplinadoras e da morte.

TERCEIRA PARTE

OS DISCURSOS SOBRE A COVA DA MOURA

UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS DE FRANTZ FANON

Um pesquisador pode adotar duas atitudes diante do seu tema. Na primeira ele se contenta em descrever – à maneira do anatomista que se surpreende quando, ao descrever a tibia, alguém lhe pergunta o número de depressões anti-peroneais que ele possui. É que, nas suas pesquisas, os anatomistas nunca tratam de si próprios, mas dos outros (...) (Frantz Fanon, 2008, p.145).

No intuito de compreender o imaginário social sobre a Cova da Moura fez-se uma breve pesquisa acerca da representação da media *mainstream* sobre o bairro. Ao pesquisarmos o nome da Cova da Moura, no motor de pesquisa Google, apenas dentro do domínio PT, são as seguintes frases e palavras que são associadas à Cova da Moura. O bairro é, sistematicamente, representado como “bairro de degradado” ou bairro de “barracas”, “bairro problemático”, “bairro clandestino”, “bairro perigoso” “ilegal”, “ocupado”, mas que “tem dono” “favela”, “aldeia africana” ou “a ilha cabo-verdiana”, “ilha negra” “território sem ordem”, “a estilo de Bronx”, “ninho de tráfico” com “ganguês” “jovens criminosos”, “*jihadista* da Cova da Moura”, “parasitas”, “traficantes de drogas” “violadores”, “mercado de venda e distribuição de drogas”, “um dos principais bairros habitados por “imigrantes” africanos, “onde a polícia não entra” e “associada a muita da criminalidade violenta verificada em Lisboa” “jovens desenraizados” “jovens de risco” e “onde existe alguns dos honestos e pacíficos moradores”. Em suma, o bairro é apresentado como espaço, descontínuo do resto da cidade, à margem da *legalidade*. Jandira Almeida, moradora da Cova da Moura e estudante da Escola D. João V, questionada sobre este tópico, queixou-se de estar cansada de explicar a sua professora de história de que “não é bem assim a vida no bairro”. Do seu ponto de vista, sem reservas diz que “(...) quando se fala da Cova da Moura, fico com impressão de que não estão a falar de pessoas, mas de animais, principalmente o jornal Correio da Manhã³³”. A classificação de um dos “*Bairros de Lisboa onde a polícia não entra*” remonta os anos noventa quando o semanário *O Independente* fez uma manchete com o mesmo título. Na mesma década, a Direção da Associação Cultural Moinho da Juventude, contestava a “bestialização” (Fanon, 1975) no seu Boletim Informativo. Referia-se, desta vez, acerca de uma peça feita pelo Jornal Público: “É isso sim, um bairro onde habita uma comunidade africana, o que, lamentavelmente, na gíria jornalística, é cada vez mais sinónimo de crime, droga e marginalidade” (ACMJ, 1993). Segundo a antropóloga Júlia Carolino (2013) “com raras exceções, a produção do espaço na Cova da Moura continua a ser abordado quase exclusivamente como um foco de problemas” (Carolino, 2013) fazendo com que própria dinâmica, vivências do Bairro sejam reduzidas à insegurança, imigração e pobreza. Nota-se que a referência de “aldeia africana” ou “ilha negra” demonstra a ereção de um discurso maniqueísta, o qual

³³ Relato colhido a 2 de maio de 2018

remove a Cova da Moura, de forma imaginária, do território português. A ilação que tiramos dessas palavras e frases é que, por um lado, existe um estranhamento e, por outro, a defesa de um suposto país monoétnico: um Portugal racialmente homogêneo, um país de brancos e cristãos. Contudo, os relatos obtidos no terreno ainda dão conta da existência de uma outra dimensão que tem a ver com a constante procura do bairro para programa de mercantilização do exotismo da “ má fama”. Assistimos, por exemplo, durante a nossa missão, um grupo de moradores a rejeitar a proposta de uma produtora nacional que chegou ao bairro com a sua receita “ favela” para rodagem de filmagens de uma novela da SIC³⁴ :

“tívemos de discutir com eles durante muito tempo porque queriam filmar-nos a atirar pedras a uma carrinha da polícia. Dissemos-lhes inúmeras vezes que não é essa a imagem que queremos transmitir da nossa zona. Lembras daquela vez que veio cá uma produtora com um grupo de pessoas que queriam filmar um cenário de violência à frente do jardim de infância do Moinho às três e tal da tarde quando as crianças estavam a brincar. Vieram com aquelas armas grandes e dissemos que isso não. Ainda por cima à frente das crianças. Ele ficou chateado e disse-nos que cresceu com africanos, que tinha muitos amigos africanos (...)”³⁵.

Segundo os moradores os meios de comunicação social privilegiam as notícias da “desgraça” (*ibid.*), ou aparecem para falar de *katxupa*³⁶. No que toca a predileção pela “ desgraça”, a conotação é feita, apesar do evento ter ocorrido fora da Cova da Moura. O caso mais recente é da notícia de 17 de junho de 2020 do Jornal Observador com o título: “ PSP faz operação "de grande envergadura" em Oeiras. 12 pessoas foram detidas”. A “ operação” foi realizada a 16 quilómetros da Cova da Moura, no concelho de Oeiras. Contudo, a fotografia da capa é a imagem de um contingente da PSP na Rua do Moinho, na Cova da Moura. É sabido que os meios de comunicação social desempenham um papel importante na produção de conhecimento e sentidos (Fanon, 1975) sobre espaços , identidades e, neste caso, através da articulação da raça, espaço e crime recalibra o que Fanon chamou de “racismo difuso dominante” (Fanon, 2008, p.47) e o “maniqueísmo delirante” (*ibid*, 2008, p.156) que compartimenta os valores: civilizados *versus* incivilizados. Evidentemente que o processo de “ bestialização” (*ibid*, 2015) da Cova da Moura e, conseqüentemente “animalização” (*ibid*,) das suas populações tem impacto na vida quotidiana dos seus habitantes. É por essa razão que escutamos inúmeros relatos das vozes dos moradores de rejeição de prestação de serviços, pelas empresas públicas e privadas, os quais demonstram casos flagrantes daquilo que Stokely Carmichael , conhecido por Kwame Ture (1992) chamou de “ racismo institucional”. No caso da Cova da Moura , escutamos relatos de negações sistemáticas de serviços de táxis, serviços de distribuição de produtos, empresas públicas e privadas. No que concerne à procura de emprego uma moradora diz o seguinte num estudo:

“ Acredita que eu agora por vezes quando tenho de fazer uma carta seja para onde for, antes eu metia Cova da Moura num currículo para um trabalho, esquece. Eu agora meto Rua do Moinho, número tal, Buraca. Porque supostamente a Buraca é onde os pretos estão situados. Cova da Moura é onde estão as barracas” (apud in Rodrigues, 2009, p.46).

³⁴ Consultar a notícia referente ao assunto em: <https://www.n-tv.pt/acontece/proxima-novela-da-sic-vai-gravar-na-cova-da-moura/277878/>

³⁵ Relato colhido no dia 14 de abril de 2018.

³⁶ Testemunho obtido no dia 16 de junho de 2017 na rua do Chafariz.

Rita Cardoso, residente do bairro de 19 anos, discorda, parcialmente, do motivo, defendendo que não se trata apenas “por ser da Cova da Moura”, mas por ter corpo negro, o que Fanon chamou de “fixação do negro” (Fanon, 2008 p.103) nas lentes da “epidermização do olhar” (Faustino, 2015) que desagua no “maniqueísmo delirante” (Fanon, 2008, p.156): o branco bom e negro mau. Segundo a Rita, em Portugal os meios de comunicação representam as populações negras “em um bloco só”. Isto é, essencializam os negros em estereótipos raciais.

“Na televisão, *branco* quando comete crime é o individuo (...) quando é alguém que tem a cor de pele negra, chamam-lhe de cabo-verdiano, imigrante, descendente (...) Conheço casos de jovens que foram difamados na televisão como bandidos e nem sequer conhecem Cabo Verde. Nunca lá foram. São portugueses (...) nasceram e cresceram em Portugal. Para nossa sociedade português é quem tem a pele branca, nê? (...) acham que somos todos iguais (...) Eu não sou responsável por todos os *pretos*. Não sou representante da raça negra (...) sou responsável pelas minhas ações” (*ibid.*).

De acordo com a antropóloga Ana Paula Beja Horta (2000), que realizou a sua tese de doutoramento sobre a Cova da Moura, “os meios de comunicação representam os jovens negros como “gang de criminosos que vivem em guetos, o que reflete uma associação linear entre raça, crime, pobreza e espaço” (Beja Horta, 2000, p.133). Para Fanon (2015) o discurso colonial representa o colonizado como “elemento corrosivo, que destrói tudo que dele se aproxima (...) depósito de forças maléficas” (*ibid.*p.45). Além disso, segundo o mesmo autor, esse discurso visa convencer o colonizado que ele é uma “doença”, sobre a qual é preciso lançar “o DDT, que destrói os parasitas, vectores de doença” (*ibid.*p.46). De acordo com a antropóloga Ana Rita Alves (2016), académica que estudou a relação entre media, periferia e racialização, até “a hipótese de contacto passa a ser concebida como *perigo*, dado que os *bairros* são descritos como possível ameaça, espaços de tensão permanente (Alves, 2016, p.99). Retomando as vozes, acima, dos moradores e moradoras, em particular a da Rita e a do grupo de moradores, queremos dizer que nos permite tirar algumas ilações. A primeira, é a constatação de que a sociedade não reconhece a existência de português negro. Assim, ela desfere uma crítica a sociedade portuguesa, recusando se considerar estrangeira, apontando para a dificuldade da sociedade portuguesa em aceitar a sua heterogeneidade. Na mesma linha, lança uma crítica aos critérios da Lei de Nacionalidade de 3 de outubro de 1981 que exige que os portugueses negros, a que foi recusada a cidadania portuguesa, de forma automática, tenham de solicitar o registo criminal do país de origem dos seus pais, mesmo quando nunca lá puseram os pés. A segunda observação, é a crítica à conotação da raça com o crime, ou seja, o maniqueísmo delirante português: *negro-bandido e branco-honesto*. Sublinhámos, ainda, a sua recusa de participar no jogo representativo da “fixação do negro” (Fanon, 1975). Fanon, como vimos, era psiquiatra, mas era visto como “médico preto” ou melhor, o “nosso médico é um negro, (...) é muito inteligente” (Fanon, 1975) Isto quer dizer, que o discurso (neo) colonial, cujo racismo é a pedra angular, reduz o corpo negro à pele, imobilizando-o, fixando-o e pondo-o a falar e representar todos e todas. Segundo Fanon (1975) o corpo negro, visto à superfície, é reduzido à pele, esvaziado e, ao mesmo tempo, tripartido. Fanon descreve este processo de “sobredeterminação de exterior”(Fanon, 1975) em *Peles Negras, Mascaras brancas* (1975) da experiência pessoal, tida “naquele dia branco de inverno”, em que ele foi fixado “como se fixa uma solução com um estabilizador” (*ibid.*, 2008 p.103) por uma criança que apontou o dedo na sua direção e

gritou: “*Mamã, olha o preto, tenho medo*”. A criança não conhecia Fanon, à semelhança descrição desta moradora, mas demonstrou conhecer a figura de *Le nègre*: “Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meu ancestrais” (*ibid.*, 2008 p. 124). Na mesma linha a nossa relatora diz o seguinte: “tipo que eu represento todas as pessoas de pele negra do nosso país (...) dos bairros ou da Cova da Moura (...). Não somos todos iguais.”. Esta narração leva-nos a dizer, na esteira do autor, que o discurso (neo) colonial persiste em “afirmar que o negro é um selvagem, e o negro, para ele, não era nem angolano, nem nigeriano” (*ibid.*, 2015, p. 216), português, cabo-verdiano, guineense, santomense. E podemos acrescentar, tanto faz a sua localidade geográfica nesse discurso. E por fim, o mais importante do nosso ponto de vista, a recusa dos moradores e moradoras em ser “objeto no meio de outros objetos” (*ibid.* 1975, p.121) no jogo representativo demonstra característica do “*ser acional fanoniano*” (*ibid.*, 2008, p. 184) O *ser acional* de Fanon (2008) é aquela ou aquele que luta para manter “na sua esfera de influência o respeito aos valores fundamentais que fazem um mundo humano, tal é primeira urgência daquele que, após ter refletido, se prepara para agir (Fanon, 2008, p.184). A isto soma que, individual e coletivamente, a população vem criando estratégias próprias de autorrepresentação como são os casos do Festival da Juventude “*Festival Kova M*”, “*Festival Kola San Jon*” e o forte Movimento Cultural Hip Hop (Raposo et al.,2019). Contudo, esse “maniqueísmo delirante” (Fanon, 2008, p.156) face a Cova da Moura e os seus residentes, também ganha vozes numa certa literatura académica e do poder público.

No prelúdio dos anos oitenta o poder local efetiva o que se pode denominar do reconhecimento do bairro Alto da Cova da Moura através da elaboração de um estudo sobre a situação do bairro (CMA,1983). Existem dois pontos desse estudo que consideramos problemáticos. O primeiro trata-se da forma como se sequencia a história da chegada dos moradores ao bairro. Segundo este estudo os “primeiros ocupantes, foram de um modo geral “retornados” das ex-colónias (*ibid.*, p.15) e acrescenta que “só um pouco mais tarde surgiu o grande contingente de população cabo-verdiana” (*ibid.*). Essa versão dos factos é contrária a dos moradores, os quais situam a presença de famílias cabo-verdianas na Cova da Moura, durante os anos sessenta, como nos contou o Senhor João Borges e Senhor António da Lomba, ambos antigos moradores da Cova da Moura. Ainda, devemos atentar que o termo *retornados* (colonos), embora tenha sido utilizada para designar o fluxo migratório de famílias portuguesas brancas, vindos para Portugal, como fruto dos ciclos independentistas das ex-colónias, também abrangia nesse grupo um conjunto de negros africanos e “mestiços” e cabo-verdianos, sendo estes últimos partes da “elite colonial portuguesa”, que também chegaram à Portugal na mesma circunstância (Batalha, 2004, Roldão, 2018). Na Cova da Moura existe um grupo de pequenos burgueses cabo-verdianos, que vieram de Angola e São Tomé e Príncipe que são também “retornados”. A justificação apresentada de que é por essa razão que a populações negro-africanas ficaram com a pior parte dos terrenos do bairro não condiz com as histórias de muitos moradores, inclusive a falecida Avó Pin, entrevistada por Beja Horta (2000), que afirmam ter encontrado apenas mato e cobras quando lá chegaram. Assim sendo, argumentamos que a forma como se sequencia os eventos produz um silêncio da presença de famílias cabo-verdianas antes dos anos setenta, o que confere quase que um direito histórico, para assim dizer, aos chamados “primeiros ocupantes”. A segunda é a forma como é feita a

categorização espacial da Cova da Moura. Segundo o estudo existem “dois tipos de ocupação do espaço: o quarteirão europeu e o quarteirão africano” (CMA, 1983 p.78). A primeira forma de ocupação de espaço, o chamado de “ quarteirão europeu” – representa à área habitada pelos *retornados*, migrantes rurais e “pequenos burgueses cabo-verdianos” que são incluídos no grupo de retornados. E a segunda forma de ocupação – o chamado “ quarteirão africano” – é a área onde habita o que denominaram “ o grande contingente de população cabo-verdiana emigrante” (*ibid.*, p.15) que “ juntando os anexos, multiplicando soluções susceptíveis de “ arrumar” as pessoas em espaços com áreas mínimas e quase sempre em condições precárias de salubridade” (*ibid.*, p.47). Na mesma lógica, acrescenta, que “ a rua é diluída e aparece como o prolongamento da casa” (...) “e transporta-se para o exterior através das atividades domésticas ou de lazer, preparação e confeção de alimentos, tratamento de roupas, jogos “ cavaqueio” (...) (*ibid.*,p.78) . Na primeira forma de ocupação de terreno, defende o estudo, “ ao contrário, nas estruturas da ocupação do espaço europeu onde os seus padrões de cultura impõem regras diferentes dão origem a malhas ortogonais, similares à do quarteirão, onde prevalece a rua que definida pelo alinhamento das casas, que sobretudo usufruída pelo veículo (*ibid.*, p.78). Esse maniqueísmo , baseado em “ padrões de cultura” (*ibid.*,) foi sendo reproduzido, ao longo dos anos, inúmeras vezes, nos trabalhos posteriores (académicos e do próprio poder local). O maniqueísmo espacial é reproduzido, fielmente, pelos dois relatórios posteriores da CMA (1987;1988) e no Plano Diretor Municipal de 1992 da mesma autarquia. Também Lucinda Maria Pires de Freitas e Mariana do Carmo Dias (1987) defendem, igualmente, que no que chamam de “quarteirão africano” foram dadas “ soluções de encaixar as pessoas em espaços com áreas mínimas” (Freitas & Dias, 1987, p.34) ao passo que “ na estrutura de ocupação do espaço europeu onde os seus padrões culturais impõem regras diferentes dão origem as malhas ortogonais” (*ibid.*, 1987, p. 34-35). E acrescentam, a inexistência de “ vida organizativa e associativa do bairro” (*ibid.*, 1987, p.41) apesar da Comissão de Moradores e Associação Cultural Moinho da Juventude já existirem no bairro, como foi acima relatado. Também , logo no início dos anos noventa, os meios de comunicação, como vimos acima, começam a apontar o seu holofote para as periferias e algum discurso jornalístico mimetiza os relatórios, acima indicados, da CMA: “Hoje, quem percorra a pé a comprida Rua do Moinho, desde, apercebe-se da existência de dois quarteirões. Um europeu, mais ordenado, outro nitidamente africano” (Ferreira, 1991, *apud* Alves 2016).

Além do interesse dos Mass Media e dos estudos camarários citados, uma certa academia também prosseguiu no mesmo percurso, classificando de forma maniqueísta as espacialidades da mesma forma. Segundo a antropóloga Marina Manuela Antunes, funcionária da CMA (Antunes, 2002) existe dois tipos de ocupação urbana na Cova da Moura: o “quarteirão europeu”, mais ordenado e apoiado em ruas que definiam os alinhamentos das casas e o “quarteirão africano”, caracterizado por um amontoar de anexos (Antunes, 1991, p.82). Neste último, argumenta a autora, “ apesar de os condicionantes inclusive de topografia do terreno, é manifesta a referência a modelos de organização do habitat de origem (Antunes, 1991, p.92). No mesmo ano, Ana Cristina Ilhéu e Carlos Jorge da Silva (1991), apresentavam no Relatório de Estágio do Curso de Serviço Social, realizado na CMA, o mesmo tipo de discurso: “ o bairro da Cova da Moura está dividido em 2 grandes quarteirões : o quart. Africano e o quart. Europeu (Ilhéu & Silva,

1991, p.49). Para os autores, no quarteirão africano “ as construções sugeriram sem preocupação de ordenamento do espaço” (*ibid.*) ao passo que no quarteirão europeu “ prevalece o alinhamento” (*ibid.*). Um discurso que, implicitamente, aponta para um certo determinismo cultural que vai sendo atualizado e reproduzido pelos próprios habitantes e estudantes do serviço Social que mais tarde vão trabalhar para Cova da Moura, como o caso particular da Isabel Nascimento, ex-funcionária da ACMJ e da Junta de Freguesia das Águas Livres. Segundo Isabel Nascimento e Elvira Pereira (1992):

“ Historicamente o bairro está dividido em duas zonas , a Europeia e a Africana , em consequência de a ocupação europeia ser feita desde o início do bairro e a africana a partir da década de 70 , implicando naturalmente diferenças de culturas , hábitos , espaços , costumes e valores . No fundo realidades diferentes com modos de vida diferentes.” “extensão da casa, onde se pila o milho (...) onde os velhos apanham Sol (...) como na sua “aldeia africana” (Pereira & Nascimento, 1992, p.6).

Com a entrada de novo milénio, há um aumento de interesse académico pela Cova da Moura e o maniqueísmo dos quarteirões, fundamentado em determinismo culturais, continua a aparecer sem ser problematizado. No entanto, em oposição ao determinismo cultural, presente nos Relatórios Municipais (1983, 1987, 1988) e Antunes (1991), a antropóloga Beja Horta contra-argumenta, defendendo que “as evidências empíricas sugerem que se os fatores estruturais não foram responsáveis pela segregação espacial, social económica, as assimetrias de poder, produzidas a nível local, foram também cruciais para produção e reprodução de duas espacialidades distintas³⁷” (Horta, 2000, p.169).

É o primeiro trabalho académico a problematizar a perspetiva de determinismo cultural [racial] na formação de espacialidades distintas no bairro da Cova da Moura. Observa-se, porém, que o questionamento feito por ela, não obteve recepção e ressonância nos trabalhos académicos posteriores. Alguns são os casos dos estudos de Schwarz da Silva (2002), Ramos Perdigão (2006), Multinu&Muron (2008) Urban II (2010), Freitas Ladeira (2010), Godinho (2010), Castro Ribeiro (2012) Vaz (2014), Leitão (2016). Recordamos que o chamado “quarteirão europeu” é relacionado com a ideia de racionalidade, organização, alinhamento, vinculados aos “ seus padrões culturais” (CMA,1983), ou seja, “ com edifícios enquadráveis no Regime Geral das Edificações Urbanas” (Urban II, 2010); em oposição, o chamado “quarteirão dito Africano” ao caos, a irracionalidade, espontaneidade, a ausência de estrutura, “ desorganizada” (*ibid.*) “ caótica” (Da Silva, 2002, p.7) (Godinho, 2010, p.49) relacionados com a cultura de Cabo Verde. Segundo Fanon (2015) o discurso colonial diz que o indígena é impermeável à ética e aos valores e, assim, através do “ maniqueísmo delirante” (Fanon, 2008, p.156), monopoliza a razão e nega ao colonizado a razão e a capacidade de acompanhar o movimento histórico. A forma como os trabalhos, acima mencionados, categorizam as espacialidades da Cova da Moura evidencia a compartimentação das culturas dado que ao “europeu” é reconhecida “uma cultura que à qual se reconhecem qualidades de dinamismo, desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação (Fanon, 1980, p.39) enquanto que, em oposição, ao “africano” a cultura é vista como “ curiosidades, coisas, nunca uma estrutura” (*ibid.*, p.39). Importa ainda destacar o facto de alguns desses estudos terem sido conduzidos por pessoas que desempenhavam funções ou realizaram o estágio final na CMA como foi acima

³⁷ Tradução nossa.

demonstrado. Assim, ousemos dizê-lo, que os dados foram recebidos acriticamente e por isso reproduziram o discurso essencialista da CMA. Posto isto, concluiu-se, em oposição ao determinismo da diferença cultural, que as duas espacialidades distintas existentes na Cova da Moura foram determinadas por uma economia política do racismo, a qual não escapou às ações dos intervenientes individuais e coletivos da Cova da Moura na definição de estratégias de sobrevivência. Como se demonstrou, a divisão e exploração racial do trabalho, a falta de oferta de habitação legal no mercado, a amputação dos direitos pelas leis de imigração e nacionalidade, o bloqueio de acesso à habitação social pela lei de 76, a própria inoperância das instituições portuguesas, entre os quais enfatiza-se que a CMA não criou políticas habitacionais durante os anos oitenta, o bloqueio de acesso ao crédito bancário, somado da violência do racismo quotidiano (Fanon, 1975) e por fim, as assimetrias de poder que decorreram, a nível local, são fatores que devem ser levados em conta para entender as espacialidades do bairro. O “maniqueísmo delirante” (Fanon, 2008), baseado no determinismo cultural, em que assentam os argumentos dos relatórios dos poderes públicos e alguns dos trabalhos académicos sobre a Cova da Moura, apenas visam encaixar, objetivar a população negra africana e portuguesa da Cova da Moura com base no suposto “respeito” pela diferença cultural. Esse relativismo cultural e exótico que, supostamente, reconhece o singular, é um pseudo respeito, tratando-se de um racismo mais “refinado”, “menos brutal, mais cambiado, mais “cultivado” (Fanon, 1980, p.41). Com isto queremos afirmar que tanto os relatórios públicos, assim como os trabalhos, acima mencionados, apresentam as culturas africanas como estáticas, fixadas no tempo, sem dinamismo face às determinações económicas, políticas, sociais encontradas no contexto urbano de Lisboa. Quase que afirmam que os cabo-verdianos trouxeram as “barracas” de Cabo Verde e as reproduziram, fielmente, na Cova da Moura, como se os mesmos tivessem a planta urbanística do que apelidam de “aldeia africana” ou “ilha”, no protoplasma dos seus genes. Face a isto tudo, defende-se, em oposição, que as duas espacialidades não são frutos de determinismos culturais ou/e, “construção de espaços de vida transplantados de Cabo Verde e muito longe dos modelos existentes nas cidades portuguesas” (Lopes, 2012, p.44), mas resultados de processos estruturais complexos, por um lado, somados das próprias dinâmicas locais de relação desigual de poder.

Após impor categorias aos espaços do bairro alguns estudos passaram à descrição dos moradores e classificação dos seus valores e comportamentos. No primeiro momento efetivava-se o reconhecimento da Cova da Moura como espaço “degradado” conflituoso e de tensão incessante (CMA, 1983 Moreno *et. al.*, 1985, Antunes, 1991, Ilhéu; Da Silva, 1991). De acordo com o Relatório da CMA de 1983, a Cova da Moura é duplamente “ilegal” porque se materializou a ocupação de terrenos públicos e privados, por um lado, e também foi realizada a construção de habitações sem autorização das entidades competentes (CMA, 1983). Todavia, discorda a antropóloga Ana Beja Horta (2000), argumentando que o enquadramento do bairro dentro da “ilegalidade” não faz *jus* ao Decreto-Lei n.º 804/76 de 6 de Novembro, nem ao Decreto-

Lei n.º 275/76 de 13 de Abril (Horta, 2000, p.149)³⁸. Na década de noventa introduz-se um novo elemento. Isto é, o bairro é descrito como espaço de “polos de venda de droga” (Pereira & Nascimento, 1992) e de jovens que “querem vida fácil e “curtir” como dizem eles (...) “sem levar em considerações os valores morais e as normas básicas das relações sociais” (Cardoso, 1991-1992, p.107). Aos jovens “preguiçosos” é adicionado o grupo dos migrantes que são adjetivados de “ marginais, ou seja, aqueles que se encontram ilegalmente a residir em Portugal” (Ilhéu ; Silva, 1991, p.5). Além do mais, se acrescenta que os habitantes possuem uma “mentalidade de mendicidade e de dependência em relação à sociedade” (*ibid.*). Sobre este assunto, queremos dizer que as pessoas que autoconstruíram os bairros da Cova da Moura são aquelas mesmas pessoas que também construíram as grandes infraestruturas deste país tais como o metropolitano de Lisboa, a ponte 25 de abril, as estradas e vias rápidas, as linhas e estações de comboio, os imóveis, os centros comerciais, etc. Essas pessoas são formidáveis para construir tais infraestruturas, mas não sabem construir as suas próprias casas, o que não faz sentido. Diante disto, consideramos que os habitantes da Cova da Moura são esvaziados de conhecimento e sabedoria nesse discurso, representadas como sujeitos passivos, “ coitadinhos”, dependentes da misericórdia da sociedade. Com a entrada do novo milénio se verifica, cada vez mais, o interesse em “dissecar” a Cova da Moura, principalmente com o arranque do programa IBC. Embora a geografia diga o contrário, segundo alguns estudiosos a Cova da Moura representa o “contexto africano” (Hipólito, 2004, p.29), “décima primeira ilha de Cabo Verde” (Perdigão, 2006,16), “parte das ilhas atlânticas” (Lopes Miguel, 2016, p.49), “aldeia africana” (Pereira & Nascimento, 1992, p.28), porém, só “falta a proximidade do mar para termos a sensação que viajámos ao arquipélago de Cabo Verde” (Raposo, 2010, p.110). Para que não fique dúvidas nenhuma, Perdigão (2006) acrescenta a “ Cova da Moura é a imagem daquele espaço, de um território africano, de ruas apertadas” (Perdigão, 2006, p.17). A leitura que fazemos dessas afirmações é de que existe um imaginário do vasto continente africano em que a suposta ruralidade é tomada como sinal de atraso face ao espaço urbano, considerado moderno. Implicitamente, denota-se uma visão linear da história que preconiza que o espaço urbano significa “ avanço” e o espaço rural como atrasado. Se uns/umas, indiretamente apelam e desenham planos de ação que conduza as populações à civilização. Anos depois Hipólito (2004) destaca que “apesar da aculturação” (Hipólito, 2004, p.29) ainda permanece as “ superstições e crenças de feitiçaria” (*ibid.*) : “constatou-se que a maior parte dos habitantes [da Cova da Moura] de origem africana faz distinção entre “ doença de Deus” e a “Doença de Diabo” (*ibid* p.41) e “acredita em feitiçarias e em espíritos de pessoas que já morreram” (*ibid* p.42). Essa narrativa se encaixa no que Fanon (2015) chamou de “linguagem zoológica” que defende que existe povos com ciências e povos com “ superstições” . Segundo Fanon (2015) o discurso (neo) colonial compartimenta os valores apresentando o colonizado como impermeável á ética; “depositário de forcas maléficas” (Fanon, 2015, p.45), retratando “os seus costumes, as suas tradições, os seus mitos, sobretudo

³⁸ O primeiro decreto estabelece as medidas contra o loteamento e construção clandestina e o segundo as medidas de repressão contra as construções não autorizadas (Horta, 2000).

seus mitos, são a própria marca dessa indignação, dessa depravação constitucional” (Fanon, 2015, p.46). Também podemos dizer que também tais discursos compartimentam a razão: no “ espaço africano” existe superstições e mitos e do outro lado existe a ciência. Sublinhamos ainda que esses fenômenos deveriam ser situados no seu devido contexto: o colonialismo português sobre o arquipélago de Cabo Verde. Assim sendo, segundo Fanon (2015) o contexto colonial, marcada pelas suas inúmeras formas de violência provoca alienação em que “ as forças sobrenaturais, mágicas, revelam-se forças espantosamente entranhadas no meu eu (...) tudo se resolve num confronto permanente no plano fantasmagórico” (Fanon, 2015, p.59). Na esteira de Fanon, argumentamos que essas ditas superstições foram germinadas e impulsionadas por uma estrutura económica que se ancorou à ideologia colonialista que desencadeia à alienação e sedimenta a dominação visto que petrifica os indivíduos que rejeita o movimento da história, a sua iniciativa, atribuindo a causa dos males ao destino. Em suma, uns tem ciência e “ outros” possuem mitos e superstições.

Ainda, segundo alguns estudiosos da Cova da Moura, “o dado mais relevante será talvez a elevada percentagem de crianças e jovens adolescentes, o que se coaduna com a cultura cabo-verdiana respeitante ao nº de filhos por família” (Sofia Rio et.al, 2003, p.2), as “famílias muito alargadas” (Nascimento ; Pereira (1991) ou “ fenômenos como a gravidez precoce (Vaz, 2014, p.92) e, ainda, “ se pensarmos nos elevados índices de natalidade no bairro” (Godinho, 2010, p.35) e as “ famílias destruturadas” (Perdigão, 2006, p.111). Segundo Fanon (2008) o discurso (neo) colonial fixa os negros na genitália, simboliza-o como genital, biológico, em particular no estereótipo de “eles têm tantos filhos” (ibid., p.38) e para começar, sua puberdade começa aos nove anos, eles têm filhos aos dez, eles são quentes” (*ibid.* 2008, p.144). No quotidiano Lisboa é comum escutar o senso comum afirmar que daqui a pouco “ o nosso país será inundado de mulatos, porque eles têm tantos filhos”. Ainda, em relação às famílias, é evidente que aqui é traçada a linha de famílias normais e “anormais”, baseada na normatividade hegemónica de família. E quando alguma família não se encaixa nela, acaba por ser patologizada como se existisse um único modelo de família. Assim surge a suposta irresponsabilidade das mães e pais negros e migrantes africanos. Constatase que a análise do que é a família contém a ideia patriarcal da heteronormatividade familiar. Além disso, aponta-se que as crianças não são devidamente acompanhadas (Perdigão, 2008, Sousa Marques, 2011). Nesse aspecto, existe implicitamente a ideia colonial e racista de os negros têm tantos filhos e não se responsabilizam. Também, é preciso dizer que, além disso, negligencia a condição de explorado/a, ou seja, da maioria da população se estar alocada a trabalhos precarizados que o mundo moderno (neo) colonial configurou para os corpos epidermizados, posicionados na estrutura capitalista racial/patriarcal/ colonial como “ corpos de exploração” (Mbembe, 2015). Somado a isto, verifica-se uma sede de apresentar as crianças do bairro da Cova da Moura como crianças que precisam ser salvas dado que argumento é apresentado para fabular uma necessidade – mesmo que não haja – para provar a pertinência do projeto a ser implementado. Por fim, a definição de arte é elitista, já que implicitamente nega que as expressões artísticas e culturais populares existentes no bairro não se encaixam nessa gaveta.

Em outros trabalhos académicos observamos, por um lado, que existe um estranhamento e ao mesmo tempo uma “ procura de negros” (Fanon, 1975) cuja descrições se assemelham a diário dos etnólogos

coloniais sobre as idas às aldeias indígenas. Embriagados de exotismo e curiosidade se puseram a descrever “velhos que apanham sol” crianças que brincam na rua, “as pessoas que se juntam à porta, “com o seu exotismo singular”, “falam crioulo”³⁹, analisar a “excentricidade morfológica do espaço urbano e das habitações que o definem, a “construção identitária” e mapear os sons, a dança “cheiro intenso da comida africana”, que invade o ar que se respira por alguma dela ser cozinhada na rua, “o grogue”, experimentar “o maravilhoso piripiri artesanal”, “a saborosa cachupa” (Pereira, 2000, Schwarz da Silva, 2002, Sofia Rio et.al, 2003, Gomes Hipólito, 2004, Godinho, 2010, Lopes, 2012). E ainda, se “os outros países têm locais como a Chinatown em Londres, por aqui encontramos o Bairro do Alto da Cova da Moura” (Godinho, 2010, p.12). Sobre a comida, vale a pena lembrar, que o milho, o feijão da “saborosa cachupa” há muito que não vem de Cabo Verde, mas é produzida nas hortas urbanas de Lisboa, Oeiras e Sintra. No meio de tudo isso, há quem veja perigo de contato e alerta que “existem muitos becos e ruas estreitas, que estimulam actos de delinquência, roubos e assaltos (...) confrontos entre os jovens do bairro e os visitantes” (Gomes Dos Santos, 2008, p.128). E para Marques (2011) a Cova da Moura integra o conjunto de “bairros precários com altos níveis de violência, altamente perigosos, onde existe um consumo abusivo de drogas, criminalidade elevada” (Marques, 2011, p.42) e “ insegurança urbana, ligadas ao fenómeno da imigração” (Pessanha Rodrigues, 2009). José Angélico (2004), por sua vez, acrescenta que embora a população africana “acabou por integrar bem no país de recepção embora existam como em todos os países com imigrantes , vários casos de racismo” (Angélico, 2004, p.28), porém alerta para uma “nova construção identitária” (*ibid.*), que se amontoam em “grupos de RAP ou HIP HOP. Outro caso é também a constituição de pequenos e grandes grupos que andam a fazer furtos em meios de transportes e grandes estabelecimentos comerciais” (*ibid.*, 2004, p. 31). Sobre esta questão, considerando o ano do qual o estudo foi conduzido, importa dizer que a criminalização e vigilância dos jovens negros, a epidermização do crime, era/é sistemática. Isto é, um grupo de jovens negros que se deslocavam para o Bairro Alto para se divertirem, por exemplo, eram parados e revistados pela P.S.P. à saída dos bairros, nas estações de comboios e também no próprio Bairro Alto. Chegou a um ponto que no meio dos jovens negros se começou a discutir se não era melhor nunca andar em grupo, ou seja, mais do que duas pessoas. O mito dos “ganguês” de jovens negros, responsabilizados pelos meios de comunicação pelo *Carjacking* era constantemente divulgado. Os jovens negros eram constantemente associados ao roubo por “esticão” nos comboios e quando entrávamos nos transportes as pessoas (brancas e negras) escondiam os seus pertences. É interessante que esse estudo não menciona o “cerco policial”, as bastonadas, as portas arrebetadas, as torturas, as narrativas de humilhações de jovens negros nas esquadras da Amadora. E também o sadismo policial que sequestrou membros da população para brincar o filme “perseguição sem tréguas” de Jean Claude Vandamme. A forma como

³⁹ Segundo Irene Hipólito dos Santos (2014), durante uma formação na Associação Cultural Moinho da Juventude “a questão do crioulo, língua falada pelo conjunto dos formandos que ocupava um espaço significativo da comunicação entre eles, deixava os professores indignados, que não aceitavam que fosse usado o crioulo durante as sessões.” (Santos, 2014, p.33).

esses trabalhos descrevem o bairro denota que o conselho é mesmo nem se aproximar do bairro. Porém, a professora Rute Perdigão (2006), aponta para possibilidade de entrada, mediante o pedido de visto de entrada ao SEF do bairro: “só lá entra “sem problemas” quem eles querem que lá vá, os “outros” são convidados a sair até “para o seu bem” (Perdigão, 2006, p. 18). O pronome pessoal “ eles” é revelador, usado neste caso como argumento para construção do antagonismo nós *versus* eles. Descoberta e reconhecimento de “outro” Portugal, que suscita, estranhamento, dúvidas, incógnitas, curiosidades sobre o que Godinho (2010) chamou de “grandes portas à imigração clandestina no nosso país” (Godinho, 2010, p.5.). Além de curiosidades existe também expectativas. E assim cada um/a aparecia para tirar a sua própria conclusão: “ *havia crianças num corredor à espera da aula de informática e um deles tinha uns olhos verdes extraordinários. Confirma-se a fama da beleza dos cabo-verdianos*⁴⁰ (Lopes Miguel, 2012, p.1). Todas essas descrições demonstram curiosidade, estranhamento, e também exotismo, em que populações africanas e afro-portuguesas, residentes no bairro, são apresentadas como culturalmente exóticas, passivas e que demandam para que sejam salvas porque as populações da Cova da Moura “ ainda estão muito fechadas sobre o seu bairro” (Sousa, 2011, p.46). Ana Filipa Sousa Marques (2011) cheia de boas intenções se predispôs a salvar as criancinhas e os jovens, que “estão muito fechados sobre o seu bairro”:

“a intenção, ao projectar uma escola de artes para uma zona como a Cova da Moura, é colocar os habitantes em interacção não só uns com os outros mas também e, sobretudo, em contacto com a arte, ajudando-os a descobrir caminhos e abrir portas para uma sociedade para a qual estes não estão preparados, visto que as crianças e os jovens ainda estão muito fechados sobre o seu bairro, onde vivem o seu dia-a-dia, não interagindo com as restantes comunidades que os rodeia (Sousa Marques, 2011, p46).

O excerto acima de Sousa Marques (2011) permite-nos tirar algumas ilações. A primeira consiste na aceitação de um determinado tipo de arte elitista como a única forma de arte. Isto é, o que se considera arte é o que se apreende na universidade. Uma outra questão subjacente no texto é ideia de que os alvos do projeto são sujeitos passivos e que estão perdidos e de que é preciso “ arrancá-los da noite” (Fanon, 2015). Por fim, não existe questionamento sobre as desigualdades da sociedade, ou seja, o problema reside nos habitantes que se “ autoexcluem”. Porém, é irónico, observar que o racismo, além de ser esvaziado do seu carácter político é, ainda, tratado como “ casos ” pontuais (Angélico, 2004, p.28). Essa suposta “ excecionalidade portuguesa” neo lusotropicalista é fundamentada na ideia de que em Portugal, onde “os partidos de extrema direita e nacionalistas não têm quase expressão eleitoral nenhuma nas eleições” (Angélico, 2004.p.28) e “uma tradição de os portugueses se darem bem com as outras nacionalidades” (*ibid* .p. 29-30). Em outros casos, o racismo é lançado para outras geografias europeias e “mesmo no interior da própria África” (Perdigão, 2006, p.13) e há quem se nasceu e cresceu em Portugal, se surpreende com o racismo quotidiano em Cabo Verde (Lopes, 2012, p.164). Segundo Fanon (1980) as comparações de racismo são inúteis porque “não existem graus de racismo”(Fanon, 1980, p.45).

Envolta numa gangrena do discurso público e de uma certa academia, ousemos dizê-lo, as populações e as instituições locais decidiram delinear estratégias para quebrar o mito de bairro “onde a polícia não entra”. E assim, organizaram visitas para professores, estudantes e todos/as as/os que quisessem

⁴⁰ Itálico no original

conhecer o “ lado bom” da Cova da Moura e os projetos ali desenvolvidos através do Projecto *Sabura – África aqui tão perto* (Sabura, 2007). Numa batalha pela representação digna, as nossas instituições locais caíram nas amarras da “internalização” (Fanon, 1975) do discurso racista hegemónico da Cova da Moura como “ Aldeia africana” e propuseram o “ turismo étnico” (Livro Sabura, 2017). E a Universidade Autónoma decidiu, em conjunto com o Moinho, contribuir para esse exotismo. Na sua proposta de trabalho de Arquitetura “levou mais de quarenta alunos da Universidade Autónoma de Lisboa à Cova da Moura, na Amadora, para imaginar um hotel de turismo étnico que pudesse espalhar um “vírus de contemporaneidade” (DN, 2008). Para o conjunto de moradores e moradoras que contestaram a ideia e afirmavam que “ aqui [Cova da Moura] não é o zoológico não sejam ingratos”. Podem agradecer ao professor Manuel Vicente, que nas suas palavras: “Quisemos levar-lhes a modernidade, a contemporaneidade, para que a Cova da Moura pudesse transformar-se a partir de dentro” (*idem*). E agradeçam também à professora Arquitecta Madalena Meneses e os seus alunos pela compaixão e sensibilidade. Todos sentiram-se “ tocados pelo “desequilíbrio de realidade” (...), mas também pelo “ar genuíno” e pela “vivência de rua” (*idem*)⁴¹”. A resposta face a isto veio de António Lopes, morador da Cova da Moura, há mais de vinte foi a seguinte: “Quería apenas dizer, enquanto morador, ao senhor Manuel Vicente, que dispenso que ele carregue o “ fardo branco” por nós que supostamente nos conduzirá à modernidade. E quero dizer também a senhora Madalena Meneses que dispenso a sua “ sensibilidade” (Recolha, 20 de janeiro, 2018).

Esse estranhamento e dificuldade em lidar com o facto de que Portugal não ser um Estado-Nação homogéneo, faz ressurgir o fantasma do “negro” como refere Miguel Vale de Almeida (2004). Isto é, segundo o autor, “ na dificuldade da sociedade e do Estado portugueses em encarar a hibridização da sociedade nacional ou sequer sua multiculturalização” (Vale de Almeida, 2004, p.46) surge o “ o fantasma do africano negro e de como lidar com ele, a sua corporalidade, a sua cultura, a sua herança” (*ibid.*, p.45). Diante desse imaginado fantasma (o negro) e da conseqüente dificuldade de se lidar com ele, acaba-se por fixá-lo na figura do estrangeiro-ameaça à identidade portuguesa dado que se imagina Portugal como um país de brancos e cristãos. A partir desta fixação, a governabilidade neocolonial portuguesa constrói dois tipos de cidadãos tanto através de dispositivos jurídicos e do imaginário social: o nacional de pleno direito e o estrangeiro de direitos amputados. Contudo, em casos dos corpos epidermizados e racializados a conquista de plenos direitos jurídicos não lhes garante a proteção devido ao processo de epidermização e racialização que atrela à imaginada e paranoica figura de inimigo-estrangeiro-ameaça através de características fenotípicas, culturais e religiosos de certas populações. É de anotar, por exemplo, o uso recorrente de categorias como “ descendentes de imigrantes” “ estrangeiros” “ nascidos em Portugal” “

⁴¹ Nas primeiras visitas organizadas e realizadas pelo Projeto *Sabura* era assim que vários moradores e moradoras comentavam sobre essas visitas.

africanos” “segunda geração” nos trabalhos académicos e poderes públicos⁴². Segundo Sílvia Maeso (2019) as referidas categorias:

“reinscreve e naturaliza a fronteira entre *portugalidade* e *não-portugalidade*. Deve notar-se que estes não são meros “descritores” de “segmentos” da população residente no país, mas categorias que refletem determinados acordos políticos e jurídicos, que condicionam as posições de determinadas populações nas estruturas socioeconómicas e as formas como são governadas/reguladas” (Maeso, 2019, p. 2052).

Conforme escreveu Fanon (1975) e Mbembe (2013) nem todos os negros são africanos e nem todos africanos são negros, porque existem negros que são brasileiros, franceses, ingleses e portugueses. E nem todos portugueses são brancos e cristãos. Neste sentido, a “fixação” (Fanon, 1975) ou inscrição da figura de inimigo-estrangeiro-ameaça aos corpos epidermizados e racializados permite a sua distribuição pelas geografias traçada pela linha da cor. Isto é, o português é construído como sinónimo de branco e negro como sinónimo de estrangeiro-invasor. Isto significa que se está perante a mutação do discurso colonial racista que se atualiza e se recalibra, vestindo outras roupagens. Fanon (1980) observou que com o desenvolvimento das técnicas, a luta e libertação dos oprimidos, a tomada de consciências dos trabalhadores, o aparecimento de colónias na própria Europa, a circulação de grupos, anteriormente inferiorizados, para várias geografias do mundo, desequilibram e impossibilitam a afirmação latente de uma suposta superioridade. E nesse sentido, o racismo aparece com “uma argumentação mais fina” (Fanon, 1980, p. 36) “menos brutal, mais cambiado, mais “cultivado” (*ibid*, p.41). Isto é, “o objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir” (...). Os “valores ocidentais” reúnem-se singularmente ao já célebre apelo a luta da “cruz contra o crescente” (*ibid.*) p.36). Nesta linha, argumenta-se que na epidermização da Cova da Moura como espaço de imigração, mais uma vez, o estatuto de imigrante, equiparado com a categorização racial, é tornado sinónimo de “negro”, para instituição de novas divisões, fronteiras de identidade, simbólicas, subjetivas culturais, ideológicas físicas e/ou imaginadas (Smith, 1993, Balibar, 1999, 2010, Alves, 2016) para a implantação de políticas de “docilização do corpo” (Fanon, 1975, 2015). É de observar que, como habitante do local, a maioria desses discursos são provenientes de vozes do “exterior”. Por essa razão comungamos daquilo que escreveu a historiadora Sónia Vaz Borges (2014) no estudo sobre o bairro de Santa Filomena:

“Alvos de vários estudos académicos, reportagens, jornalísticas, políticas urbanísticas, projetos sociais ou comunitários e com fortes presença e intervenções policiais, o bairro periférico tal como o conhecemos é fruto de um discurso que vem sendo (re) produzido e (re) construído ao longo dos anos. Um discurso proferido por vozes do exterior que, ao mesmo tempo que são importantes para as futuras políticas a implementar neste território, são também o principal manipulador do senso comum (...). vozes do exterior que no intuito de querer dar a voz, direitos e visibilidade ao território e os seus habitantes, na maioria das vezes acabam por silenciá-los (Vaz Borges, 2014, p.21).

Essas vozes do exterior, além de provocar o silenciamento das vozes dos habitantes reforçam o discurso de “bestialização” dos mesmos, influenciando diretamente as políticas públicas sobre os territórios. Por exemplo, a maioria dos trabalhos reduz os desafios da Cova da Moura à segurança em que produzem

⁴² É de assinalar que os chamados “estrangeiros” incluem pessoas com nacionalidade portuguesa e outras nascidas em Portugal, os quais não possuem nacionalidade portuguesa devido a lei de nacionalidade de 3 de outubro 1981.

narrativas para justificar as suas próprias expectativas. Esse “querer dar a voz” não poucas vezes sacrifica a realidade complexa do bairro e desagua no essencialismo, exotismo e bestialização. Muitos desses discursos, entre os quais, a epidermização do crime, espaço, imigração e corpos, através de hierarquia de valores, diferença cultural, modos de vida, valores, pertença presentes no discurso sobre a Cova da Moura, concorrem para a invenção de um inimigo-estrangeiro-ameaça epidermizado/racializado, contribuindo assim para a prática de possíveis políticas higienistas de espaços urbanos e também na suspensão do Estado de direito sobre determinados corpos e territórios. Sónia Vaz Borges (2014), acrescenta ainda, os bairros de maioria negra e migrante de Lisboa são representados como espaços caóticos, desordeiros, sem civilidade: “Quando está localizado em determinadas zonas de um país – Portugal, por exemplo -este território é automática e negativamente associado a um lugar periférico, marcado por ilegalidades e precariedade das construções e por uma população pobre, na sua maioria imigrante, de origem africana e negra. Um lugar perigoso, sem ordem, sem lei e sem civilidade” (Vaz Borges, 2014, p.20-21). Sublinha-se no entanto que, apesar de grande contributo, Sónia Vaz Borges (2014) não escapou à “dentada colonial” (Fanon, 2015). Na intenção de querer combater a epidermização dos bairros de maioria negra e migrante africana, assim como outros trabalhos, caiu na armadilha de o maniqueísmo de *portugalidade* e não *portugalidade*, classificando o bairro de “território estrangeiro, num país diferente (...) com língua diferente (ou melhor línguas diferentes) (...) cultura diferente, as pessoas são diferentes, os códigos são também são diferentes” (Vaz Borges, 2014, p.80). Como foi demonstrado, os discursos (media, academia e poder público) construíram a Cova da Moura como espaço da desordem “perigoso”, problemático, miserável, povoado de estrangeiros - pelo simples facto de ali habitarem pessoas de certas características fenotípicas e culturais – apesar de muitos serem cidadãos portugueses. Essa invenção foi alicerçada a patologização da arquitetura, as culturas, costumes, valores, comportamentos dos habitantes. Em suma, a Cova da Moura e os seus habitantes são construídos como ameaça à sociedade portuguesa legitimando, assim, as políticas de “pacificação”⁴³, o que tem impactos significativos na vida quotidiana dos seus habitantes e visitantes.

A linha divisória da violência (neo) colonial

Os relatos obtidos no terreno nos dão conta de que a história da violência policial sobre os bairros periféricos, em particular sobre a Cova da Moura, não constituiu caso isolado. Esses relatos demonstram a sua consistência e apontam para a existência de uma excecionalidade jurídica sobre a Cova da Moura. A nossa suspeita tem a ver com várias experiências. No transato ano de 2013 a Equipa de Intervenção Rápida da PSP conduziu uma operação no bairro da Cova da Moura por volta das nove da noite. O bairro foi literalmente cercado com os agentes com shotguns, coletes a prova de bala e a maioria estava com a cara tapada. Na rua do Chafariz fomos encostados e ordenados, com arma aponta à cara que nos encostássemos à parede. Éramos três pessoas. Uma das pessoas que nos acompanhava tinha 16 anos de idade. Após a revista foram-lhes retiradas as chaves que tinha no bolso. E a seguir um dos agentes foi verificar se abriu as portas

⁴³ Refiro as campanhas de guerra coloniais conduzidas pelo Estado colonial de Portugal para ocupação, pilhagem dos territórios de Angola, Guiné Bissau, Moçambique, ocorridas durante os finais do século XIX e inícios do XX.

das três casas ali à volta, apesar daquela pessoa ter dito que residia na outra parte do bairro. Após o sucedido solicitámos que os agentes também se identificassem uma vez que alguns estavam com a cara tapada e nenhum deles tinha identificação. Um dos agentes respondeu-nos que não era obrigatório porque a Cova da Moura está classificada como zona “ problemática”. Só mais tarde viemos a descobrir que o tal agente se referia às zonas urbanas sensíveis (ZUS) ⁴⁴. Essas zonas são enquadradas dentro da política criminal do Estado como zonas onde o corpo de intervenção, neste caso, está autorizado a ter uma postura musculada. Na Cova da Moura, além da Escola Básica da Cova da Moura⁴⁵, a PSP é a face do estado que leva “ violência às casas e às cabeças do (neo) colonizado” (Fanon, 2015,p.42). Tal como já testemunhámos “*a Polícia aqui a entrar é o salve-se quem puder*”(apud. in Rodrigues, 2009, p.37):

“aqui entram a tiros, pontapés, nem querem saber (...) rebentam as portas de casa (...) lá fora parece que existe uma outra polícia, uma outra lei, outras pessoas (...) lá pelo menos tentam disfarçar a violência... aqui é cara tchapix⁴⁶ (...) balas de borracha, balas letais, coronhada, tu sabes. Tipo....Parece que para eles não somos humanos ... que não sentimos medo”⁴⁷

Segundo Fanon (2015) no mundo (neo) colonial “o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz (...) do regime de opressão é polícia (...) não mitiga a opressão, não oculta a dominação. Ele expõe-nas, manifesta-as como boa consciência das forças da ordem” (Fanon, 2015, p.42).Na sua tese de doutoramento, uma etnografia sobre a patrulha de proximidade, a antropóloga Susana Soares Branco Durão (2006) observou que existe uma tendência na polícia de associar as pessoas negras de origem africana ao crime:

“ mesmo quando não são evidentes *mitras*, os pretos tendem a ser encarados como suspeitos ou, pelo menos, a sua situação é mais vulnerável. Quando os agentes avistam um preto numa esquina, comentam imediatamente o facto e tomam a pessoa como suspeita. Se for jovem e estiver num local *referenciado*, este tem mais probabilidades de ser interpelado, revistado e conduzido à esquadra. Em unidades consideradas mais “ operacionais” e de controlo da ordem, nos piquetes de intervenção rápida, não é pouco comum dizer-se: “ vamos à caça dos pretos!” (Durão, 2006, 252)

É de acrescentar, ainda, que a própria Diretiva da PSP de 2006 considera a composição étnico-social” de um bairro como um dos critérios de avaliação do seu grau de risco” das “zona urbanas sensíveis” (Z.U.S) (Público, 18 de Fevereiro de 2019), o qual a Cova da Moura é integrada. Para os moradores não restam dúvidas de que a Cova da Moura é tratada como se não houvesse um estado de direito. Salienta-se, que ao longo de décadas as populações da Cova da Moura, em particular, têm denunciado a violência racista de Estado e o “Estado de sítio” (, Pontes, 2016, Raposo et al.,2019) apontando para tratamento diferenciado com base nas características fenotípicas e culturais de uma parte da população do bairro. Conhecemos casos de jovens negros que denunciam casos, ocorridos em 2014, em apresentaram o cartão de cidadão português à PSP, durante várias operações no bairro e os agentes a PSP confiscaram os respetivos cartões e partiram-nos na cara deles, gritando: “não existe *preto* português”. Em Portugal várias organizações antirracistas têm

⁴⁴ Ver legislação relativa aos ZUS em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/492377/details/maximized>

⁴⁵ A Escola Básica da Cova da Moura está, gradualmente, a ser encerrada, tendo neste momento, apenas o pré-escolar a funcionar.

⁴⁶ Cara pobre, ou seja, é as claras.

⁴⁷ Relato colhido na Cova da Moura a 14 de agosto de 2019

denunciado a sistemática violência racista do Estado, em particular a violência policial racista, sobre as pessoas negras de origem africana e casos de mortes de vários jovens negros em que não se verificou uma única condenação à pena efetiva (Henriques, 2018, Raposo et al., 2019). Ainda, organismos e instituições internacionais de defesa dos direitos humanos têm apontado Portugal como um dos países com elevada incidência de violência policial racista contra migrantes e populações portuguesas de origem africana e negra (ENAR, 2015, CERD, 2016, ECRI, 2018). A violência racista do Estado é pelo facto da maioria dos habitantes da Cova da Moura serem pessoas de fenótipo negroide. Obviamente que a epidermização do espaço e do crime pesa na balança do perfil racial criminal. Ou seja, grupos racializados e epidermizados são tidos como potenciais “criminosos”. Importa destacar que a violência racista do estado ultrapassa o espaço geográfico da Cova da Moura e por isso, ao contrário, defendemos que o legado colonial, sua recalibragem contemporânea, através de narrativas securitárias que associam o copo epidermizado ao crime, fazendo do corpo negro um “fobógeno” que passa a ser patrulhado, vigiado, violentado impunemente e executado sem que haja nenhuma comoção. O discurso público e de um certo discurso científico que reduz a população da Cova da Moura a “criminosa”, exótica “problemática, a partir da noção da diferença cultural – já que não se pode dizer racial – epidermiza o crime, o espaço e o corpo que é inventado como “anormal”, legitimando, assim, a sua desumanização com a aplicação do estado de exceção para os corpos que habitam a zona de não ser: “uma zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive essencialmente despojado, onde um autêntico surgir pode ter origem” (*ibid.*, 1975, p.24). Longe de ser um espaço geográfico, é uma das várias posicionalidades estruturais de relações de poder, em que cada corpo ocupa um campo semântico, estruturado a partir das qualidades atribuídas à cor da epiderme” (Fanon, 2015, Grosfoguel, 2012, Costa, 2017). Deste modo o estado de exceção não é sobre a Cova da Moura, mas é imposto sobre o corpo epidermizado habitante da infernal a zona de não ser. Isto acontece, porque o capitalismo racial, que se alimenta da raça e outros dispositivos para produzir desigualdades, distribuição da violência e precipitação da morte para a manutenção de acumulação de capital, faz da não violência uma exceção na gestão de conflito na zona de não ser, porque não aplica o que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos cunhou de dispositivos de “regulação e emancipação” (Sousa Santos 2007, *apud* Grosfoguel, 2012) sobre as pessoas que vivem atrás da linha do humano. De maneira oposta, o uso de métodos violentos é uma exceção na zona do ser visto que a estrutura de poder reconhece a humanidade das pessoas, racialmente privilegiadas, acionando, assim, na gestão de conflitos o reconhecimento de direitos civis, códigos legais (Fanon, 1975, Sousa Santos, 2007, Grosfoguel, 2012) .

PARA (NÃO) CONCLUIR

A presente dissertação nasceu da ideia de analisar o bairro da Cova da Moura a partir das lentes fanonianas, focado nas experiências e resistências dos seus habitantes nas relações quotidianas com as instituições públicas e privadas. Em particular, pretendeu apresentar uma abordagem teórica sobre a Cova da Moura a partir do conceito de “compartimentarização do mundo colonial” de Frantz Fanon a partir de um olhar interno que até certo ponto constitui uma novidade face aos olhares exotizantes sendo que, ao mesmo tempo, constitui um olhar académico, científico, crítico e engajado. O tema escolhido era aliciante, embora apresentasse enormes desafios. Ao dar os primeiros passos da sua preparação fomos confrontados com a enorme quantidade de estudos académicos e poder público sobre o tema. Essa quantidade de estudo não nos causou grande impressão, mas o que nos chamou a atenção foi muito do seu conteúdo, o qual nos inquietava dado que representa a Cova da Moura longe daquilo que nossa experiência de morador indica. Assim sendo, escolhemos fazer um estudo dos estudos sobre a Cova da Moura a partir de Frantz Fanon. A leitura dos trabalhos sobre a Cova da Moura levou-nos à constatação de que a presença dos africanos em Portugal era, quase exclusivamente, apresentada como fenómeno migratório da metade do século vinte. E por essa razão, fomos forçados a tentar compreender minimamente essa questão. Assim, a partir da leitura de alguns textos verificámos que houve um processo de invenção de Europa “branca” através da “lactificação” da memória Histórica, removendo da narrativa de várias populações. No caso de Portugal, em particular, a contínua lactificação histórica removeu do imaginário social a presença de mouros, negros, judeus e assim construiu-se a ideia de Portugal equivalente a um país de brancos e cristãos.

Ainda, a necessidade de compreender os processos estruturais (políticos, económicos, sociais e culturais) que culminaram na produção de bairros periféricos, como a Cova da Moura, conduziu-nos a leitura de questões (anti) coloniais como o trabalho forçado nas ex-colónias”, as políticas de habitação, as políticas de imigração e nacionalidade portuguesa implementadas a partir de vinte cinco de abril de 1974 até 2012. Todas essas deambulações foram importantes para o presente trabalho e contribuíram de forma significativa para o resultado obtido. Mesmo assim, precisaríamos estudar profundamente as cidades coloniais do Estado colonial português e os seus respetivos mecanismos de controle, vigilância e segregação, para a compreensão da cidade (neo) colonial portuguesa. Também ao longo deste trajeto deparámos com inúmeros discursos e narrativas, principalmente de artistas do Movimento Hip Hop, do Batuku, que contra-argumentam a epidermização do crime, do espaço e das identidades. Isso é fundamental porque demonstra que a tese de passividade das populações epidermizadas da Cova da Moura constitui um ato de má-fé. Porém, esses dados, infelizmente, por uma questão de tempo e dimensão da tarefa não foram analisados neste trabalho. Assim, salientamos que este trabalho constitui uma produção exploratória e inacabada. Do nosso ponto vista, a compreensão do tema exige uma articulação de questões macroestruturais, por um lado, e questões microestruturais, tanto nacional como local, o que nos permitiria ter uma visão mais ampla e profunda da questão.

Assim, neste trabalho refletimos em torno do conceito de compartimentação colonial de Frantz Fanon (1975, 1980, 2015) para analisar o discurso sobre a Cova da Moura. Realizamos o esforço de apresentar, na primeira parte, o método fanoniano da análise de discurso, destacando que a luta anticolonial, além de acontecer nas interações sociais, também sucede no campo epistemológico e metodológico. Como vimos, segundo o autor, a análise do real não deve visar sobre o acumular de fatos, comportamentos, mas, sobretudo, compreender o seu sentido com vista a sua superação. Posto isto, o autor apela para a necessidade de descolonizar o método para evitar reificações e, ainda, abrir espaço para libertação para o aparecimento daquilo que ele denomina de *ser “acional”*-aquele ou aquela que exige a dignidade, exigindo o respeito aos valores humanos fundamentais (Fanon, 1975). No segundo capítulo focámos sobre o conceito de compartimentação colonial do autor, embora tenha sido apresentada antes em *Peles negras, máscaras brancas* (1956), é em *Os Condenados da Terra* (1961) que a geografia do mundo colonial é apresentada. Fanon argumenta que o mundo colonial é um mundo maniqueísta, marcado pela violência e castração de recursos básicos, cuja estrutura moral desumaniza o colonizado e o colonizador. Fanon também argumentou que o maniqueísmo colonial permaneceria após as conquistas de independências porque as próprias elites se revelariam incapazes de viabilizar as transformações necessárias para dar uma face mais humana ao mundo. Essa incapacidade, argumenta Fanon, é derivada pelo estrangulamento financeiro das organizações e instituições económicas, por um lado, e pelo roubo organizado das elites independentes. Todavia, salientamos que apesar de Fanon não ter analisado a compartimentação colonial na metrópole colonial, a nossa leitura aponta-nos que em Portugal a caça dos imigrantes, a violência de estado sobre os corpos marcados pelo mácula da raça, o cerco aos bairros de maioria negra e romani, a militarização das fronteiras europeias, a tecnologia de vigilância e controle sobre os muçulmanos são marcas de formas de maniqueísmo cuja raiz é o mundo colonial.

No que concerne a Cova da Moura, apresentamos um quadro histórico informativo através da revisão da literatura, alguns testemunhos dos seus próprios habitantes e o nosso conhecimento enquanto habitante e mestrando em ciências sociais. Verificámos que as populações se organizaram e batalharam pelo direito a ter uma vida digna e ao contrário do que ocorre em muitos trabalhos académicos sobre a Cova da Moura não encontramos “barracas”, mas sim casas. Todavia, de modo algum, queremos dizer que o processo de “djunta mô” é uma marca exclusiva da Cova da Moura. Pelo contrário, acreditamos que as populações, independentemente das suas origens culturais e geográficas, praticam a interajuda (Djunta mô) em situações de dificuldades. Notámos ainda que a complexidade da indefinição jurídica dos terrenos da Cova da Moura constitui uma tensão entre a propriedade privada do capitalismo (valor de uso e valor de troca) colidindo com a política neoliberal. Assim sendo, a situação da Cova da Moura é um problema político que com o mínimo de bom senso seria rapidamente resolvido, existindo inclusive instrumentos jurídicos que solucionam a questão, como se pode verificar no código da expropriações.

Na terceira parte apresentámos o que denominamos de discursos sobre a Cova da Moura. Na primeira seção deste capítulo debruçamo-nos, sobre a análise do material levantado, identificado e organizado (ver anexo I). Sublinhámos, mais uma vez, que a nossa análise não incidiu sobre a totalidade

dos trabalhos. Uma breve análise desses trabalhos permitiu-nos dizer que uma boa parte desses trabalhos se encaixam no que chamamos, na esteira de Fanon (1975), de postura de anatomista. Fanon demonstra uma preocupação com “a ética de cuidar” (Collins, 2019). Durante os seus estudos de medicina, Fanon e outros colegas sentiam um mal-estar, durante as sessões de dissecação do corpo, e assim solicitaram a um “calejado” que lhes oferecesse alguns conselhos para evitar sentir indisposição. E segundo Fanon ele respondeu-lhes: “Meu caro, faça como se você estivesse dissecando um gato, e tudo irá bem” (Fanon, 2008, P.45). Fanon, recorda-nos que um/a pesquisador/a pode ter duas posturas. A primeira consiste em se contentar apenas em fazer a descrição do “objeto” tal como o “anatomista que se surpreende quando, ao descrever a tibia, alguém lhe pergunta o número de depressões anti-peroneais que ele possui” (Fanon, 2008, p.145). Esta surpresa por parte do anatomista, explica Fanon (2008) deve-se ao facto de os anatomistas “que, nas suas pesquisas, (...) nunca tratam de si próprios, mas dos outros (*ibid.*). Trata-se do primeiro grupo de pesquisadores/as que se puseram a classificar as populações, os seus valores, a cultura e comportamentos, sem questionar a estrutura de poder, as assimetrias locais de poder. Além disso, grande parte dos trabalhos académicos, em particular, concedem prioridade às descrições do espaço e das populações e ignoram a questão fundiária do bairro, embora tenha sido apontada, tanto pela população assim como pelas políticas públicas, como o maior obstáculo para a qualificação do bairro. E ignoram completamente as populações brancas existentes no bairro como se as mesmas não tivessem cultura, valores, sentimentos. Como não se tratava “deles” dissecaram o bairro como se fossem anatomistas. Nesta senda, argumenta-se, que a “sociedade não é apenas discursiva,” (Évora, 2014)” e que existe algo, neste caso, que se chama economia política do racismo (Maeso, 2019) que é preciso abolir. A segunda, defende Fanon (2008), trata de dispor-se a pensar de forma crítica sobre os fenómenos: “em princípio, a intenção de descrever parece implicar uma preocupação crítica e, por conseguinte, uma exigência de superação em busca de alguma solução” (*ibid.*, p.45). Encontrámos também trabalhos que se enquadram nessa segunda postura fanoniana, embora muito poucas, as quais foram utilizadas para desmistificar outros trabalhos. Destacámos, ao contrário, que a Faculdade de Arquitetura de Lisboa, trabalhou com as populações locais na elaboração de propostas de solução para o bairro que foram entregues ao poder local em 2013. Ainda no sentido de solucionar a questão dos terrenos, encontrámos o trabalho de Rui Filipe Gomes (2019) que propõe, através da perequação dos valores a compra dos terrenos do bairro pelos próprios moradores enquadradas na vertente coletiva da posse dos terrenos. Encontrámos menções de uso do método participativo nos estudos, contudo apenas encontrámos um artigo produzido por uma antropóloga, Júlia Carolino, e um ex-morador, Ermelindo Quaresma (Carolino & Quaresma, no prelo). Em suma, os habitantes são tratados como informadores e jamais como produtores/as de conhecimento, o que consuma uma postura extractivista em que a academia se torna a fábrica e os conhecimentos da população tratadas como matéria prima.

Ainda sobre a questão epistemológica queremos problematizar algumas das categorias mais utilizadas no grosso dos trabalhos. Referimos as categorias de “imigrantes” “mulheres” “trabalhadores” “jovens” “interculturalidade/multiculturalidade”. As categorias “imigrantes” “trabalhadores” “mulheres” “jovens” por exemplo, homogeneizam e naturalizam as relações desiguais de poder existentes mesmo entre

os oprimidos. A nossa experiência migratória e o trabalho desenvolvido junto de várias comunidades migrantes demonstram que a migração intraeuropeia, salvo quando não se trata das populações europeias romanis e muçulmanas, são tratadas pelos estados europeus, tanto do ponto de vista jurídico, como social, securitário, como totalmente diferentes das migrações provenientes do continente africano, asiático ou sul-americano. É preciso levar em conta nestas análises “as desigualdades de poder e as cumplicidades do Norte em relação à exploração do Sul” (Grosfoguel, 2012, p.340) que se materializam, por exemplo no direito à mobilidade das pessoas do sul global. Os países europeus, por exemplo, estão no topo, ao lado de Japão e Singapura, na lista dos passaportes mais “fortes”, segundo a *Henley Passport Index 2019*. Em Portugal, por exemplo, o artigo duzentos e cinquenta do Código de Processo Civil Penal de Portugal que trata da Identificação de Suspeito e Pedido de Informações estipula que um agente somente pode parar e identificar uma pessoa se sobre si se recai “fundadas suspeitas da prática de crimes, da pendência de processo de extradição ou de expulsão” ou que “esteja irregularmente no território nacional” ou se tiver um “mandado de detenção”. Como é se que deteta o chamado “imigrante ilegal”? No que toca a categoria “mulheres”, podemos tomar um exemplo seguinte: uma mulher negra, empregada doméstica, migrante, islâmica, residente de um bairro periférico não possui as mesmas camadas de opressão que uma mulher branca da classe média. Ambas sofrem de opressão de género mas a primeira aglutina uma série de camadas de opressão – raça, classe, género, religião, espaço, geopolítica – que são agudizadas por habitar a zona do não ser. Muitas mulheres negras da Cova da Moura trabalham em profissões de cuidado para “patroas brancas” as quais apesar de serem vítimas da violência de opressão de género, são privilegiadas tanto a nível de classe, raça e geopolítica. A categoria trabalhadores também trata o que se convencionou de “classe trabalhadora” como se fosse homogénea. Contudo, verifica-se que em Portugal a “epidermização dos lugares e posições sociais” (Faustino, 2015), ou seja, a opressão racial agudiza a opressão de classe dos sujeitos epidermizados e racializados. A nossa experiência de anos a trabalhar na construção civil ensinou-nos que quando um trabalhador branco sente que está a ser explorado sintetiza a sua situação da seguinte forma: “estou a trabalhar que nem um preto”. Mesmo quando se aborda a questão da masculinidade não existe horizontalidade, pois existe masculinidades hegemónicas e masculinidades subalternas. O mesmo se aplica ao que chamam de “jovens”. Esses jovens têm género, classe, orientação sexual. No que toca aos jovens, as de sexo feminino são policiadas pela sociedade que as tentam moldar para se comportarem dentro da normatividade da estrutura social do poder patriarcal. Os jovens negros, ciganos não estão na mesma hierarquia de poder que os jovens brancos. Os conceitos de multiculturalidade/interculturalidade são usados como se houvesse o princípio de horizontalidade de relações interculturais (Grosfoguel, 2012). Posto isto, muitos dos trabalhos, com a sua linguagem hermética, supostamente neutra, nos levam a pensar que estão a teorizar a partir da lua como se não tivessem um “corpo político de conhecimento”, hierarquias de culturas, ontologias da atual estrutura do capitalismo racial/ patriarcal e colonial (Fanon, 2015, Robinson, 2000, Grosfoguel, 2012, Collins, 2019). Sobre este assunto, Patricia Hill Collins (2019) recorda-nos que “os académicos, editores, [poderes públicos] e outros especialistas representam interesses e processos de atribuição de credibilidade específicos, e suas reivindicações de conhecimento devem satisfazer critérios

políticos e epistemológicos dos contextos que se encontram”(Collins, 2019, p.404). Essa questão torna-se ainda mais evidente na forma como o problema do racismo, por exemplo é abordado. Na verdade não existe nenhum trabalho que trate o racismo como uma questão estrutural/ institucional/ sistêmica no conjunto de trabalhos levantados sobre a Cova da Moura. Quando o tema é “abordado”, ou seja, quando é mencionado, o é apresentado como um caso pontual ou como algo que ocorre apenas noutros contextos europeus. Nos trabalhos sobre a Cova da Moura, as populações negras são sempre étnicas, isto é a população branca do bairro não tem etnia. Em suma, quem é classificado são os considerados “outros”. Mas a epidermização e racialização que se efetua tem o seu sentido inverso. A epidermização e racialização de grupos é um processo que também racializa os brancos, contudo ofusca a luz de quem teoriza.

A nossa leitura desses trabalhos leva-nos a afirmar que tanto o discurso académico e público tende a epidermizar a Cova da Moura adjetivando-a de violenta, caótica à margem da legalidade, lugar de drogas, traficantes e delinquentes. E quando se refere “ilegalidade do bairro”, os trabalhos não apresentam nenhuma fonte, documentação que sustenta esse argumento. Tais discursos bestializam os habitantes do bairro que são tratados como seres culturalmente (racialmente) inferiores o que legitima a continuidade do estado de exceção sobre o Bairro, a manutenção do seu projeto (neo) colonial, o aumento das políticas repressivas sobre a migração. Notámos que as populações negras são tratadas como “ imigrantes” estrangeiras, apesar de grande parte ter cidadania portuguesa, compartimentando, assim, a noção de “portugalidade e não portugalidade” (Maeso, 2019). Aliás, como vimos, o bairro é constantemente referido como “África” ou “ilha” “ aldeia africana”. Importa assinalar que a própria população local reproduz o discurso exótico e a do bairro problemático. Os habitantes, ainda, são representados como exóticos, passivos, dependentes “coitadinhos” dos quais precisam serem salvos. São discursos proferidos por vozes de exterior que epidermizam as populações do bairro e invisibilizam da população branca da Cova da Moura. Considerando que os trabalhos científicos informam as políticas públicas, consideramos que a epidermização discursiva da Cova da Moura contribui para a manipulação da perceção dos decisores políticos e podem conduzir a aplicação de políticas civilizatórias. Também queremos dizer que a epidermização discursiva da Cova da Moura, contida nesses trabalhos, diz muito mais da nossa sociedade do que dos habitantes do bairro. A Cova da Moura já não é apenas o espaço, constitui a dificuldade da nossa sociedade lidar com a presença do negro, o qual usamos como tela para projetar as nossas neuroses, a nossa vontade de o confinar. A bestialização da Cova da Moura demonstra a nossa bestialidade, a nossa dificuldade em reconhecer que não somos um país monoétnico. A sua presença desequilibra o esquema mental, o imaginário de nação da hegemonia branca e para recuperar a sua postura isométrica transforma o negro em bode expiatório. Fanon (2008) chamou isto de transativismo: “na medida em que descubro em mim algo de insólito, de repreensível, só tenho uma solução: livrar-me dele, atribuir sua paternidade ao outro. Assim, ponho fim a um circuito tensional que poderia comprometer meu equilíbrio” (Fanon, 2008, p. 161). Ainda, concluímos que, embora observações no terreno apontem para a existência de modalidades de apartheid de facto, como um dos elementos da compartimentação colonial, não se pode afirmar que “a infraestrutura económica é também uma superestrutura (Fanon, 2015, p. 44) como se verificou no contexto colonial, devido à existência de

populações brancas de várias origens que vivem, também, a opressão económica. Porém, essas últimas possuem o privilégio racial. Nesse sentido, a Cova da Moura ensina-nos que, independentemente das diferentes cartografias de poder ali existentes, é possível convergir em um ponto comum para enfrentar os desafios, principalmente a manutenção do bairro. Para concluir, a pandemia global veio demonstrar que essa camada de trabalhadores/as de cuidado que concede o privilégio a uma pequena minoria de ficar em casa sem passar fome, é constituída por trabalhadores/as racializados/as que permitem a quarentena tranquila.

BIBLIOGRAFIA

- ACMJ (2017). *Eduardo Pontes: Vida, Obra e Revolução*. Edição: ACMJ
- AJARI, Norman (2011). *Frantz Fanon: Lutter Contre La Bestialisation, Démolir Le Biopouvoir*.
Disponível em: <https://www.academia.edu/>
- ALCOFF, Linda. (2016). *Uma Epistemologia Para a Próxima Revolução*. Revista: Sociedade e Estado, Volume 31, páginas: 129-143.
- ALVELOS, Vanda; SEBASTIÃO, Rosa (1992). *Grupo de Estágio e Prática (4º ano) - Plano de Inserção* - Instituto Superior de Serviço Social.
- AMIN, S. (2009). *Eurocentrism: Modernity, religion, and democracy: a critique of Eurocentrism and culturalism*. New York, NY: Monthly Review Press.
- ANDRINGA, Diana (2005). Era uma vez um arrastão .
- ANGÉLICO, José (2004) *Uma Aldeia Cabo-verdiana em Portugal - Estudo Sobre às Crenças, Mitos e Representações Sociais da Saúde, Doença e Corpo no Bairro da Cova Da Moura* (Relatório de Estágio) - Novembro 2004 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova De Lisboa.
- ARAÚJO, Marta; Maeso, Sílvia Rodríguez (2012), "A institucionalização do silêncio: a escravatura nos manuais de história portugueses", Revista (In)Visível , 1, 7-15 (reedição).
- _____.; MAESO, Sílvia Rodríguez (2013), "A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, 'Portugal' e (pós-)colonialismo". Educar em Revista, 47: 145-171.
- BALIBAR, Etienne et al. (1999). *Sans-papiers : L'archaïsme Fatal. Éditions : La Decouverte*.
_____.; WALLERSTEIN, Immanuel (2010). *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. Verso Books
- BATALHA, L., & CARLING, J. (Eds.). (2008). *Transnational Archipelago: Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- BEJA HORTA, Ana Paula (2000). *Constructing Otherness: Nationhood and Immigration Politics in Portuguese Post-colonial Society* - Dissertation Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in The Department of Sociology and Anthropology - Simon Fraser University.
- BERNAL, Martin (2006). *Black Athena: Afroasiatic Roots of Classical Civilization; Volume III: The Linguistic Evidence*, Rutgers University Press.
- CARDOSO, Gaudino José Tavares (1991-1992) . *A Segunda Geração de Imigrantes Cabo-verdianos em Portugal: Mudança e Interpretação Cultural* - Trabalho de Investigação Apresentado no Âmbito do Seminário de Investigação do 4º Ano de Licenciatura Em Antropologia - Universidade Nova de Lisboa.
- CAROLINO, Júlia (2013). *Contribuições de um Enfoque Antropológico no Lugar para a Temática da Requalificação Habitacional. O Caso da Cova da Moura*.

- CAROLINO, Júlia, QUARESMA, Ermelindo (*no prelo*). *'From a focus on legality to an urbanism of reception in the informal city. The case of Cova da Moura, in the Greater Lisbon Area (Portugal)'*, in *Claiming the City. Civil Society Mobilization by the Urban Poor*, a publicar pelo Centre for Sustainable Development.
- CARVALHEIRO, José Ricardo (2008). *"Etnicidade e os Media: o 'Arrastão' de Carcavelos na Imprensa"*, *Observatório (OBS) Journal*, 5, 2008.
- CASTRO HENRIQUES, Isabel (2011). *Os Africanos em Portugal – História e Memória, Século XV-XXI*. Edição: Comité Português do Projeto UNESCO « A rota do Escravo»
- CASTRO RIBEIRO, Jorge Manuel de Mansilha (2012). *Inquietação, Memória e Afirmação no Batuque: Música e Dança Cabo-verdiana em Portugal* - Tese Doutoramento - Departamento de Comunicação e Arte - Universidade de Aveiro.
- CHERKI, A. (2002). *Prefácio de Os Condenados da Terra*. Em F. Fanon, *Os Condenados da Terra*. (E. Rocha, & L. Magalhães., Trans.). UFJF.
- CMA (1983) *Relatório «Cova Da Moura»* (1983). Trabalho Efetuado Pelos Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora.
- COLLINS, Patricia Hills (2019) *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Edição: Boitempo.
- CONE, James H (1997). *God of the Oppressed*. Maryknoll, N.Y.: Orbis Books.
- CUBEROS-GALLARDO, Francisco (2017). *Cova da Moura: Identidad Caboverdiana y Conflicto urbano en la Periferia de Lisboa*. *Revista Latino-americana de Estudios Urbano Regionales*.
- DELGADO LOPES, Alcides José (2020) *Sobre Adriças e Cabrestos: o Kola San Jon de Cova da Moura e as Formas Resilientes da Tradição na Diáspora Africana em Lisboa-Portugal* – Tese de Doutoramento em Antropologia. Programa de Pós-graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco.
- DOS SANTOS ALMEIDA, Diana Isabel (2005). *Hoji na Spera Di Manhã - Estudo Etnográfico Sobre o Processo de Integração dos Jovens Cabo-verdianos, Residentes no Bairro da Cova da Moura* - Tese de Licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento - Pólo Miranda do Douro - Universidade de Trás-os-Montes E Alto Douro.
- DOS SANTOS, Irene D. Hipólito (2014). *Construir e Construir-se (N) Uma Associação de Bairro: O Moinho da Juventude na Cova Da Moura* – Tese de Doutoramento Em Educação - Área de Especialização: Formação de Adultos - Universidade De Lisboa - Instituto De Educação.
- DRABINSKI, John (2019). *"Frantz Fanon"*, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/frantz-fanon/>>.
- DU BOIS, W.E.B. (1986). *A Mild Suggestion*. In W.E.B. Du Bois: *Writings*, edited by N. Huggins. New York: Library of America.
- DURÃO, Susana (2006). *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa* – Tese de Doutoramento em Antropologia das Sociedades Complexas. ISCTE-IUL.

- ELA, Jean-Marc (2014). *Cheikh Anta Diop ou a Honra de Pensar*. Edição: Pedagogo, setembro de 2014
- ELLISON, R. (2006). *O Homem Invisível*. Casa das Letras.
- EMERSON DOS SANTOS, Renato(2012). *Sobre a espacialidade das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano* em ÉMERSON DOS SANTOS, Renato(2012). *Questões urbanas e racismo*– Petrópolis, RJ. Brasília. Coleção Negras e Negros: Pesquisa e Debates.
- ÉVORA, Iolanda (2011). *Novas Práticas no Campo Social da Diáspora Cabo-verdiana: As Remessas e a Mobilidade Transnacional de Via Múltipla*. Revista Internacional em Língua Portuguesa, v. 24, p. 113-127
- _____.(2014). *As Práticas Discursivas Como Estratégias De Intervenção No Campo Social. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)*
- FANON, Frantz. (1988). *Black Skin, White Mask*. Pluto Press.
- _____. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: UFBA.
- _____. 2015). *Os Condenados da Terra*. Lisboa : Letra Livre .
- _____.(1975). *Peles Negras Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.
- _____. (1980.). *Em Defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- _____. (1967). *A Dying Colonialism*. Groove Press.
- _____. Chevalier, H., & Carstairs, G. M. (1970). *A Dying Colonialism*. Harmondsworth: Penguin.
- _____. (1979) - *Os Condenados da Terra*. 2ª edição. Tradução de José Laurénio de Mello. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, M.T., Coelho, C., & Wasterlain, S.N. (2019). *Discarded in the Trash: burials of African Enslaved Individuals in Valle da Gafaria, Lagos, Portugal (15th-17th centuries)*.
- FIGUEIRAS VARELA, Pedro Miguel (2015). *Novas Raízes na Cidade: Sociabilidades nas Hortas Urbanas de Cabo-verdianos na Amadora*. Dissertação de Mestrado em Antropologia -ISCTE-IUL.
- FIKES, Keisha, (2009) *Managing African Portugal*. S Weeks. Etnográfica. Revista do Centro ... Durham, NC: Duke University Press,
- FONSECA, J., & Sabóia, J. (2001-2002). *Os Negros de Faro e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário*. Anais do Município de Faro, 21-32,
- FROMENT, Alain (1991). *Origine et évolution de l’homme dans la pensée de Cheikh Anta Diop: une analyse critique*. Cahiers D’études Africaines, Paris.
- GARCIA, Fernanda Di Flora (2011). “*Sobre os centros de permanência temporária na Itália e a construção social da não-pessoa*”. Campinas. Dissertação de Mestrado-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.
- GIBSON, N. (2011). *Fanonian practices in South Africa – From Steve Biko to Abahlali baseMjondolo*. United States: Palgrave Macmillan.

- GIBSON, N. (2015). *The Rationality of Revolt and Fanon's: Relevance, 50 Years Later*. Nordic Journal for Caribbean Studies, 9-25.30
- GILMORE, R. W. (2007). *Golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*.
- _____. (2018). *Geografia Abolicionista y el Problema de La Inocencia. Tabula Rasa*, (28), 57-77. <https://dx.doi.org/10.25058/20112742.n28.3>
- GODINHO, Marco António da Silva (2010). *Cova Da Moura Bairro "Histórico" Em Evolução*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra.
- GOIS, Pedro (Org.) (2008) *Comunidade (S) Cabo-verdiana (S): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*. – (Comunidades; 2) -Edição: Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
- GOLDBERG, D. T. (2009). *The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism*.
- GOMES HIPÓLITO, Mónica Sofia. (2004) *Do Nascer ao Morrer: Crenças, Superstições e Representações da Saúde, Doença e Corpo: A Escolha das Práticas Terapêuticas nas Comunidades Africanas Residentes Em Portugal - O Bairro Alto da Cova da Moura* - Licenciatura em Antropologia - FCSH- UNL.
- GOMES, Rui Filipe (2019). *Qualificação e Reconversão de Bairros Autoproduzidos: O Caso da Cova da Moura*. Projecto de Mestrado em Arquitectura - FAUTL
- GONÇALVES ILHÉU, Ana Cristina; B. R. DA SILVA, Carlos Jorge (1991). *Minorias étnicas, Comunidade Cabo-verdiana do Concelho de Amadora: Bairro da Cova da Moura*- Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- GORDON, Lewis (1995) *R. Fanon, Philosophy, and Racism*. In: BABBITT, Susan E. e CAMPBELL, Sue (ed.). *Racism and Philosophy*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- _____. (2008). *Prefácio de Peles Negras, Máscaras Brancas*. Em F. Fanon, *Peles Negras, Máscaras Brancas*.
- _____. (2015). *What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought*. New York: Fordham University Press.
- GROSGOUEL, Ramón. (2008) *Para Descolonizar Os Estudos De Economia Política E Os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento De Fronteira E Colonialidade Global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80.
- _____. (2016). *A Estrutura do Conhecimento Nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistémico E Os Quatro Genocídios/Epistemicídios Do Longo Século XVI. Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- HENRIQUES, Isabel de Castro & LEITE, Pedro Pereira (2013). *Lisboa cidade Africana: Percursos de Lugares de Memória*. Lisboa/Ilha de Moçambique: Marca d'Água.

- KELLEY, Robin D. G. (2000). "Foreword," in *Cedric Robinson's Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press
- LAHON, Didier (1999) *O Negro No Coração Do Império, Uma Memória A Resgatar – Séculos XV-XIX*, Lisboa: coleção entre culturas História e histórias
- LAHON, Didier. (1999-2000), "Os Escravos Negros em Portugal", in Os negros em Portugal – séc. XV a XIX, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Exposição no Mosteiro dos Jerónimos de 23 de Setembro de 1999 a 24 de Janeiro de 2000).
- LIPPOLD, W. G. (2016). *A África de Fanon: Atualidade de Um Pensamento Libertário*. Em J. R. (org.), *O Pensamento Africano no Século XX* (pp. 199-228). São Paulo: Outras Expressões.
- MACEY, D. (2012). *Frantz Fanon: A Biography*. Verso Books.
- MACHADO, Luís Fernando (1994). *Luso-Africanos em Portugal: Nas Margens Da Etnicidade*. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 03. Lisboa.
- MAESO, Silvia Rodríguez. (2019). *O Estado De Negação E O Presente-Futuro Do Antirracismo: Discursos Oficiais Sobre Racismo, 'Multirracialidade' E Pobreza Em Portugal (1985-2016)*. Revista Direito e Práxis, 10(3), 2033-2067. Epub September 16, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43883>
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2016). *Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality*, Frantz Fanon Foundation, 23 October 2016, 23. Accessed 18 July 2017. http://frantzfanonfoundation-foundationfrantzfanon.com/IMG/pdf/maldonado-torres_outline_of_ten_theses-10.23.16_.pdf
- MARQUEZAN, R. (2009). *A Constituição do Corpus de Pesquisa*. Revista Educação Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/172>
- MATA, I. (2015). *A Pertinência de Ler Fanon, Hoje - Prefácio de; Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Livre.
- MBEMBE, A. (2 de Setembro de 2011). *L'universalité de Frantz Fanon*. Consultado em 11 de junho de 2017. Disponível em: <http://mouvements.info/luniversalite-de-frantz-fanon/>
- _____. (2013). *Critique de la Raison Nègre*. Paris : La Découverte.
- _____. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Antígona.
- _____. (2016). *Decolonizing The University: New directions*. Arts and Humanities in Higher Education. 15. 29-45. 10.1177/1474022215618513.
- MENDES, Luís (?) *Urbanização Clandestina e Fragmentação Sócio-espacial Urbana Contemporânea: O Bairro da Cova da Moura na Periferia de Lisboa*
- MENESES M.P.G (2010) *O 'Indígena' Africano E O Colono 'Europeu': A Construção Da Diferença Por Processos Legais*. E-cadernos CES, 2010.
- _____. (2011) *Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

- MIGUEL, Ana Flávia (2010) *Kola San Jon, Música Dança e Identidades Cabo-verdianas*. Dissertação de Mestrado em Música. Aveiro: Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.
- MORENO, Alfredo; VAZ, Domingos, TAVARES, David, PIMENTA, Manuel. (1985). *Às Práticas Sociais-Urbanas Do Clandestino: Um Estudo Localizado: Bairro Alto Da Cova Da Moura*. Seminário De Sociologia Urbana.
- NOGUEIRA, C. (2001) *A Análise do Discurso*. Em L. Almeida e . Fernandes (Edts). Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação. Braga: CEEP.
- PARDUE, Derek (2012) *.Cape Verdean Kriolu as an Epistemology of Contact...* Cadernos de Estudos Africanos . Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- PEREIRA, Elvira; NASCIMENTO, Isabel (1992). *Plano de Ação* - Instituto Superior de Serviço Social.
- PEREIRA, V (2014). *A Ditadura de Salazar e a Emigração Portuguesa: O Estado Novo Português e os seus Emigrantes em França (1957-1974)*, Lisboa, Temas e Debates
- PISSARA, Maria Sofia Novais M. A. (2001/2002). *Relatório De Estágio*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Psicologia Clínica.
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA CÂMARA DA AMADORA (PDM)
- PLATAFORMA GUETO (2015), “*Genocídio da Polícia Portuguesa Contra Jovens negros*”. Consultado em 15.01.2017. Disponível em: <https://plataformagueto.wordpress.com>; <https://www.youtube.com/watch?v=q7IILY1Focs>.
- RABAKA, R. (2010). *Forms of Fanonism: Frantz Fanon's critical theory and the dialectics of decolonization*. Lanham, Maryland : Lexington Books
- RAMOS PERDIGÃO, Rute Isabel (2006). *O Aluno Cabo-verdiano do 1º Ciclo e a Aprendizagem do Português. O Papel da Consciência Metalinguística na Relação Sujeito-línguas (Cabo-verdiana e Portuguesa)* - Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro.
- RAPOSO, Isabel(2012). "*Bairros de Génese Ilegal: Metamorfoses dos Modelos de Intervenção*" in Mendes, M.; Ferreira, Carlos; Sá, Teresa; Crespo, José Luís (coords.) *A cidade entre bairros*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 107-109.
- RAPOSO, Otávio et al. (2019) *Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa* - *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 119, setembro 2019: 5-28.
- RIBEIRO, Jorge Castro (2007). *Nós Somos Finka-pé! A Performance do Batuque Como Reivindicação, Evasão e Resistência. Estudo de Caso de Mulheres Cabo-verdianas do Bairro da Cova da Moura, Amadora*. Comunicação No Performa 2007 - Encontros De Investigação Em Performance, Universidade De Aveiro, Maio 2007.
- ROBINSON, Cedric J. (2000). *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press,

- SANTOS ANTUNES, Marina Manuela (1991). *Etnicidade Urbana e Marginalização : Um Olhar Sobre a Comunidade Cabo-verdiana na Amadora* – Dissertação de Licenciatura.
- SANTOS, Irene (2004). *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*- Tese de Mestrado em Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.
- SAYYD S. (2015) *Towards a Critique of Eurocentrism: Remarks on Wittgenstein, Philosophy and Racism*. In: ARAÚJO M., MAESO S.R. (eds) *Eurocentrism, Racism and Knowledge*. Palgrave Macmillan, London.
- SIMÕES, Rui (2010). *A Ilha da Cova da Moura*.
- SITHOLE, Tendayi (2014). *Achille Mbembe: Subject, Subjection, and Subjectivity*. University of South Africa.
- SNOWDEN, Frank (1983). *Before Color Prejudices: The Ancients Views of Blacks*. Cambridge Harvard University Press
- SOUSA, Nardi (2003). *Imigração e Cidadania Local: Associativismo Imigrante e Políticas Públicas de Portugal* – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- SOUZA, Grayce Mayre Bonfim - *Uma Trajetória Racista: O Ideal De Pureza De Sangue Na Sociedade Ibérica E Na América Portuguesa*. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/270/303>
- TINHORÃO José, (1988). *Os Negros em Portugal: Uma Presença Silenciosa*. Lisboa: Caminho.
- TROUILLOT, Michel-Rolph (1982). *Silencing the Past: Power and Production of History*. Boston: Beacon Press
- TURE, Kwame; HAMILTON, Charles (1992) *Black Power. The Politics of Liberation in America*. Nova Iorque: Vintage Books
- VALE DE ALMEIDA, Miguel (2004). *Crioulização e Fantasmagoria*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005: 33-49
- VARELA, Pedro; Pereira, José (2018), "*As origens do Movimento Negro e da Luta Antirracista em Portugal no século XX: a Geração de 1911-1933*". Revista Buala
- VAZ BORGES, Sónia (2014). *Na Pó Di Spera. Percursos nos Bairros da Estrada Militar, de Santa Filomena e da Encosta Nascente*. Editora: Principia.
- VAZ, Cláudia (2008) *Kova-M Forever – Samplagens Da Zona. Identidades Múltiplas De Jovens*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Antropologia Cultural - ISCPS.
- WIREDU K. (1995) *Knowledge, Truth and Fallibility*. In: Kuçuradi I., Cohen R.S. (eds) *The Concept of Knowledge*. Boston Studies in the Philosophy of Science, vol 170. Springer, Dordrecht
- WYNTER, Sylvia (1982). *Beyond liberal and Marxist-Leninist Feminisms: Towards an Autonomous Frame of Reference*. San Francisco: Institute for Research on Women and Gender.

RELATÓRIOS

ECRI – *European Commission Against Racism and Intolerance* (2018), *Relatório da ECRI sobre Portugal (quinto ciclo de controlo)*. Council of Europe. Consultado a 10.12.2018. Disponível em <https://rm.coe.int/>

ENAR – *European Network Against Racism-* (2015), “*Fact Sheet Briefing – Afrophobia in Portugal*”. Consultado a 15.02.2017, em <http://www.enar-eu.org/> .

CERD - Committee on the Elimination of Racial Discrimination - (2016). *Concluding Observations on the Fifteenth to Seventeenth periodic Reports of Portugal, December , 2016*. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/PRT/CERD_C_PRT_CO_15-17_26017_E.pdf

CHERKI, A. (2006). *Frantz Fanon: A Portrait*. Translated by Nadia Benabid. Ithaca and London: Cornell University Press.

EUMC – *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (2003), *National Analytical Study on Housing. RAXEN Focal Point for Portugal*. Consultado a 29.09.2016. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/25-PT_Housing.pdf.

Eze, Emmanuel Chukwudi (1997) *The Color of Reason: The Idea of "Race" in Kant's Anthropology*

INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS (2006). Volume I – *Diagnóstico, Operação Cova da Moura, Caracterização Urbanística e Acessibilidades* - Coordenação Susana Sousa Lisboa, Julho De 2006

INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS (2008) *Relatório Preliminar da Avaliação Externa à Iniciativa Bairros Críticos Na Cova Da Moura (2008)*. CESS- *Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia* - Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa.

LNEC (2008). *Análise das Condições de Habitabilidade do Edificado no Bairro do Alto da Cova Da Moura – Avaliação das Necessidades de Reabilitação do Edificado (Relatório De Síntese)*, Relatório LNEC 366/2008 para IHRU. Lisboa: LNEC.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) (2017), *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context, Mission to Portugal*. Human Rights Council– Thirty-four session, 28 de Fevereiro.

RELATÓRIO DO PAIGC (1974). *Apresentado por Abílio Duarte ao comité de Descolonização da ONU, por ocasião da 970ª sessão, que teve lugar na sede em Nova York no dia 29 de Março de 1974*. Livraria Sá da Costa.

Urban (2010). *Relatório de Execução Final Programa De Iniciativa Comunitária Urban II Amadora (Damaia-Buraca) 2000 – 2006 - Comissão De Coordenação E Desenvolvimento Regional De Lisboa E Vale Do Tejo* - Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional . Data De Apresentação: 13 De Janeiro De 2010. Data De Aprovação: 30 De Junho De 2010

ARQUIVO ACMJ

ACMJ (1993). *Boletim de Novembro de 1993*.

BOLETIM DO PROJETO SABURA da Associação Cultural Moinho da Juventude de 2007

COVA DA MOURA (1985). *O crime, o luto e a dor que envolveram o Alto da Cova da Moura*. Carta dos moradores da Cova da Moura, dirigida a radio Comercial e a RTP – Cova da Moura, 28 de junho de 1985.

COVA DA MOURA (1996). *Um caso de racismo: se é negro não vá a Praia de Carcavelos* - Carta escrita pela moradora Rosa e carta da Associação Cultural Moinho da Juventude dirigida ao Governo Civil de Lisboa e ao Alto Comissário para as migrações e minorias étnicas, à Revista Já, o Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias, SOS Racismo, SIC- Casos de Polícia, RTP 1 e TVI.

LEGISLAÇÃO

Sobre as Zonas Urbanas Sensíveis: Lei n.º 17/2006.

Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/advanced/normal?types=SERIEI&tipo=%22Lei%22&numero=17/2006>

Regularização extraordinária de imigrantes dos anos noventa

Decreto-Lei 212/92 de 12 de Outubro. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/225999/details/maximized>.

Lei 17/96 de 24 de Maio. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/445706/details/maximized>

Lei que cria serviços municipais de habitação social

Decreto-Lei nº 797/76, de 6 de Novembro, disponível em : <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/407338/details/maximized?jp=true>

Programa Especial de Realojamento – PER

Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio

Declaração da Cova da Moura como “ área crítica de recuperação e reconversão urbanística”

Decreto n.º 53/2003 de 11 de Dezembro. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/431114>

Programa Iniciativa Bairro Críticos

Resolução do Conselho de Ministros número 143/2005 de 7 de setembro

Inscrição do Kola San Jon no inventário de Património Imaterial de Portugal

Diário da república Número 200, segunda serie, publicado no dia 16 de outubro de 2013

JORNAIS E VÍDEOS

Entrevista de Godelieve Meersschaert, ocorrida no dia 15 de Janeiro de 2019. Disponível em:

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/15-jan-2019/godelieve-meersschaert-encontrei-na-cova-da-moura-pessoas-que-tinham-tempo-para-os-outros-10379612.html>

JORNAL, o “ PÚBLICO” (2005). "Arrastão “pôs em pânico praia de Carcavelos

JORNAL O “ PÚBLICO” (2016) :*Vinte e duas associações de afrodescendentes queixam-se de Portugal à ONU* – Jornalista – Ana Gorjão Henriques - Data da publicação da Notícia: 5 de Dezembro de 2016, 7:30

JORNAL O “ PÚBLICO”. (2019). *PSP usa critérios étnicos para avaliar risco de zonas urbanas sensíveis* - Jornalista: Joana Gorjão Henriques .

JORNAL O “ PÚBLICO”. *Portugal é um dos países que mais manifesta racismo (...)* (2017).
<https://www.publico.pt/2017/09/02/sociedade/entrevista/portugal-e-dos-paises-da-europa-que-mais-manifesta-racismo-1783934> acesso no dia 20 de março de 2019 .

Novela da SIC na Cova da Moura

<https://www.n-tv.pt/acontece/proxima-novela-da-sic-vai-gravar-na-cova-da-moura/277878/>

Artigo de Nelson Herbert no Jornal Portuguese Times de 25 de outubro de 1990

Cabo-Verdianos do Bairro Alto da Cova da Moura “ os Condenados da Terra”.

ANEXO I

LISTA DOS TRABALHOS SOBRE A COVA DA MOURA

- ACMJ** (2017). *Eduardo Pontes: Vida, Obra e Revolução*
- ALVELOS**, Vanda Paula; **LIVRAMENTO**, Rosa Maria (1991). *Grupo de Estágio e Prática - Justiça* - Docente - Marlene Braz Lourenço - Instituto Superior de Serviço Social.
- ALVELOS**, Vanda; **SEBASTIÃO**, Rosa (1992). *Grupo de Estágio e Prática (4º ano) - Plano de Inserção* - Docente - Prof. Marlene - Instituto Superior de Serviço Social.
- ANGÉLICO**, José (2004) *Uma Aldeia Cabo-verdiana em Portugal - Estudo Sobre às Crenças, Mitos e Representações Sociais da Saúde, Doença e Corpo no Bairro da Cova Da Moura* (Relatório de Estágio) - Novembro 2004 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova De Lisboa.
- ANTUNES**, Narciso Emanuel Azevedo (2014). *Is This Graffiti a Good? Comparing Street Art As Advertisement in Brazil and Portugal*. Lisboa - Dissertação de Mestrado - ISCTE-IUL.
- ARAÚJO**, Ana Filipa Verol de (2010). *Des-sub-urbanizar. O Papel do Arquitecto Como Mediador Entre a Cidade Formal e a Cidade Informal* 2010. Dissertação de Mestrado- FAUL
- BALDE**, Umarú. - *Apresentação da Primeira Fase - Projecto De Intervenção: Yes, We Can* - Associação Cultural Moinho da Juventude - Docente: Profª Helena Peralta. Faculdade de Psicologia e de Ciências.
- BARBOSA**, Carlos Elias Monteiro (2006). *Vozes e Olhares de Fronteira: Os Filhos de Imigrantes Cabo-verdianos nos Bairros Alto da Cova da Moura e 6 De Maio*. Dissertação de Mestrado - Universidade de Coimbra.
- BARROSEIRO**, Carla Sofia Barco (2005). *Reflexo de Aprendizagem. “ Uma Abordagem Antropológica Sobre o Papel do Pré-escolar na Socialização e Integração das Crianças do Bairro Alto da Cova Da Moura-*. Tese de Licenciatura em Antropologia Aplicada e do Desenvolvimento - Universidade De Trás-os-Montes E Alto Douro - Pólo Miranda do Douro.
- BATALHA**, Ana Elisabete Carvalhinho (2010). *Arte na Minha Rua. Estratégia de Reabilitação Urbana para o Bairro da Cova da Moura* - Tese de Mestrado em Arquitectura com Especialização em Planeamento Urbano e Territorial – FAUL.
- BATALHA**, Luís (2002). *The Cape Verdean “Community” In Portugal: Anthropological Constructions From Within And Without* - Tese de Doutoramento - Institute of Social and Cultural Anthropology - University Of Oxford.
- BEJA HORTA**, Ana Paula (2000). *Constructing Otherness: Nationhood and Immigration Politics in Portuguese Post-colonial Society* - Dissertation Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy in The Department of Sociology and Anthropology - Simon Fraser University.

BOTAS, Ana Isabel Bernardo. *Trabalho Prático* (1997). *A Associação Cultural Moinho Da Juventude - Projecto Comunitário* - Licenciatura em Antropologia - Cadeira de Antropologia Urbana. – ISCTE.

BRITO BENTO, Ana Isabel (2011). *Cova da Moura, a Realidade e a Utopia: Um Projecto de Revitalização na Ausência de Plano* – Dissertação De Mestrado. ECATI – ULHT.

BRITO, Martinho Robalo (2000). *A Comunidade Cabo-verdiana do Bairro Alto da Cova da Moura, Amadora e o Sonho de um Museu de Vizinhança e Comunitária* – Trabalho de Investigação no Âmbito do Seminário de Investigação em Antropologia - FCSH.

CADERNOS CEPAC (1995). *Os Números da Imigração Africana: Os Imigrantes Africanos nos Bairros Degradados e Núcleos de Habitação Social dos Distritos de Lisboa e Setúbal*.

CANHÃO, Ana Margarida; **POUPINO**, Ana Maria; **SALVINO**, Catarina; **NETO**, Sandra; **NEVES**, Teresa (1999). *Grupo de Trabalho - Relatório de Progresso* - Seminário de População Utente II - Docente: Dr.^a Karla Moura - (5º ano) - Instituto Superior de Serviço Social.

CARDOSO DE FREITAS, Luís Pedro (2011). *Influência do Desenho Urbano na Insegurança da Cidade. Uma Proposta para o Bairro da Cova da Moura* - FAUTL.

CARDOSO, Ana (1993). *A Outra Face da Cidade. Pobreza em Bairros Degradados de Lisboa*. CML.

CARDOSO, Gaudino José Tavares (1991-1992) . *A Segunda Geração de Imigrantes Cabo-verdianos em Portugal: Mudança e Interpretação Cultural* - Trabalho de Investigação Apresentado no Âmbito do Seminário de Investigação do 4º Ano de Licenciatura Em Antropologia - Universidade Nova de Lisboa.

CARMO, André. (2014) *Cidade & Cidadania (através da Arte). O Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa.

CARREIRO, Ricardo, Pinto, Paulo Tormenta (2010). *Projeto “Mercado Multicultural da Cova Da Moura* - ISCTE-IUL.

CARVALHO, Maria Livramento (2010). *O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: Um Olhar Sobre a Comunidade da Cova Da Moura*-Dissertação de Mestrado – ISCTE - IUL.

CASTRO RIBEIRO, Jorge Manuel de Mansilha (2012). *Inquietação, Memória e Afirmação no Batuque: Música e Dança Cabo-verdiana em Portugal* - Tese Doutoramento - Departamento de Comunicação e Arte - Universidade de Aveiro.

CATARINA, Ana; **TRINDADE**, Bárbara; **FERREIRA**, Catarina; **SIMÕES**; **MATOS**, Cristiana Duarte; **PINHEIRO** Joana Santos; **GENEBRA**, Mónica; **RODRIGUES**, Patrícia; **TIAGO**, Rafael; **SANTOS**, Tânia. *Ensino Clínico III - Enfermagem Comunitária III - Associação Cultural Moinho Juventude - Bairro do Alto da Cova Da Moura - Relatório Final de Grupo* - Escola Superior de Enfermagem De Lisboa - Pólo Calouste Gulbenkian.

CMA (1983) *Relatório «Cova Da Moura»* (1983). Trabalho Efetuado Pelos Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora.

CUNHA, Sandra Maria Silva (2016). *A Impulsividade na Transgressão Juvenil: Programa de Prevenção com Jovens do Bairro da Cova da Moura* - Escola de Psicologia e Ciências da Vida - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

DE ALMEIDA BRITO, Isabel Alexandra P. B; G. S. DE OLIVEIRA, Maria Margarida. (89/90). *Relatório Final de Estágio na Associação Moinho da Juventude, Bairro do Alto Da Cova Da Moura* - Instituto Superior de Serviço Social.

DE SOUZA, Ângela Maria (2016). *A Caminhada e Longa e o Chão Tá Liso: O Movimento Hip Hop em Florianópolis e Lisboa* - Tese de Doutoramento em Antropologia Social - Universidade Federal De Santa Catarina, Brasil.

DIAS, Mariana do Carmo Espadaneira; DE FREITAS, Pires; SIMÕES, Lucinda Maria (1987). *Relatório Final*. Serviço Social: Centro Regional de Segurança Social - Núcleo Territorial da Amadora - Instituto Superior de Serviço Social - Sector: Educação e Ação Cultural.

DORNELAS, Luísa (2007). *Governance and Urban Requalification: The Case of Cova da Moura, An Illegal Settlement in Greater Lisbon* - University College of London.

DOS SANTOS ALMEIDA, Diana Isabel (2005). *Hoji na Spera Di Manhã - Estudo Etnográfico Sobre o Processo de Integração dos Jovens Cabo-verdianos, Residentes no Bairro da Cova da Moura* - Tese de Licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento - Pólo Miranda do Douro - Universidade de Trás-os-Montes E Alto Douro.

DOS SANTOS SOUSA Cátia Daniela (2006). *Projecto de Estágio: Mães Adolescentes da Cova Da Moura: O Processo de «reinserção» Social* - Trabalho Realizado no Âmbito do Estágio de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Pólo Miranda do Douro.

DOS SANTOS, Marco Pais Neves (2017) - Sabura 2004-2014 – Centro Tomkiewicz da ACMJ.

DOS SANTOS, C.A.G. (2008). *A (Re) Qualificação Sócio Urbanística do Bairro Alto Da Cova Da Moura: Os Diferentes Olhares Institucionais*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais - ISCTE-IUL.

DOS SANTOS, Irene D. Hipólito (2014). *Construir e Construir-se (N) Uma Associação de Bairro: O Moinho da Juventude na Cova Da Moura* – Tese de Doutoramento Em Educação - Área de Especialização: Formação de Adultos - Universidade De Lisboa - Instituto De Educação.

DUARTE, Daniel Filipe Folgado. (2010). *Falemos de Casas. A Habitação em Torno de um Vazio Nuclear. Princípios de Reabilitação do Alto da Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUTL.

DURÃO, Susana (2006). *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa* – Tese de Doutoramento em Antropologia das Sociedades Complexas. ISCTE-IUL.

E.M. VALADAS Casimiro (2014). *Cape Verdeans in Cova da Moura, Portugal, An Ethno-historical Account of Their Destinies and Legacies* – Tese de Doutoramento - Amsterdam Institute For Social Science Research (AISSR) - Faculty of Social and Behavioral Sciences (FMG).

EUROPEAN CENTRE FOR WORK AND SOCIETY (1997). *Relatório do workshop da Elaine. O Papel das auto-organizações de migrantes é minorias étnicas na Autoridade Local* – Amadora.

FERNANDES, Alexandra Maria Cardoso (2014) - *O Documentário em Etnomusicologia: As Pontes Identitárias do Kola San Jon* – Dissertação de Mestrado- Universidade De Aveiro.

FERNANDES, Nádía Solange Silva (2013). *Qualificação Urbana Como Valorização da Imagem da Cidade: Contributo do Espaço Público Para a Inserção Sócio Urbanística* - Dissertação de Mestrado em Arquitectura com Especialização Em Urbanismo. FAUTL.

FERREIRA BRÁS, Sónia Cristina Afonso (2005) *Relatório De Estágio: Media Watch Sobre Cova Da Moura* - Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação - Universidade de Lisboa

FERREIRA, Bruno André Macedo (2010). *Transformação De Áreas Urbanas Na Periferia da Cidade de Lisboa* - Mestrado Integrado Em Arquitectura - Projecto Final de Arquitetura - ISCTE-IUL.

FERREIRA, Cláudia Sofia Teixeira Santos (2015). *Maternidade na Adolescência Cabo-verdiana, Perspetiva Social e Cultural no Bairro da Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Saúde Global. ISCTE-IUL.

FERREIRA, Filipa (?) Relatório De Estágio na Associação Cultural Moinho da Juventude - Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

FERREIRA, Maria Júlia (Coord.) *Relatório do Projecto ESDIRE-AML (Estratégias E Dinâmicas Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa*. Centro de Estudos de Geografia E Planeamento Regional. FCSH – UNL Projecto: ESDIRE-AML, Estratégias E Dinâmicas Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa.

FERREIRA, Rosa; MODESTO, Cláudia; SANTOS, Carla (2001/02) *Relatório Final: Grupo de Estudo e Prática: Habitação e Urbanismo* - Coordenadora de Estágio: Anabela Lopes - Docente: Fernanda Correia. -3º Ano.

FERREIRA, Tânia Sofia Bico (2010) *Menos Carbono, Mais Energias Renováveis. Alto da Cova da Moura. Energia Solar Fotovoltaica*. Tese de Mestrado Em Planeamento Urbano e Territorial. Lisboa: FAUTL.

FERREIRA, Tânia Sofia Bico (2010). *Menos Carbono, Mais Energias Renováveis. Jardins Produtivos. Alto Da Cova Da Moura* - Projecto de Mestrado em Planeamento Urbano E Territorial – FAUTL.

FERRO, Lúgia, et Al. (2016). *O Trabalho da Arte e a Arte do Trabalho: Circuitos Criativos de Artistas Imigrantes em Portugal*. Edição: Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.).

FIGUEIRAS VARELA, Pedro Miguel (2015). *Novas Raízes na Cidade: Sociabilidades nas Hortas Urbanas de Cabo-verdianos na Amadora*. Dissertação de Mestrado em Antropologia -ISCTE-IUL.

- FINKA PÉ** (2017). *Finka Pé. O feitiço do Batuque* – ACMJ
- FORNA**, Ricardo Jorge Gigante da (2012). *Des-sub-urbanizar o Lugar. Uma Visão de Futuro para a Cova da Moura*. Dissertação de Mestrado - FAUTL.
- GODINHO**, Marco António da Silva (2010). *Cova Da Moura Bairro “Histórico” Em Evolução*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura - Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra.
- GOIS**, Pedro (Org.) (2008) *Comunidade (S) Cabo-verdiana (S): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*. – (Comunidades; 2) -Edição: Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
- GOMES HIPÓLITO**, Mónica Sofia. (2004) *Do Nascer ao Morrer: Crenças, Superstições e Representações da Saúde, Doença e Corpo: A Escolha das Práticas Terapêuticas nas Comunidades Africanas Residentes Em Portugal - O Bairro Alto da Cova da Moura* - Licenciatura em Antropologia - FCSH- UNL
- GOMES**, Elisabete (2009). *Integração Social dos Descendentes de Imigrantes: O Papel do Associativismo Imigrante na Área Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. ISCTE-IUL.
- GOMES**, Isabel Brigham (Coord.)(1999). *Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-verdiana Residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada De Cabo Verde.
- GOMES**, Rui Filipe (2019). *Qualificação e Reconversão de Bairros Autoproduzidos: O Caso da Cova da Moura*. Projecto de Mestrado em Arquitectura - FAUTL.
- GOMES**, Susana Veríssimo (2016). *Nu Bai: Promoção Da Saúde no Bairro Alto da Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - ISCTE-IUL
- GONÇALVES ILHÉU**, Ana Cristina; B. R. DA SILVA, Carlos Jorge (1991). *Minorias étnicas, Comunidade Cabo-verdiana do Concelho de Amadora: Bairro da Cova da Moura*- Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- GONÇALVES**, António Manuel (2001). *A Comunidade Cabo-verdiana da Cova da Moura, Projecto “Museu De Vizinhança” : Elementos Para Uma Caracterização Sócio Religiosa*. Lisboa: Centro de Estudos em Teologia e Ciência das Religiões.
- GRAÇA**, Eliane Lopes da (2013). *Um Olhar Positivo Sobre a Inserção de Jovens Imigrantes no Tecido Social e Escolar Português: O Caso dos Filhos da Segunda Geração de Imigrantes Cabo-verdianos*. Dissertação De Mestrado Economia e Políticas Públicas. ISCTE-IUL
- GUIOMAR**, H.F.L. (2013). *Ruínas D'eco. Memória e Reinvenção no Projeto de Paisagem*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista - Instituto Superior de Agronomia
- HITZERT**, Femke. (2012). *‘Building an Integrated Neighbourhood’. The Possible Effects of an Urban Renewal Program on Integration: A Case Study of Cova da Moura, Lisbon* - Bachelor Thesis in Human Geography and Spatial Planning - University Of Groningen: Faculty of Spatial Sciences - Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

HORTA, Patrícia (2009). *Estratégia de Acção Colectiva Iniciativa Bairros Críticos: Operação Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. ISCTE-IUL.

HUMBERTO, Jorge (2016). *Cova da Moura nos Títulos de Imprensa – Dissertação de Mestrado em Comunicação*. ULHT

INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS (2006). Volume I – *Diagnóstico, Operação Cova da Moura, Caracterização Urbanística e Acessibilidades* - Coordenação Susana Sousa Lisboa, Julho De 2006

INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS (2008) *Relatório Preliminar da Avaliação Externa à Iniciativa Bairros Críticos Na Cova Da Moura (2008)*. CESS- Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia - Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa.

ISMAEL, Karina “Afrikikis” (2008). *Dinâmicas Familiares e Intergeracionais das Mulheres Africanas em Contexto de Bairro – Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade*. ISCTE-IUL.

LADEIRA, Carolina Joana De Freitas (2010) - *Cidade Informal. A Casa e os Modelos de Habitar na Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. FAUTL.

LAGES, Joana Pestana Gonçalves (2017). *À Conquista da Justiça Espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento. FAUTL.

LECHNER, Elsa (2010) - *Amadora Municipality, Lisbon Metropolitan Area, Portugal: The Critical Urban Areas Programme in Cova da Moura - Inclusive Cities Observatory* -CES - University of Coimbra.

LEITÃO, Ana Filipa Matos (2016). *Entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada: Avaliação do Projeto "Olhares Da Kova" na Perspetiva das Políticas Públicas Territorializadas*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

LIMA BATISTA, Ana Margarida Carreiro (2012). *Estudo Tipológico e Conceptual de Uma Creche e Jardim-de-infância para o Bairro Da Cova da Moura*. Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas - Dissertação de Mestrado em Arquitectura - ULHT.

LNEC (2008). *Análise das Condições de Habitabilidade do Edificado no Bairro do Alto da Cova Da Moura – Avaliação das Necessidades de Reabilitação do Edificado (Relatório De Síntese)*, Relatório LNEC 366/2008 para IHRU. Lisboa: LNEC.

LOPES, Anaísa (2007) *Habitar. Etnicidade. Tipos Habitacionais Existentes no Bairro do Alto da Cova Da Moura: Caracterização e Qualificação – Relatório de Estágio*. FAUTL

LOPES, Fátima Sousa; **RASQUINHO** Joana; **SANTA**, Maria Arlete (1991). Instituto Superior de Serviço Social - Sociologia da Vida Quotidiana.

LUZ, Marta. *Relatório Final de Estágio (2006/2007)*- Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Curso De Serviço Social - 4-ano

MADEIRA ANTUNES, André Renato (2010). *Espaço Comum para a Cova Da Moura*. Projecto Para Obtenção Do Grau De Mestre em Arquitectura - FAUTL.

- MADURO**, Sara Sofia Corado Libânio Gomes (2010) Menos Carbono, Mais Energias Renováveis. Estratégias Solares Passivas. Alto da Cova da Moura. Dissertação de Mestrado em Arquitectura - FAUTL.
- MALHEIROS**, J., Vasconcelos, L., Alves, F. S. (2006), Operação Cova da Moura. Volume I – *Diagnóstico para a Intervenção Sócio Territorial. Iniciativa. Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos*, Relatório INHRCM - 143/2005, Lisboa, INH.
- MALHEIROS**, J.M. Y Mendes, M. (Coord.) (2007). *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes E Não Migrantes Na Área Metropolitana De Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- MARQUES**, Ricardo André Mendonça da Silva De Martins (2018). *Dinâmicas e Dilemas da Habitação Portuguesa no Séc. XXI – Sustentabilidade Habitacional e Construção de Territórios Sustentável* - Tese de Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento - Universidade Aberta.
- MARQUES**, Vítor Manuel (1999) *Gravidez na Mulher Cabo-verdiana - E Portuguesa - Diferenças Genéticas ou Socioeconómicas. Fecundidade, Antropometria, Crescimento no Primeiro Ano de Vida* - Dissertação Apresentada no Âmbito das Provas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar - Centro de Antropologia do Instituto de Investigação Tropical.
- MARTINS**, João Pedro Miguéns Bonito (2013). *De Alfama À Cova da Moura: Particularidades e Oportunidades* - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.
- MEIRINHO**, Daniel (2016). *Olhares Em Foco. Fotografia Participativa e Empoderamento Juvenil*. - LABCOM.IFP Comunicação, Filosofia E Humanidades - Unidade de Investigação da Universidade da Beira Interior.
- MENDES**, Sónia; RELHA, Catarina (2006/2007). *Alteração da Visão Binocular E Estado Refractivo em Crianças Não Caucasianas - Estudo em Crianças que Frequentam o ATL da Associação Cultural Moinho da Juventude no Bairro Alto da Cova da Moura* - Licenciatura Em Ortóptico - Unidade Curricular: Investigação Aplicada em Ortóptica II.
- MENDONÇA**, Cláudia Alexandra Pinheiro Patrício (2014). *Envolvimento Parental no Sucesso Escolar da Criança do Primeiro Ciclo em Contextos Desfavorecidos : Estudo de Caso do Apoio Escolar da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura*. Universidade Católica Portuguesa
- MIGUEL**, Ana Flávia (2016). *Skopeologias: Músicas e Saberes Sensíveis na Construção Partilhada do Conhecimento*. Tese de Doutoramento -Universidade De Aveiro.
- MIGUEL**, Ana Flávia (2010) *Kola San Jon, Música Dança e Identidades Cabo-verdianas*. Dissertação de Mestrado em Música. Aveiro: Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.

MIRA, Dina; **IDALINA**, Tiago; **CEREJO**, Rosa (1993). *Grupo de Estudos e Prática: Educação e Acção Cultural - Plano de Inserção* - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

MONTEIRO, César Augusto, (2009) - *Campo Musical Cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa: Protagonistas, Identidades e Música Migrante*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Especialidade em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação. ISCTE-IUL

MORAIS, Helena Sofia Rino de Moraes E Silva de (2012). *Menos Carbono, Mais Energias Renováveis. Energia Eólica - Alto Da Cova Da Moura* - Dissertação de Mestrado em Arquitetura com Especialização Em Gestão Urbanística e Territorial - FAUTL.

MORENO, Alfredo; **VAZ**, Domingos, **TAVARES**, David, **PIMENTA**, Manuel (1985). *Às Práticas Sociais-urbanas do Clandestino: Um Estudo Localizado: Bairro Alto da Cova da Moura*. Seminário de Sociologia Urbana.

MULTINU, Alessandro; **MURONI**, Emanuel (2008). *Qualificação dos Subúrbios Habitacionais: Bairro Cova da Moura “Espaços Para a Comunidade”* – Dissertação de Mestrado em Arquitectura - Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

NABAIS, Bárbara Barbedo Cardoso de Castro (2013). *Um Equipamento para Enquadrar a Identidade Colectiva da Cova Da Moura*. – Dissertação de Mestrado - FAUTL.

NAVARRO, Margarida (1988/1989) *Preto No Branco - Representações E Teorias Implícitas da Educação em Mães Cabo-verdianas E Portuguesas na Área Metropolitana De Lisboa* – ISPA.

NOGUEIRA, Gláucia Aparecida (2011). *Batuko : Património Imaterial de Cabo Verde. Percorso Histórico-musical* – Dissertação de Mestrado em Património e Desenvolvimento - Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

NEVES, Ana Cristina; **DA SILVA**, Luciano, **SALVATERRA**, Ruth, **RAMOS**, Sabrina. *Projecto Cova da Moura com Saúde - Estágio De Exclusão Social* - Escola Superior de Educação João de Deus - Licenciatura em Gerontologia Social.

NOBRE ARAÚJO, Luís Correia (2011). *Espaço Publico como Estratégia de Intervenção em Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Uma Proposta para o Bairro da Cova da Moura*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. FAUTL.

PALMA, Rita De Lima (2015). *O Contributo da Participação Pública para a Regeneração Urbana - Mestrado Integrado de Arquitetura* - Faculdade de Arquitectura E Artes da Universidade Lusíada De Lisboa.

PEREIRA, Elvira; **NASCIMENTO**, Isabel (1992). *Plano de Acção* - Instituto Superior de Serviço Social.

PEREIRA, Marília (2004). *Suporte Social Percecionado por Adolescentes Moradores no Bairro Alto Cova da Moura* - Monografia de Licenciatura em Reabilitação Social e Inserção Social – ISPA.

PESSANHA RODRIGUES, Elisabete Eugénia Pinto dos Santos (2009). *Cova da Moura: Por Dentro e por Fora*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e Justiça Social. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- PIMENTEL** Sebastião, Sofia (2017) - *Processos Participativos Bip/Zip. Estratégia ou Modelo de Desenvolvimento Local?* - Trabalho de Projeto submetido para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura - ISCTE-IUL.
- PINTO**, Maria Manuela Pereira Mota (2010). *Pobreza E Ambiente: O Bairro Do Alto Da Cova Da Moura*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, especialidade em Ambiente e Recursos Naturais. FCSH-UNL
- PIRES**, Maria Taborda De Sousa (2018) - *Desenho, Experiência e Memória: Uma Proposta a Partir da Cova da Moura* – Dissertação de Mestrado em Desenho. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- PIRES**, Sónia Brigitte da Rocha (2009). *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percurso Escolar: Jovens de Origem Cabo-verdiana versus Jovens de Origem Hindu-indiana*. EDIÇÃO: Alto Comissariado para a Imigração e diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
- PISSARA**, Maria Sofia Novais M. A. (2001/2002). *Relatório De Estágio*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Psicologia Clínica.
- POUPINO**, Ana Maria; **RODRIGUES**, Elisabete Maria (1995/96). *A Vida Quotidiana da Associação Cultural Moinho da Juventude* - Instituto Superior de Serviço Social.
- QUEIROZ DA COSTA**, Carla (2018). *Património Cultural Imaterial: Políticas Patrimoniais, Agentes e Organizações. O Processo de Patrimonialização do Kola San Jon em Portugal*. Tese de Doutoramento em Antropologia - FCSH-ISCTE.
- RAMOS PERDIGÃO**, Rute Isabel (2006). *O Aluno Cabo-verdiano do 1º Ciclo e a Aprendizagem do Português. O Papel da Consciência Metalinguística na Relação Sujeito-línguas (Cabo-verdiana e Portuguesa)* - Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro.
- RAPOSO**, André Filipe Loureiro(2010). *Os Limites da Cova da Moura. Uma Oportunidade Ou Uma Barreira?* Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arquitetura – FAUTL.
- REITMAIER**, Pitt (1992). *A Saúde Das Mães e Crianças nos Bairros Degradados com Populações Cabo-verdianas na Periferia de Lisboa: Entrevistas Aprofundadas*. Seminários de Apresentação de Resultados, Lisboa 27/28 -04 -92.- Instituto de Higiene Tropical e Saúde Tropical - Universidade de Heidelberg RFA - Em Colaboração com a Embaixada de Cabo Verde em Portugal - Instituto de Estudos para Intervenção Social - Direção Geral dos Cuidados de Saúde Primários - Administração Regional De Saúde De Lisboa.
- RELVA GONÇALVES**, Maria das Mercês (1997). *“Programa Ser Criança” - Projecto de Intervenção e Investigação - A Escola Como Promotora da Participação de Crianças E de Famílias Como Agentes do seu Próprio Projecto De Mudança* - Entidade Responsável: AFEP.
- RESENDE**, Maria de Fátima - *Relatório de Estágio - «Para Educar Uma Criança É Preciso o Apoio da Aldeia Toda»* - Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental - Educação Parental. Instituto Superior de Psicologia Aplicada .

RESENDE, Maria De Fátima (199?). *Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental* - Seminário de Estágio - 4ºano - 2º Relatório de Estágio - Docente. Professora: Eva Delgado Martins. Orientadora De Estágio: Dr.ª Lieve Meersschaert.

RIBEIRO S. DA SILVA, Catarina (2002). *Associação Cultural Moinho da Juventude* – Dissertação de Licenciatura - Psicologia Social e da Justiça - ISCTE-IUL.

RIBEIRO, Jorge Castro (2007). *Nós Somos Finka-pé! A Performance do Batuque Como Reivindicação, Evasão e Resistência. Estudo de Caso de Mulheres Cabo-verdianas do Bairro da Cova da Moura, Amadora*. Comunicação No Performa 2007 - Encontros De Investigação Em Performance, Universidade De Aveiro, Maio 2007.

RIBEIRO, José Maria Gonçalves da Silva. (1997). *Colá S. Jon, Oh Que Sabe!: As Imagens, as Palavras Ditas e a Escrita de Uma Experiência Ritual e Social* – Tese de Doutoramento em Antropologia Visual – Universidade Aberta

SANTANIELLO, Arianna (2016). *Ação Educativa e Formativa no Associativismo Imigrante em Lisboa: O Caso da Associação Moinho da Juventude da Cova da Moura no Concelho Da Amadora* – Dissertação de Mestrado – FCSH -UNL

SANTOS ANTUNES, Marina Manuela (1991). *Etnicidade Urbana e Marginalização : Um Olhar Sobre a Comunidade Cabo-verdiana na Amadora* – Dissertação de Licenciatura.

SANTOS, Irene (2004). *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*- Tese de Mestrado em Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.

SEABRA, Teresa (2008). *Desempenho Escolar, Desigualdades Sociais E Etnicidade: Os Descendentes De Imigrantes Indianos E Cabo-Verdianos No Ensino Básico Em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia.. ISCTE-IUL.

SEMEDO, Zeuga Cardoso Mendes (2008). *Caminhos Para A Inserção Socioprofissional dos Luso-cabo-verdianos em Portugal: O Caso do Bairro do Alto da Cova da Moura*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais - ISCTE-IUL.

SEVERIANO, Cristina (?) *Relatório de Estágio apresentado na Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental* no Instituto Superior De Psicologia Aplicada .

SILVA, Abílio; **COELHO**, Hugo; **MENDES**, Nuno; **CARREIRO**, Ricardo; **CARRETO**, Rita ; **CRUZ**, Tiago (2010). *Transformação de Áreas Urbanas na Periferia da Cidade de Lisboa* - Trabalho de Projecto – Mestrado em Arquitectura - ISCTE-IUL.

SOEIRO, A. T., Campos, H. (2007). *Qualificação de Áreas Urbanas Críticas - Relatório do Trabalho Realizado Pelo Gabinete Técnico*. 1.ª Fase, Lisboa, Comissão de Bairro do Alto Da Cova Da Moura.

SOFIA, Ana; **NORONHA**, Bruno; **FRANCO**, Carlos; **SILVA**, César; **CARVALHO**, Cláudia; **FRITZ**, Isabel; **LIMA**, Graça; **ALVES**, Marcos; **CUNHA**, Margarida, **DIAS**, Paulo; **MONIZ**, Susana (2003). *Ensino Clínico III - Enfermagem Comunitária III - Associação Cultural Moinho Juventude - Bairro do Alto da Cova Da Moura* - Relatório Final de Estágio.

SOUSA, Nardi (2003). *Imigração e Cidadania Local: Associativismo Imigrante e Políticas Públicas de Portugal* – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

SOUSA, Susana, **BRITO GUTERRES**, António, **COSTA**, Cláudia, **MIRE DORES**, Helena (2005). *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos: Registos do Processo* - Coordenação Susana Sousa. Colaboração António Brito Guterres, Cláudia Costa E Helena Mire Dores.

TEIXEIRA, Cláudia Martins (2014). *Bairros De Génese Ilegal. Compreender - Intervir - Reabilitar* . Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Do Algarve - 2014

Urban II da Amadora (2004). *Fazer Com Às Populações - Programa De Iniciativa Comunitária - Damaia- Buraca*.

VALENTE, Patrícia Alexandra Fernandez (2012). *Cova Da Moura. Qualificação do Bairro através do Espaço Público e do Equipamento*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura com Especialização em Planeamento Urbano e Territorial - FAUTL.

VAZ, Cláudia (2008) *Kova-M Forever – Samplagens Da Zona. Identidades Múltiplas De Jovens*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Antropologia Cultural - ISCPS.

VICENTE, Luís Filipe L. B (1998). *Identidade e Integração: Os Desafios da Segunda Geração de Cabo-verdianos: o Processo de (re)construção Identitária dos Jovens de Origem Cabo-verdiana do Bairro Alto da Cova da Moura*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa.